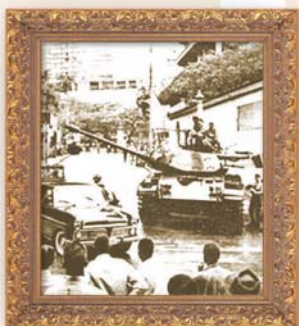


Política, churrasco, poder e chimarrão:
A política no Rio Grande do Sul de 1930 a 1964



Título: Política, churrasco, poder e chimarrão: A política no Rio Grande de Sul de 1930 a 1964

Organizador: Prof. Ronaldo Bernardino Colvero

Capa: Alex Gallas Kranz

1a. Edição: 2012

Editora Faith Ltda

Local: São Borja - RS

ISBN: 978-85-98131-34-4

P769 Política, churrasco, poder e chimarrão: a política no Rio Grande de Sul de 1930 a 1964 / organizador Ronaldo B. Colvero. – São Borja: Faith, 2012.
124 p.

1. História - Brasil – 1930-1964 2. Política – Rio Grande do Sul 3. Política - Brasil 4. Políticos gaúchos 5. Governo Getúlio Vargas I. Colvero, Ronaldo Bernardino

CDU: 94(81)“1930-1964”

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

Sumário

Prefácio	4
Capítulo 1 - A Construção Educacional Estado-novista	5
<i>Autores: Liuri Dornelles Carvalho e Monique Thiene Schneider</i>	
Capítulo 2 - O Departamento de Imprensa e Propaganda e o descobrimento do petróleo enquanto características marcantes do Governo Vargas ..	19
<i>Autores: Charles Machado Hoepner Vanelise de Paula Aloraldo</i>	
Capítulo 3 - As Inovações da Era Vargas	38
<i>Autores: Gabriela Peters e Tiago da Silva Andrade</i>	
Capítulo 4 - Política Social e a Era de Vargas	52
<i>Autora: Laura Patricia de Lira Miranda e Marilaine Fenner Storch</i>	
Capítulo 5 - “Estratégias de Jogos”: Vargas e a retomada do poder no Rio Grande do Sul	60
<i>Autora: Juliana Macedo de Lima</i>	
Capítulo 6 - O Retorno de Vargas	69
<i>Autoras: Camila Vessozi e Máira Scaramussa</i>	
Capítulo 7 - O Segundo Governo Vargas e as relações institucionais	79
<i>Autores: José Luís Almeida dos Santos e Vinícius de Lara Ribas</i>	
Capítulo 8 - O General, o Interventor, o Caudilho Flores Da Cunha	89
<i>Autora: Pamela Oesterreich</i>	
Capítulo 9 - Política Gaúcha: a necessidade de um líder para os sentimentos revolucionários	99
<i>Autores: Rodrigo da Silva Santos e Juan Carlos da Silva Celli</i>	
Capítulo 10 - Influência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek na economia do Rio Grande do Sul	110
<i>Autores: Diego Machado Pinheiro e Maurício Bertolazi</i>	
Capítulo 11 - Pós Vargas, Populismo e Domínio Ideológico	116
<i>Autora: Carine Mayer Andrade</i>	

Prefácio

O presente e-book reúne artigos científicos de acadêmicos dos cursos de Ciências Sociais – Ciência Política e Serviço Social do campus São Borja da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), sendo o resultado de disciplinas ministradas por mim durante os anos de 2010 e 2011.

Nestas disciplinas discutimos a formação do Estado brasileiro pós o ano de 1930. Como os acontecimentos nacionais de então se confundem com a história política do Rio Grande do Sul, e particularmente São Borja, propus aos discentes a construção de artigos científicos que analisassem a política riograndense no período de 1930 a 1964, baseados em uma obra norteadora: “Política Gaúcha: 1930-1945”, de Carlos Cortés.

Nosso objetivo nesta disciplina era compreender o processo político pós 1930, atentando para as transformações que ocorreram no Brasil com o Estado Novo e posterior redemocratização, até o Golpe Militar de 1964.

Debater questões de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, João Goulart e tantos outros políticos gaúchos que se destacaram nacionalmente nos pampas é gratificante, pois o debate ocorre na terra natal e berço político destes homens. Isto torna a questão ainda mais instigante para a produção e divulgação científica em nossa Universidade.

Como resultado, temos agora a publicação deste livro virtual, que visa promover o debate a cerca da política gaúcha e nacional em um período de transformações no Estado Brasileiro.

Boa leitura!

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Capítulo 1

A Construção Educacional Estado-novista

Liuri Dornelles Carvalho¹
Monique Thiene Schneider²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os parâmetros seguidos pela administração Vargas no período do Estado Novo em relação à educação. Parte dessa análise provém de dados relativos às gestões dos ministros da Educação do período, ao executarem as reformas como a de Campos e Capanema, cujos objetivos eram adequar o setor educacional brasileiro aos interesses da elite dominante. É também analisado a valorização e os métodos utilizados para a construção da mentalidade nacionalista centrada na figura de Vargas e sustentada pelos pilares das Forças Armadas.

Palavras Chaves: Ensino; Forças Armadas; Reformas.

Introdução

O período conhecido por Estado Novo alterou muitas esferas da sociedade brasileira através de projetos e reformas que futuramente viriam a construir o imaginário populista do governo e de seu líder Getúlio Vargas. Essas alterações são resultantes da mobilização acerca de temas como o trabalho, pátria e a educação.

O histórico educacional do país retrata um ensino voltado para as matrizes religiosas, como foram os jesuítas até sua expulsão em 1759, carmelitas, beneditinos e franciscanos. O ensino público oficial foi implantado em 1792 pelo Marquês de Pombal.

¹Acadêmico de Ciências Sociais – Ciência Política – Unipampa.

²Acadêmica de Ciências Sociais – Ciência Política – Unipampa.

A Constituição reservava à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundários nos Estados, além de prover a instrução secundária no Distrito Federal. Desse modo, concedia aos Estados da Federação a competência para prover e legislar sobre a educação primária. Na prática, à União cabia criar e controlar a instrução em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal. Já aos estados era atribuído o controle do ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia também as escolas normais de nível médio para moças e escolas técnicas para rapazes (Romanelli, 1978, p. 41).

Assuntos relativos à educação são constituintes fundamentais nas realizações políticas em qualquer sociedade. O grau educacional de um determinado território contribui para seus horizontes tecnológicos e culturais. Um aspecto político da contribuição da esfera educacional brasileira está o fato de que o Ministro da Educação do governo Vargas, Francisco Campos, foi redator da Constituição de 1937 que legitimava Vargas no poder. “A criação de Ministérios e a consolidação de suas legislações, direcionadas prioritariamente para as áreas educacionais e trabalhistas, configuraram as principais atenções do Estado varguista.” (VAZ: 2006: 01)

Administração Campos

Francisco Campos³ foi responsável pela primeira reforma massiva da educação executado com sucesso no país, durante seu mandato no então Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, alguns anos antes do Estado Novo.

A Reforma Francisco Campos⁴ consistiu em seis decretos: criação

³ Jurista e político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937, do AI-1 do golpe de 1964 e dos códigos penal e processual brasileiros — que, mesmo com as subsequentes reformas, continuam em vigor.

⁴ Primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos (1931). A reforma deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior.

do Conselho Nacional de Educação⁵; a estruturação do ensino superior no Brasil, com adoção do regime universitário; organização da Universidade do Rio de Janeiro⁶; do ensino secundário, do ensino comercial e consolidação sobre as disposições da organização do ensino secundário.

Esse processo de “readaptação” distinguiu e reorganizou o ensino no país, legitimou parte dos projetos já direcionados para a educação do grupo que conquistara o poder a partir de 1930 com o lema de uma educação libertadora. Educação libertadora, no entendimento do governo provisório de Vargas, era a elitização do ensino secundário para a construção de uma elite intelectual, oficializando o caráter dual da educação, elitizando-o - ao segregar o ensino das massas do da elite econômica - agregando como construtoras do caráter disciplinas como História da Civilização, Música, assim como línguas estrangeiras.

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, rompeu-se a divisão da cadeira de História do Brasil e História Universal, ao se criar a cadeira História da Civilização, no ensino secundário. A ênfase nos referenciais civilizatórios de outras culturas, junto com a História do Brasil, formaria esta disciplina. No entanto, o debate da permanência ou não desta cadeira abarcando a História Universal e a História do Brasil foi rico em polêmicas por toda a década de 1930, no ambiente educacional e político. O então ministro criou o estatuto das universidades e organizou o ensino secundário, período no qual foram fundadas a Universidade de São Paulo, em 1934, e em 1937, a Universidade Nacional do Rio de Janeiro. (VAZ: 2006: 84)

Mesmo antes disso em 1931, seguindo os projetos de Campos o ensino secundário e universitário obtinham destaque, ratificando uma organização já estava sendo demandada por outros setores. Naquele momento, a Reforma no ensino secundário surge da pressão para a normatização da escola secundária, feita por grupos como o de Anísio Teixeira, que queriam obter do governo federal a equiparação dos diplo-

⁵ O Conselho Nacional de Educação é um órgão independente, com funções consultivas, cuja presidente foi eleita pela Assembléia da República.

⁶ Atual UFRJ.

mas das escolas técnicas secundárias. Entretanto, a reforma de 1931 legitimou a permanência do padrão limitado do número de estabelecimentos públicos secundários; a interferência da União, que por meio da equiparação promovia a equalização formal do ensino público e privado; e a homogeneização curricular, dificultando a aderência de idéias mais renovadoras.⁷

Administração Capanema

O projeto da Reforma de 1931 obteve sucesso e teve continuidade com Gustavo Capanema. Tanto Francisco Campos quanto mais adiante Gustavo Capanema acreditavam que o ensino secundário destinava-se à formação da elite intelectual, divergindo de Anísio Teixeira e outros intelectuais da Associação Brasileira de Educadores (ABE).

Conforme Anísio, todas as pessoas deveriam ter acesso ao estudo independente de classe social, credo, cor, raça... Ao contrário da opinião dos demais que creditavam somente à elite tais direitos. As leis orgânicas de 1942, decretadas pelo Ministro endossavam o projeto repartido de educação, em que se criavam duas redes de escolarização: a rede primária profissional, na qual se incluíam o ensino primário⁴⁴, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico, e a rede secundária superior, que preparava, segundo Capanema, as individualidades condutoras, as elites⁸.

Há também a vitória do ensino de História do Brasil, como ca-deira a ser estudada separadamente, para a potencialização da formação cívica e patriótica das crianças e jovens. As leis orgânicas de ensino consagradas no ministério Capanema estabeleceram as seguintes

⁷ Dentre os projetos de Anísio Teixeira, que divergiam explicitamente da orientação do Ministério da Educação e Saúde, estava a articulação do ensino secundário ao primário, e sendo possível ao superior, não se formando apenas as elites intelectuais, mas formando as elites em todos os ramos da vida.

⁸ Ver: NUNES, Clarice. As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema* – intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

diretrizes:

- a) seleção do professorado e das administrações em todo o País;
- b) seleção de um conjunto de princípios fundamentais da educação no Brasil;
- c) fundação de institutos superiores na base dessa seleção e orientação;
- d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base destes princípios, com boa colaboração, etc.; e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc.;
- e) publicação de pequenas ou grandes doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética;
- f) idem de obras sadias, construtivas, na base dos princípios de educação no Brasil;
- g) defesa das humanidades clássicas, latim e grego e sua incorporação no plano nacional de educação;
- h) idem de uma filosofia sã;
- i) convocação de uma Convenção Nacional das Sociedades de Educação, para os fins de h (sic), mas com as bases principais já previamente assentadas;
- j) atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo;
- l) entendimento com os estados para uma uniformidade na orientação educativa;
- m) elaboração do Plano Nacional de Educação nessas bases;
- n) escolha dos futuros membros do Conselho Nacional de Educação tendo em vista este objetivo;
- o) elaboração dos programas para os cursos e complementares;
- p) facilitadores do ensino religioso em todo o país;
- q) idem para a fundação da faculdade católica de teologia nas Universidades;
- r) idem para a realização de congressos católicos de educação nos vários estados e em geral para os trabalhos sociais da Ação Católica Brasileira;
- s) idem para a Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- t) entrega a uma orientação segura e uniforme e à direção dos católicos da Escola de Serviço Social.⁹ (VAZ: 2001)

⁹ SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 189 e 190. (grifos meus)

Ensino Profissionalizante

Embora houvesse vários problemas estruturais na educação no Brasil, ocorreu um avanço na educação profissional, que ganhou nova configuração (Manfredi, 2003, p. 79). Se antes eram desestruturados e se dedicavam ao ensino artesanal e manufatureiro, se tornaram redes de escolas voltadas para essa “nova” sociedade que demonstrava ascender como industrializada, sob as diretrizes impostas pelo capital, organizadas pelo Governo Federal e Governos Estaduais.

Seguindo as reformas na área da educação, que permaneceram sendo efetivas em se tratando “de” e “para” o mercado de trabalho das massas, a reforma Capanema, atuou área de profissionalização do ensino, com a criação dos Serviços Nacionais. Durante o Estado Novo foram promulgadas as leis orgânicas do ensino, dividindo o curso secundário em ginásial e colegial (clássico e científico), criando o ensino profissional ministrado através das empresas e indústrias, como o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC).

Nacionalização e Militarização do Ensino

“É necessário plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria.” (Getúlio Vargas)

Embora a campanha nacionalizante de Vargas fosse voltada para a educação, ela afetou também aspectos religiosos, a imprensa, e as esferas do serviço público e militar. Igrejas deveriam fazer suas cerimônias e sermões em português, os jornais, revistas e boletins estrangeiros só poderiam circular se disponibilizassem a tradução em português, e o idioma passou a ser requerido com mais rigidez pelo governo em suas execuções públicas e políticas.

A relação entre a educação e o autoritarismo no Estado Novo foi analisada por Célio da Cunha¹⁰, enfocando o conservadorismo e a polí-

¹⁰ CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1981. 176p.

tica autoritária presentes na Educação. O projeto escola-novista identificou uma educação progressista, mas no cerne do movimento permaneceram os projetos conservadores dos intelectuais que atuavam no movimento, em mesma participação que os setores da sociedade que buscavam espaços de poder.

Destacou-se nos debates educacionais o Movimento da Escola Nova, onde se optou pela valorização da centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito à higienização na disciplinarização do corpo e de seus gestos e a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno¹¹.

A Igreja Católica, que apoiou o governo, sustentou junto aos educadores e pensadores a validade do ensino religioso nas escolas. Esse debate foi fundamental para o norteamento do projeto de educação que se queria firmar para o País. Na década de 1930 concretizou-se o objetivo do projeto católico, com a integração do ensino religioso facultativo nas escolas. A Igreja validou sua importância nos grupos de poder, juntamente com as antigas oligarquias rurais, com a burguesia comercial e financeira e com a recém-articulada burguesia industrial.

Para o setor conservador, a escola era responsável pela divulgação do ideal de submissão patriótica, temerosa religiosamente. A pátria, entendida como mãe, é essencial nessa relação mítica entre as massas e o Estado, e a educação que “molda” os cidadãos da pátria não podia abster-se de falar de Deus.

O imaginário político, mesmo na atualidade, apropria-se, com formas e artifícios diferenciados, da idéia dos salvadores que representam o futuro promissor, bem como da “pregação” de uma conduta moral com raízes autoritárias.

O conceito de educação extrapola o sentido da escolarização e se

¹¹ Ver: VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.497-517.

torna aquele que molda o cidadão, de forma global, rumo ao processo de modernização. Nos regimes autoritários esses recursos são utilizados em larga escala para adestramento das massas e formação das mentes, no intuito de promover uma educação condizente com os valores morais e políticos das elites detentoras do poder. (VAZ: 2006)

No final da década de 30 houve a preocupação do governo Vargas com [...] “a penetração do nazismo e em menor grau, do fascismo italiano nas colônias no sul do Brasil.” (CORTÉS: 2007: 106) O receio se manifestou de tal forma que em 1938 o governo lançou uma campanha de abasileiramento, e nacionalização do ensino primário, que atingiu as comunidades estrangeiras, principalmente alemãs, ao sul do País, para integrar os colonos na nação.

Com a declaração de guerra contra o Eixo¹², muitos estrangeiros vieram fugitivos para o Brasil gerando grandes colônias e intensificando a divulgação de sua cultura. Tal atitude representava uma ameaça para a integridade da construção da nacionalidade brasileira. Em razão desse episódio a educação ministrada nas escolas particulares étnicas foi nacionalizada, tendo o governo criado uma comissão educacional em para tal objetivo.

A unidade nacional e o nacionalismo estão ligados às raízes culturais de um povo, no estabelecimento de valores comuns que culminam no sentimento de pertencimento e identidade coletiva. A História legítima referências culturais e, para a manipulação simbólica e convencimento das massas, toma vulto sobretudo em atos de autoritarismo político.

Desde a educação infantil, através de livretos e apostilas distribuídas pelo governo, a criança era introduzida em um ambiente social onde era incentivada a ter valores patrióticos. Histórias infantis que contavam sobre os valores do nacionalismo eram amplamente divulgadas. Já no ensino primário, livros de educação moral e cívica eram distribuídos com lições de exaltação patriótica e história da nação.

No ensino secundário havia o estudo da História da Pátria e das

¹² As potências do Eixo eram compostas pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki e do Imperador Hirohito.

instituições políticas e sociais. Embora o ensino permanecesse com o caráter mais verticalizado, a modelagem da mentalidade patriótica viria a funcionar não só como um “escudo” contra os ideais nazifascistas que amedrontavam o governo, ou o aspecto defensivo como era o discurso de Dutra, mas como uma via simples e efetiva de manipulação do poder exercido, ao criar uma população que compreendesse as necessidades das medidas autoritárias do Estado.

Pátria: Todo aquele que sente palpitar alguma coisa dentro do peito, deve estar intimamente ligado à idéia de defesa de seu país. - Baden Powell

Azevedo do Amaral, um dos maiores ideólogos do Estado Novo dissertou sobre a possibilidade do governo ter-se utilizado da militarização do Estado para representar instituições capazes de sustentar uma ideologia autoritária de segurança nacional.

Para Amaral o Estado, qual o organizara a Constituinte de 1934, mostrava-se impotente para assegurar a unidade nacional e afastar da sociedade brasileira os perigos imprevisíveis da confusão social, “corrompendo” assim o conceito de autoridade (AMARAL: 1930: 166). Para tal havia a necessidade de instituir uma mentalidade nacionalista nas mentes brasileiras, para que o povo tivesse consciência e soubesse defender suas raízes.

Amar a Pátria, servindo-a fielmente na paz e na guerra, é um dever e, mais que isso, um juramento que, pela fé dos nossos homens e pelo exemplo do nosso passado, deve florir, espontâneo em esperança e em alegria, do coração dos jovens brasileiros.

A primeira condição para que um jovem possa amar a sua Pátria, é conhecê-la através do seu passado, no seu presente, conhecê-la em todas as suas manifestações – da terra e dos homens. É preciso, portanto, em primeiro lugar, que se tenha uma noção do que é a Pátria, estudando a sua história e apreciando as virtudes cívicas dos seus heróis. Conhecido o seu passado pela recordação dos fatos que

mais a enobrecem, estudemo-la no seu presente, para bem amá-la e melhor servi-la. Devemos amá-la com um amor religioso que nos integre dentro de sua própria consciência;

O Brasil é a nossa Pátria. A ele devemos o nosso amor e o nosso culto – amor e culto iguais em todos os corações. Amá-lo e servi-lo com solicitude, propugnar pelo seu progresso moral e material, defendê-lo de seus inimigos e sagrar à sua glória todo o nosso esforço e a nossa fé, na certeza de vê-lo sempre aumentado nos conceitos das grandes nações do globo – é uma obrigação fundamental, a nossa maior obrigação.

Basta para isso que cada um de nós cumpra o seu dever na atividade a que se votar e a Pátria se sentirá feliz com seus filhos. Sem alarde e exhibições o patriotismo está em sermos dignos do Brasil, amando-o, honrando-o, servindo com honestidade.¹³ (SANTOS:1940: 09-11)

Interessa particularmente a forma como foi defendida, no Estado Novo, a educação pré-militar para a juventude. Está muito presente nos depoimentos, na imprensa militar e em alguns documentos de época a discussão sobre a forma de educação e a opção totalitária de inserção da juventude pelo Estado.

Uma imagem de sociedade una, indivisa e homogênea, advogando um controle que normatizasse e uniformizasse o conjunto de da vida social em nome de um valor dominante que implicasse a identificação entre o público e o privado, as Forças Armadas, o Estado, a Igreja e a Sociedade Civil. (DUTRA: 1997:16)

A necessidade da valorização patriótica, comparando a família ao país, ao lar, à casa de cada um e trazendo para a sua história elementos que também estavam presentes em outros textos da época, mesmo na-

¹³ SANTOS, Máximo de Moura. *O pequeno escolar*. 4º Livro. 33ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 09-11 (para o último ano dos grupos escolares e admissão aos ginásios). Esta lição é acompanhada de um mapa do Brasil e um “Elucidário” com os sinônimos das principais palavras e conceitos. Grifos meus.

queles que não eram direcionados ao público infantil: a fortaleza de um Brasil pacífico, que sabia lutar quando necessário, foram elementos formadores cruciais dos modelos de Vargas.

Mobilização da Juventude em prol do Estado

Um movimento educativo criado no Estado Novo para a juventude — a Organização Nacional da Juventude —, resultou no movimento Juventude Brasileira, um projeto nascido sob chefia de Francisco Campos. Tratava-se de um projeto de mobilização da juventude em torno de uma organização nacional com o objetivo de prepará-la e ajustá-la aos novos princípios que deveriam reger o Estado Nacional. Através da institucionalização nacional de uma organização paramilitar em moldes fascistas de arregimentação da juventude. Que deveriam ser concentrados e orientados no sentido de formar uma milícia civil no país tendo como clientela básica a juventude compreendida na larga faixa etária dos oito aos 18 anos, dividida em dois blocos: *aspirantes* (oito a 13 anos) e *pioneiros* (13 a 18 anos) (BOMENY: 1999:133)

A ação possuía um cunho educativo, socializador, com um teor político ideológico de mobilização político-miliciano da juventude no Estado Novo sob a direção dos ministros de Estado da Guerra, da Justiça e da Marinha e da Presidência. Pretendia-se infundir nos jovens “o sentimento de disciplina e da educação militar.

A Imprensa e a Influência Cultural

No Brasil, a propaganda política e ideológica foi amplamente utilizada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo valendo-se do grande poder de persuasão da propaganda e como ela influi direta e indiretamente na nossa sociedade e da sua importância para a legitimação do poder. Uma maneira efetiva de manipular e construir a mentalidade de uma determinada população é através da mídia. O governo Vargas, em especial o Estado Novo ficou conhecido pela censura e autoritarismo

referentes à divulgação da imprensa. Parte dessas medidas foram reflexos do processo ditatorial, onde a oposição deve ser calada. Em contraponto à censura à imprensa produzida nas colônias italianas e alemãs no sul do país, contribuiu-se para o projeto de nacionalização da educação, anteriormente citado.

Outra via, onde a mídia como um todo teria aplicações práticas para o governo, é na construção do imaginário populista que Vargas criou para si. A divulgação dos projetos nacionais, com ênfase aos do Ministério do Trabalho, desenvolveu a expectativa nacionalista sobre o governo varguista.

Considerações Finais

Todo governo que ascende ou se institui com bases autoritárias, deve para sua continuidade política desenvolver ou recriar mentalidades acerca no país na população. O governo Vargas, no período do Estado Novo, tomou medidas para assegurar o poder pela sua figura adquirida.

Para tal, Vargas desenvolveu reformas e ações para construir a mentalidade política patriótica da sociedade, afirmando que um país com um povo ciente de sua nacionalidade, é um povo disposto a defender seu país e conseqüentemente concordar com atitudes autoritárias que poderiam vir do Estado.

Vargas foi extremamente eficiente ao criar mecanismos nacionalizantes capazes de divulgar sua imagem enquanto um Estado populista e nacionalizante. Conforme descrito nesse trabalho, o governo validou-se de campanhas de abasileiramento, formação de movimentos da juventude, de manipulação midiática e de reformas no ensino, como o dualismo, que podem ser observadas até a atualidade.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em um dos seus discursos apresentou o seguinte argumento: “Pelo início do fim da Era Vargas”, as interpretações dessa fala no setor econômico foram concretizadas, mas as características do sistema educacional varguistas perduraram e fizeram-se parte da história desse país nas décadas seguintes.

Ainda no sentido de argumentações presidenciais, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao criar as escolas de ensino técnico, contribuiu diretamente para reacender o legado Vargas do ensino profissionalizante.

O autoritarismo, a violência e a repressão podem gerar a perspectiva de um período cujas contribuições tiveram significância pejorativa. Mas a análise dos aspectos educacionais, trabalhistas e nacionalistas, Vargas teve um valor bem diferente.

Enraizar um povo, um país e fazê-los partilhar cultura e experiências é um feito. Compreender o valor da nação faz de um determinado país capaz de enfrentar dificuldades, Getúlio tentou reproduzir essa idéia, não só, mas mostrar para o brasileiro o valor de ser educado e devoto de sua terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. **Ensaio brasileiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CORTES, Carlos E. **A Política Gaúcha (1930-1964)**. EDIPUCRS, 2007
DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GEORGE, Michel. **A Educação e o Estado Novo: A Ratificação da Ordem Dominante e a Construção do Imaginário Político Brasileiro**. Periódico de Divulgação da FALS, 2008

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. **O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral**. Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.07, v.1, Junho. 2010. p. 89-104.

REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Maximo de Moura. **O pequeno escolar**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940

SCHWARTZMAN, Simon et. al. **Tempos de Capanema**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 189 e 190. (grifos meus)

VAZ, Aline Choucair. **A Escola em Tempos de Festa: Poder, Cultura e Práticas Educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação, 2006.

VAZ, Aline Choucair. **Festas cívicas no Estado Novo: rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945)**. SOARES, Astréia (org.). INICIAÇÃO CIENTÍFICA NEWTON PAIVA 2000/2001. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002. p. 151-171.

□

Capítulo 2

O Departamento de Imprensa e Propaganda e o descobrimento do petróleo enquanto características marcantes do Governo Vargas

Charles Machado Hoepner
Vanelise de Paula Aloraldo ¹

RESUMO

Este artigo analisa a estratégia política do Estado Novo de implantar um departamento de rígida vigilância e controle dos mais variados instrumentos de comunicação. Trata-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que incentivava manifestações cívicas, popularizava a imagem do presidente, proibia a livre expressão e difundia ideais estadonovistas. E, na sequência, traz a contextualização do descobrimento do petróleo, quais foram os obstáculos que Vargas enfrentou, de que forma as pessoas portaram-se no que diz respeito à possibilidade da existência de petróleo e, por fim, a problemática em torno da criação da Petrobras, como se deu esse processo e qual foi seu efeito na sociedade.

Palavras-chave: DIP. Governo Vargas. Petróleo.

RESUMEN

Este artículo examina la estrategia política de la implementación de un departamento Estado Nuevo de estrecha vigilancia y el control de muchas herramientas de comunicación. Es el Departamento de Prensa y Propaganda (DIP), que alienta a las manifestaciones cívicas, popularizó

¹Acadêmicos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Artigo realizado para fins de contemplar a disciplina de Formação Social, Política e Econômica Brasileira, ministrada pelo professor Doutor Ronaldo Colvero. Novembro de 2010.

la imagen del presidente, que prohíbe la libre expresión de ideas y la propagación Estado. Y, en consecuencia, que aporta el contexto del descubrimiento del petróleo, ¿cuáles fueron los obstáculos que enfrentan Vargas, cómo la gente se comportó con respecto a la posibilidad de petróleo y, por último, los problemas relacionados con la creación Petrobras, ¿cómo fue ese proceso y cuál es su efecto en la sociedad.

Palabras-clave: DIP. Gobierno Vargas. Petróleo.

DIP: instrumento de controle e poder do Estado Novo

Com a implantação do Estado Novo² no ano de 1937, durante o regime de Getúlio Dornelles Vargas, procurou-se deter a opinião pública, disseminar ideias ditatoriais e tornar a censura³ um instrumento regulamentado e presente na imprensa, pois era chegada a hora da política preocupar-se com a imagem⁴ e utilizar os mecanismos de propaganda para exaltar e apoiar ainda mais o seu regime. Em 30 de dezembro de 1939, foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) por meio de um decreto presidencial para construir a figura do presidente Getúlio Vargas como a de um “salvador” ou “herói”. A obrigação do DIP era propagar nos lugares públicos ideais estadistas e distribuir retratos do presidente⁵ e cartilhas cívicas para a população. Outros órgãos precederam o DIP: o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) criado em 1938, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

² Foi um período que se caracterizou como uma ditadura, pois tivemos a extinção dos partidos políticos, a censura da imprensa, a dissolução do Congresso e a nomeação de interventores estatais.

³ Ato repressivo e negativo de controle da opinião pública. Surgiu dos tabus, das superstições e dos costumes, estendendo-se a todos os veículos de comunicação, no sentido de omitir informações, sob a justificativa do bem comum (MELLO, 2003, p.44).

⁴ Nas palavras de Jaqueline Dias: “A imagem é capaz de, num só golpe, proporcionar todo o tipo de comunicação necessária. Várias vezes já ouvimos falar que a imagem vale mais que mil palavras” (2000, p. 65).

⁵ A foto de um presidente enaltecía sua força e grandeza e significava o “domínio” do líder frente o “cidadão comum”.

(DPDC) de 1934 e o Departamento Oficial de Propaganda (DOP) que funcionou em 1931.

De estrutura nazista, o DIP era composto por filiais nomeados Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) que vigiavam as imprensas e emitiam “listas de assuntos proibidos” (LOPES, 2008, p.1). Essa estrutura de controle permitia também que o governo dominasse a vida cultural do Brasil, uma vez que censurava o cinema, a música, o teatro, esferas esportivas, funções recreativas e outros tipos de manifestações consideradas de cunho oposicionista ou que continham caráter de indignação sobre a política vigente. Além disso, o DIP se responsabilizava também pela organização de eventos com caráter cívico e patriótico, fiscalizava os concertos, palestras, exposições e dirigia o programa de radiodifusão oficial do setor governamental. Nada passava aos olhos vigilantes desse departamento que censurava tudo o que julgava inconveniente, declarando exterminar com os conteúdos “duvidosos” que colocavam em risco a ordem e o progresso.

Festas cívicas e esportivas (solenidades oficiais, desfiles cívicos, jogos, demonstrações de atletismo etc.) tinha como objetivo central criar a imagem da sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas exercidas para manter o controle social (CAPELATO, 2009, p. 67).

Na imprensa, a padronização das notícias era assegurada pela Agência Nacional. Dificultando a estrutura de empresas privadas, o departamento distribuía as notícias gratuitamente e possuía uma equipe numerosa e bem qualificada o que praticamente tornava monopolizadas as notícias. Outro efeito do DIP era a subordinação a jornalistas e proprietários de gazeta, nos quais inúmeros enriqueceram ao colaborar com o ato ilícito e aqueles que se opuseram ficaram impedidos de continuar a trabalhar com seus meios de comunicação. Nesse período, os jornais deveriam optar por resistir ao sistema correndo o risco de obterem seus estabelecimentos fechados e os redatores confinados ao exílio ou aderirem à propaganda ditatorial; publicando o material enviado pelo DIP.

O DIP era dividido em setores específicos com vista estratégica para difundir ideologias da Era Vargas. O setor de Radiodifusão era mais destacado, pois atuou nas escolas, como forma de doutrinar crianças e adolescentes, em estabelecimentos industriais e agrícolas com a pretensão de unir os municípios, o Estado e a União. O Rádio naquela época era considerado o mais importante meio de comunicação. No setor de Teatro e Cinema incentivava-se a produções que contemplassem um governo de grandes feitos. Outros setores que funcionavam eram: o setor de Turismo encarregado de dar visibilidade à nossa eminente e diversa riqueza natural e o setor de Divulgação (Imprensa) no qual fiscalizava os meios de comunicação para que as normas preestabelecidas não fossem desviadas e para que a matéria entregue fosse efetivamente publicada, além disso, esse setor de Divulgação também tinha a tarefa de conduzir discursos do governo. Todos estes departamentos coordenavam, acompanhavam e centralizavam a propaganda local exterior.

Ao Consolidar uma imagem de generosidade e preocupação com o povo brasileiro, Getúlio Vargas chegava cada vez mais ao poder, mas para aproximar-se das camadas populares também utilizou outros instrumentos como na área trabalhista, na educação e em campanhas internacionais. Desse modo, o DIP influenciava no comportamento da população que se encontrava cada vez mais envolvida na teia escura desse sistema de governo, um sistema estadonovista que consumia grandes quantias de dinheiro ao moldar um Brasil moderno e justo aliado à imagem do presidente. Essencial para o governo, o DIP como máquina de propaganda política foi considerada por muito tempo como um “superministério” devida sua função de sustentar o poder de Vargas e censurar diversões públicas, funções estas anteriormente exercidas pela polícia. Era responsabilidade também do DIP prestar serviço aos ministérios dando-lhes publicidade e propaganda.

Na esfera da radiofonia, criou-se um programa oficial denominado “Hora do Brasil” realizado em âmbito nacional. Esse programa inaugurado em 1938 pela DNP era transmitido obrigatoriamente em todos os centros de radiotransmissão e com tempo determinado retratando fatos

nacionais importantes. Em 1939, a “Hora do Brasil” tornou-se responsabilidade do DIP com o objetivo de informar todas as ações praticadas pelo presidente e as conquistas obtidas pelo Estado. Também era interesse do programa colocar em circulação músicas de “alto nível” produzidas por conhecidos e conceituados compositores e motivar os ouvintes a aderirem a elas. A Música Popular Brasileira ocupava espaço nos programas e comentários sobre arte e turismo eram inseridos na programação. Além disso, o radioteatro relembrava histórias de grande mérito nacional. Durante muito tempo as pessoas se recusaram a escutar o programa. Para sanar este problema o governo construiu enquetes para conhecer a opinião pública através do jornal “A Manhã” no qual reforçava (ou burlava) uma imagem positiva.

Outra façanha do DIP foi o “Cinejornal Brasileiro” que emitia uma sequência de documentários em forma de curtas-metragens e apresentados antes dos filmes nos cinemas brasileiros. De exibição obrigatória, o Cinejornal produzido entre 1939 a 1945, simbolizava um culto à imagem do presidente da República, na medida em que seguia seus passos. De cunho informativo e de traços totalitários o Cinejornal oficial demonstrava as belezas naturais que compõem o país, a importância do povo unido, mas em especial, de quem os governava. Também cabia ao Cinejornal comentar eventos políticos, variedades temáticas, paradas militares, inaugurações de obras públicas, conteúdo sobre a industrialização do país, desfiles, marchas e, principalmente, esportes. Este último incentivava os cidadãos a uma “cultura saudável” estimulando atividades físicas como um preparo para a defesa da pátria. Era sem dúvida, um projeto ideológico para militarizar, disciplinar e manter a ordem na sociedade, além de oferecer apoio às Forças Aliadas na medida em que se iniciava a conjuntura da segunda guerra mundial. O Cinejornal Brasileiro obtinha uma rede Distribuidora de Filmes Brasileiros que cuidava da distribuição, porém essa rede centrava-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e demorava a chegar nas outras cidades do país.

Cabe ressaltar que entre a narrativa radiofônica de presença marcante na sociedade brasileira durante o período estadonovista e o Cinejornal

Brasileiro que instaurava entre os espectadores a aceitação de um poder sobre eles, havia um encontro de linguagens e gêneros comunicativos que asseguravam o poder getulista, a negação da luta e classes e a valorização do corpo “perfeito”, isto é, aquele saudável, atlético, branco, robusto e bem vestido. Evidenciando ainda mais a personificação da “nação idealizada” e a essência do Integralismo⁶ pairando no ar, podemos observar no texto de Tomaim:

Era uma restrita burocracia estadonovista que decidia o que era bom ou ruim para o espectador brasileiro, o que acaba configurando mais um gosto pessoal do que uma obediência às normas censórias. Entre os intelectuais da época que exerceram a atividade de censor destaca-se o poeta Vinicius de Moraes. Em uma de suas crônicas [...] comenta a “lástima” que era assistir aos filmes do tempo do DPDC, segundo ele os cinegrafistas tinham “a sedução das ruas sujas, dos pantanais, das caras feias [...]” (2006, p.12, grifo nosso).

A crônica desenvolvida por Vinicius de Moraes no Jornal A Manhã (jornal considerado porta-voz do regime e dirigido por Cassiano Ricardo) nos mostra a insatisfação com a cara do Brasil reproduzida em filmes anteriores ao DIP (funcionava o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, o DPDC). Pode-se observar nesse momento – 1941 – uma preocupação com a imagem e identidade do país transmitida através dos veículos de informação.

Podemos perceber também que a censura aos filmes, com a ação do DIP, provocou inúmeros desempregos diante de “uma concorrência desigual. [...] produtoras independentes perderam o seu mercado. Desta forma, o Estado Novo centralizava em seu poder o trinômio produção-

⁶ Sob o comando de Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB) era um partido de cunho ideológico, utilizava símbolos, padrões de comportamento e constante uso dos meios de comunicação para perseguir comunistas, inserir um corporativismo político, defender a propriedade privada e negar o capitalismo bem como a democracia e o pluripartidarismo. Lutava contra “o judaísmo e a maçonaria” (CYTRYNOWICZ, 2010, p.25). Adotava esse sistema julgando forte amor à raça e à pátria. Com o Estado Novo, Getúlio Vargas proibiu e existência de qualquer partido político – o que não deixa de ser um golpe contra seus próprios aliados. Plínio Salgado permaneceu em exílio no país de Portugal.

distribuição-exibição” (TOMAIM, 2006, p.9). E como consequência, profissionais competentes e bem qualificados ao resistirem às imposições do DIP foram afastados de seus empregos ou tiveram que viver em más condições econômicas por falta de ocupação.

Durante o Estado Novo, inúmeros crimes e barbaridades foram cometidas, mas poucas chegaram a público, tudo fora neutralizado pela mídia, ou seja, pelo DIP. Isso fica claro no texto de Carvalho: “Assassinatos com motivação política não foram raros durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). [...] Mas, graças à censura à imprensa, poucos desses crimes vieram a conhecimento público. Quase todos foram abafados” (2010, p.24). Nesse sentido, a imprensa cria outra finalidade que não a da informação e torna-se um “instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não-totalitário” (ARENDR, 1989, p. 393).

Ao DIP era transmitido o poder de garantir a paz, a ordem, incluir comunicados do governo e exaltar o patriotismo, mas não se pode deixar de mencionar que a propaganda política construída e divulgada no período varguista beneficiava a elite, no momento em que ampliava o poder político e canalizava a participação das massas. Para Capelato (2009, p. 21-22)

Procurando impedir a expressão de conflitos e manifestações autônomas com sentido de oposição, negou-se o princípio da pluralidade da vida social, característica das experiências democráticas, substituindo-o pela proposta de construção de uma sociedade unida e harmônica.

Nas ideias desenvolvidas pela autora, surge o mito da Unidade Nacional e a ideia reproduzida era de que existia um líder ao lado das massas, imagem esta que maquiava um contexto de conflitos. A propaganda política seguia um modelo europeu nazi-fascista que impedia “vozes discordantes e penetração ideológica” (2009, p.84). Também planejava em maiores medidas causar boas impressões e pouco explicar ou dar sugestões.

A propaganda política vale-se de ideias e conceitos, mas o transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas (CAPELATO, 2009, p.39).

Nesta análise podemos observar como a política e a cultura se misturam a ideias, gestos, simbologias⁷ e representações, dominando assim, o imaginário social e inculcando nas massas valores e crenças que modelam comportamentos e regulam a vida social, ainda nas afirmações de Capelato (2009) o objetivo da propaganda política era conquistar o apoio da população brasileira e para isso valeu-se de imagens fotográficas para mobilizar, fascinar as massas por meio da arte visual e amenizar frustrações. Por um jogo de identificações, ele (o símbolo) encadeia a sorte dos amigos do líder, e ao mesmo tempo, catalisa a violência, permitindo descarregá-la sobre os inimigos, “bodes expiatórios” do momento (CAPELATO, 2009, p.56, grifo nosso).

A luta contra o comunismo cresceu no Estado Novo, pois a massificação da mídia apelava para a força entre os aliados e afastamento dos “inimigos da sociedade” vistos como desintegradores e instaladores do mal e da desordem no país. Martins já relata que “ainda que se possa questionar a capacidade do governo de silenciar completamente a imprensa, houve um esforço deliberado e, em larga medida bem-sucedido,

⁷ A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz em que se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde, e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul, ao lado, estão os dizeres: “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe” (Nosso Século, n. 23, p. 176 apud CAPELATO, 2009, p. 52). Em outro cartaz desenha-se a figura paternal de Vargas acariciando as crianças (uma delas empurrando a bandeira do Brasil) e no desenho se lê: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis, para a vida prática, todas as probabilidades de êxito” (Nosso Século, n. 24, verso da capa apud CAPELATO, 2009, p. 52). A “Marcha para o Oeste” transformou-se em um símbolo forte do Estado Novo com a obra de Cassiano Ricardo que trata da política de integração nacional. Um cartaz do DIP mostra a figura de Getúlio Vargas ao lado do mapa do Brasil com os dizeres: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste” (ibidem, p. 192 apud CAPELATO, 2009, p.53).

de sufocar a oposição” (2008, p.173).

Manipular a opinião, produzir a alienação, exprobar os meios de comunicação e fazer uso da repressão são formas instituídas pela política de massas. No entanto, nesse contexto de manipulação, constatam-se espetáculos comemorativos cujo órgão responsável pelo festejo era o DIP. Maria Helena conta que os jornais varguistas, em ocasiões festivas, expressavam imagens diversas: “a feição animada do centro da cidade”, “o grande entusiasmo e alegria”, “vibrantes manifestações operárias”, “o aspecto festivo da cidade”, “entusiasmo popular”, “carinhosas manifestações”, “multidão vibrante” (2009, p.70). Cabe, porém lembrar que a ampla participação popular, muitas vezes, foi devido à obrigatoriedade da presença de vários setores que, além de contemplarem as celebrações, deviam executar apresentações tais como: dança, canto, teatro, desfile, entre outros.

Partindo para o campo social, podemos verificar a marca singular do líder Getúlio denominado “pai dos pobres”; “pai” explicita a autoridade, o poder sobre o povo (nesse caso, as crianças). Dessa forma

O “povo criança” representava a ideia de incapacidade de escolha dos representantes, o que justifica o golpe de 1937. [...] O termo trabalhador também contrasta com o termo pobre. No Brasil, havia a imensa massa de excluídos em relação ao mercado de trabalho que era definida como “os pobres”. Cabia ao “pai”, chefe da nação, a obra de transformá-los em trabalhadores organizados e produtivos. (CAPELATO, 2009, p.63).

Vale lembrar que é justamente nesse contexto que surge o Serviço Social para controlar as demandas do Estado, trabalhar com as diversas refrações da questão social⁸ e com as transformações na organização da

⁸ Para compreender a definição de Questão Social, recorremos a Yamamoto (1998, p. 27): “Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Para ela, sendo desigualdade, a questão social também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.

sociedade e dos processos de produção que segundo Goerck, “resultam na precariedade das condições e relações de trabalho e no crescente desemprego” (2009, p.25), pois com a união da cidade com a indústria, surgiram cenários de inquietações sociais. O conservadorismo foi presença evidenciada na origem do Serviço Social. Por outro lado, a propaganda política, conforme Capelato, enfatizava a busca de harmonia social e a eliminação desses conflitos na sociedade brasileira.

Tomando como ponto de partida as técnicas manipuladoras das propagandas utilizadas para intensificar emoções, exaltar sentimentos e impor ideologias através de apelos e espetáculos dramáticos, revelam um planejamento e uma organização com traços muito comuns ao nazismo. O DIP se valeu da observação e identificação com a política da propaganda nazi-fascista e procurou adotar esse modelo de controle adaptado à realidade do Brasil.

Nem todos os ideólogos ou adeptos do Estado Novo declaravam-se simpatizantes do nazi-fascismo, mas alguns explicitaram sua admiração por esses regimes, como foi o caso de Filinto Muller, chefe da polícia política, encarregado da repressão dos opositores, e Lourival Fontes, diretor do DIP, que exercia o controle sobre os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e pela divulgação da propaganda estadonovista (CAPELATO, 2009, p.77).

Contudo, o regime de Getúlio Vargas não aderiu ao extremo como na Alemanha e na Itália em que o terror era usado até certo ponto para “granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público” (ARENDR, 1989, p. 390). Os organizadores da propaganda varguista aperfeiçoaram o modelo europeu fazendo uso de atrativos que cativavam a multidão e ganhavam a simpatia e o apoio popular por meio de mensagens intensas na imprensa. Era um aparato perfeito para formar a opinião pública e para afirmar um governo ditador que almejava uma Unidade Nacional. O DIP funcionava dando ênfase à figura carismática de Getúlio Vargas que não obstante, tornou-se figura famosa e lembrada

como “pai dos pobres”.

Lourival Fontes, grande admirador do fascismo e de Mussolini, trabalhou no DIP entre os anos 1939 e 1942 onde provia o cargo de diretor, no entanto, já havia dirigido outros departamentos que precederam o DIP, como o DPDC e o DNP. Com a saída de Fontes, o Departamento de Imprensa e Propaganda foi delegado à Coelho dos Reis no ano de 1943 e após este, ficou sob responsabilidade de Amílcar Dutra de Menezes até o ano de 1945, período em que este departamento se encerrou finalmente.

Sobre a prática esportiva, Fontes julgava ser uma atividade essencial para consolidar uma sociedade moderna e, para ele, o esporte formaria a disciplina necessária aos cidadãos. “Os esportes e moderna comunicação de massa como imprensa, cinema e rádio, foram significativos em transformar os símbolos nacionais em parte da vida dos indivíduos comuns, rompendo as divisões que existiam entre o privado e o público, entre o local e o nacional” (SOUZA, 2008, p.36). As partidas de futebol foram significativos momentos que reuniam e envolviam a população em um espetáculo verde e amarelo.

A descoberta do petróleo no Brasil e o momento de implantação da Petrobras

O Brasil começou a se preocupar com o petróleo de uma forma mais intensa a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, pelo fato de o país até esse período (1914-1918) consumir o produto de forma insignificante no que diz respeito à quantidade. Até então o seu derivado, o querosene, era utilizado como única fonte de eletricidade pelas famílias brasileiras, localizadas principalmente no interior do país, o seu custo era baixo e estavam começando a cogitar uma possível exploração no subsolo brasileiro, mesmo que essa hipótese não fosse levada muito a sério. Embora, muitas fossem as evidências que afirmavam a existência de petróleo no solo brasileiro, pelo fato dos países vizinhos ao Brasil terem petróleo em seu subsolo, como a Venezuela, por exemplo, ainda

havia pessoas que se mostravam contrárias, no sentido de não crer na existência do mesmo.

O escritor Monteiro Lobato escreveu um livro em 1936 que tinha como título: O escândalo do Petróleo. Esse livro teve grandes repercussões no Brasil, tendo em vista que foi reeditado várias vezes em menos de um mês em função de sua grande procura. E trazia a indignação do escritor com relação ao governo. Uma de suas reclamações foi: “não perfurar e não deixar que se perfure”. Porém, Lobato foi preso, pelo Estado Novo, sob acusação de tentar desmoralizar o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) que, na época era presidido pelo general Horta Barbosa.

E a partir disso, uma vez decidida às primeiras pesquisas e perfurações na busca por petróleo, no fim da década de 30, houve discussões se seria viável ou não a possibilidade de interferência dos estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro, o que gerou e gera discussões até os dias atuais. O questionamento dizia respeito de como negar a interferência dos estrangeiros se a mão de obra qualificada e todos os equipamentos necessários eram de fora do Brasil.

O nacionalismo de Vargas não impedia a vinda de recursos estrangeiros, contudo, o que de fato o preocupava era a questão de que o petróleo enquanto riqueza natural brasileira não poderia parar nas mãos dos estrangeiros, que, por sua vez, naquela época já mantinham poços de perfuração de petróleo no Oriente Médio. Atualmente, essa disputa pela posse do petróleo, gera determinados conflitos espalhados pelo mundo, mas principalmente entre os Estados Unidos da América e o Iraque.

No que diz respeito aos investimentos necessários para que se começasse uma pesquisa ou até mesmo uma perfuração, os valores seriam grandiosos, e isso, conseqüentemente afetaria de forma significativa os pequenos empresários. Traz Silva (2004, p.139): “Tais dispositivos não estimulavam pequenos empresários, interessados na descoberta do petróleo, sem disporem de grandes recursos. A pesquisa exigia aplicação de recursos consideráveis”. Para muitas pessoas a existência do petróleo no solo brasileiro era um mito, mas com as constantes pesquisas e tentati-

vas de perfuração, no dia 21 de Janeiro de 1939, foi encontrado finalmente o Petróleo em Lobato, na Bahia. Segundo Silva (2004, p.129):

O descobrimento e a exploração do petróleo brasileiro, por si sós, constituíram notável vitória da administração pública, porque desmentiram uma velha campanha derrotista, que via nos insucessos das primeiras sondagens uma prova da irremediável pobreza do nosso subsolo, e revelou novas possibilidades da nossa riqueza mineral.

Há quem diga que o Brasil só não teria explorado o petróleo em seu subsolo, em razão de uma possível parceria de interesses com os E.U.A. Mas apesar desses questionamentos polêmicos, uma vez que não foram comprovadas tais acusações, Vargas tinha o Nacionalismo fortemente impregnado e seu governo procurou avançar na formação de uma identidade nacional. Quanto à participação popular é incontestável que esse governo proporcionou vários momentos dessa relação povo-presidência, através disso houve vários movimentos nacionalistas, que defendiam inclusive a monopolização estatal do petróleo. Isso influenciava inclusive nas suas decisões com relação ao petróleo. Para Silva (2004, p.141):

Três medidas marcaram o desenvolvimento da indústria nacional do petróleo, durante o Estado Novo, de 1937 à 1945: a primeira, inserida na Carta de 1937, exigindo a nacionalidade brasileira aos acionistas de empresas de mineração, eliminava o capital estrangeiro dos empreendimentos minerais e a participação de estrangeiros, mesmo nacionalizados e radicados no País; a segunda, o Decreto-Lei nº366, de 11 de abril de 1938, declarava que todos os campos produtores a serem descobertos no território nacional passariam a pertencer ao governo Federal; a terceira, o Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, criava o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) e declarava de utilidade pública o abastecimento de petróleo, vedando, também, a participação de estrangeiros na indústria de refinação.

Mas para que se mantivesse a exploração era necessário todo um

equipamento adequado e qualificado, e isso, exigia grandes investimentos. O CNP (Conselho Nacional de Petróleo) não estava conseguindo atender às demandas em razão das dificuldades de transporte dos equipamentos e dos problemas com as licenças de exportação. Seu presidente, o general Horta Barbosa, tinha ideias nacionalistas o que acabava por impedir que recursos exteriores participassem nas atividades de exportação. Entretanto, devido às crises econômicas oriundas do período de guerra, o general Horta não conseguiu atingir suas metas e pediu ao presidente Vargas para que pudesse regressar ao exército.

Seu sucessor, o general João Carlos Barreto, tinha um ideal diferente e visto que as dificuldades só se faziam aumentar sugeriu ao presidente Vargas que a legislação do petróleo tivesse algumas alterações, uma vez que até então essa legislação impedia recursos financeiros de países estrangeiros. O general Barreto propôs que fossem investidos recursos estrangeiros, tomando o cuidado, no entanto, que esses recursos viessem a prejudicar o que até então havia sido idealizado: o petróleo como um bem brasileiro controlado pelo povo brasileiro, sendo mais tarde conhecido como o projeto “o Petróleo é nosso”. Conforme Melo (1994, p.232):

Os capitais privados nacionais, no pós-guerra, apareciam como uma estratégia mais definida de associação com o capital internacional e faziam pressão para obter a participação do capital internacional no setor. Até a criação na CNP, tinham lutado para que o Estado tivesse um papel de suporte técnico e financeiro ao setor. O fim da II Guerra Mundial havia consolidado a absoluta hegemonia americana. Diante da nova realidade mundial, os empresários nacionais buscaram uma aliança com o cartel do petróleo para desenvolver a indústria petrolífera brasileira.

Em se tratando de um fato que abalaria as mais diversas camadas e a própria estrutura do país o projeto do petróleo trouxe muitas discussões. De acordo com Silva (2004, p.144):

Transpondo os centros de debate do Clube Militar, do Clube Naval e da Câmara dos Deputados, a discussão tornou-se pública, e a imprensa se dividiu contra ou a favor do petróleo. A campanha de “o petróleo é nosso” sensibilizou a mocidade e a União Nacional dos Estudantes, e muitos diretórios estudantis engajaram-se no combate ao projeto, considerando-o entreguista.

Embora considerado por um demasiado número de pessoas como um projeto entreguista não se pode negar que o projeto “o petróleo é nosso” trouxe um grande sentimento nacionalista na população e movimentou estudantes (através da UNE- União Nacional dos estudantes), universidades, professores, etc. Com a monopolização estatal, proposta várias vezes, somente o Brasil, através do Estado, teria o poder de decisão com relação à manutenção e até mesmo do destino do petróleo. Vargas inquietado com o desenvolvimento do país propõe a industrialização. Tornando-se uma figura muito querida pelo povo. Traz Carvalho (2004, p.124-125):

Vargas era exaltado como o grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo. Era o grande benfeitor, o “pai dos pobres”. À medida que se aproximava o fim do regime, o próprio Vargas passou a se dirigir aos operários em grandes comícios organizados com o apoio da máquina sindical. [...] Criou-se o “queremismo”, nome tirado da expressão “queremos Vargas”.

É inegável que durante o segundo governo Vargas demonstrou preocupação com a população de renda mais baixa, suas leis trabalhistas instituíram direitos que, hoje consideramos indispensáveis, mas que em sua época foi uma metamorfose nas estruturas do país. Vargas é até hoje considerado, não só por aliados políticos, mas também, por uma grande parcela da população como o: melhor presidente que o Brasil já teve.

A Criação da Petrobras

Com a crescente taxa de exploração e uma maior demanda no consumo, um país como o Brasil, que não tinha grandes conhecimentos ou estudos na área petrolífera necessitava organizar-se, era preciso ser criada uma empresa que administrasse com profissionais capacitados algo de valor inestimável como o petróleo, e diferentemente da Indústria de aço de Volta Redonda que contava com um maior número de profissionais qualificados, o Brasil não teria tanto tempo, ou pelo menos tempo suficiente, para treinar esses profissionais para trabalhar nessa empresa, mostrando mais uma vez uma dependência para com os estrangeiros. E foi a partir dessa necessidade que foi criado um Projeto pelo Estado para lidar no campo do petróleo, que mais tarde veríamos a conhecer por Petrobras. O presidente Vargas, de acordo com Silva (2004, p.151):

Exigiu o primeiro esboço, criando a empresa, debatida no pequeno âmbito da assessoria. Foi solicitada e prestada a colaboração do dr. Seabra Fagundes, nos assuntos de natureza jurídica. O governo não estava interessado em provocar debates e queria mostrar um trabalho o mais completo possível.

Apesar de várias posições contrárias a criação dessa empresa, e com muitas dificuldades criadas pelos opositores, muitas vezes denominando o projeto de entreguista ou não nacionalista o suficiente. Vargas consegue criar a Petrobras através da Lei de nº 2.004. Segue Silva (2004, p.129):

O projeto de criação da Petrobras, contido na mensagem de 8 de dezembro de 1951, e em curto prazo concretizado em lei, dotou o nosso país de um dos mais poderosos instrumentos de progresso social e econômico. Naquela mensagem, o governo chamava a atenção para a gravidade do problema, face ao crescente consumo de petróleo e seus derivados em todo o território nacional, e à insuficiência das refinarias então existentes para industrializar sequer a metade do nosso petróleo necessário ao consumo do País nos anos seguintes

Traz Silva (2004) que o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) através do deputado trabalhista Euzébio Rocha eliminou a participação de capitais privados estrangeiros e nacionais. A empresa contaria, apenas, com os recursos provenientes de ações pertencentes ao Governo federal e aos governos dos estados, municípios, territórios ou Governo Federal, para realizar as suas atividades de exploração, produção, refinação e transporte do petróleo.

Embora seja uma das maiores benfeitorias de seu governo, Vargas jamais poderia imaginar que a Petrobras ao longo de sua trajetória estaria entre as 15 maiores multinacionais do mundo, e que balançaria a economia mundial. A Petrobras é a empresa petrolífera mais importante brasileira e suas pesquisas ajudaram a descobrir o pré-sal. Há muitas polêmicas que envolvem a Petrobras e uma delas foi a Lei de nº 9.478 que o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou permitindo que empresas estrangeiras também movimentassem a Petrobras, e quis até mudar o nome da mesma para Petrobrax, em função do alto reconhecimento internacional, o que causou divergências por parte de todos os setores da sociedade, até que o presidente desistiu da ideia. A Petrobras é importante até para o Serviço Social principalmente no que diz respeito à criação de milhares de empregos dando oportunidade de uma ascensão social, e tirando muitas famílias da linha da miséria e da pobreza.

Considerações Finais

Numa perspectiva de análise, procurou-se demonstrar nesse trabalho, como a propaganda varguista se utilizou da imagem e da imprensa em geral, sem suporte partidário, para explorar o campo político e chegar ao poder. Os meios de comunicação controlados pelo DIP sustentavam o mito político da Unidade Nacional e concentravam suas forças mobilizadoras através do esporte, das paradas cívicas, da música, do teatro, da radiofonia e em cinejornais para legitimar o regime e reprimir ideias contrárias ao governo. E, por fim, abordou-se a questão da desco-

berta do petróleo enquanto riqueza natural, quais foram os impasses que Vargas sofreu para poder seguir nas pesquisas, na exploração, o quanto seu nacionalismo foi fundamental para que essa descoberta beneficiasse o Brasil em seu recente processo de industrialização e também trouxe a contextualização da criação da Petrobras, explicitando o que ela representou e o porquê de sua importância, não somente no coração dos brasileiros, mas também enquanto indústria importante no cenário mundial.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Estado da impunidade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n.61, out. 2010, ano 6, ISSN 1808-4001, p.21-25, Rio de Janeiro.

CYTRYNOWICZ, Roney. A força e a pátria em ação. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n.61, out. 2010, ano 6, ISSN 1808-4001, p.21-25, Rio de Janeiro.

DIAS, Jaqueline Sarmento. **O Direito à Imagem.** Del Rey: Belo Horizonte, 2000. 180p.

GOERCK, Caroline (Org). et al. **Múltiplas Faces da Questão Social: o objeto de trabalho do Assistente Social.** Porto Alegre: Faith, 2009. 214p.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1936.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Contra o arbítrio, pela liberdade**. Jornal da USP, n. 831, jun. 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/boletim/a04n100/forum_dirceu.shtml>. Acesso em: 09 nov. 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.225-256.

MELLO, José Guimarães. **Dicionário Multimídia: Jornalismo, Publicidade e Informática**. São Paulo: Arte e Ciência, 2003. 400p

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual Compacto de História do Brasil: teoria e prática**. 1.ed. São Paulo: Rideel, 2003.

SILVA, Hélio. **1954: um tiro no coração**. Porto Alegre: L &PM, 2004.

SOUZA, Denaldo Achorne de. **O Brasil entra em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008, 220p.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **O Cine Jornal Brasileiro do DIP, como Getúlio Vargas “adotou” o cinema**. INTERCOM-SUDESTE 2006- XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, maio 2006. Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/novosite/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=19937>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

Capítulo 3

As Inovações da Era Vargas

Gabriela Peters¹
Tiago da Silva Andrade²

RESUMO

Este artigo visa contemplar a reforma estrutural que Getúlio Vargas realizou em quinze anos, à frente da Presidência da República, Contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Suas criações desde a década de trinta foram vitais, gerando impacto sobre a infra-estrutura do país e mudando seu contexto histórico político. Desse modo tendo em vista a Era Vargas, apresentam-se contribuições realizadas no governo através das criações do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Companhia Siderúrgica Nacional, Implantação do projeto que mais tarde resultaria na criação da Petrobrás.** Focando também na Consolidação das Leis Trabalhistas em especial no processo antes de sua criação e as influências recebidas. E que graças ao Governo Getulista a classe trabalhadora hoje tem seus direitos garantidos por lei.

Palavras-chave: Questão Social. Infra-estrutura. Legislação Trabalhista. Desenvolvimento.

RESUMEN

Este trabajo pretende abordar la reforma estructural que Vargas hizo

¹ Acadêmica do segundo semestre do curso de Serviço social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Artigo realizado para fins de contemplar a disciplina de formação Social Econômica e Política Brasileira, ministrada pelo professor doutor Ronaldo Colvero.

² Acadêmico do segundo semestre do curso de Serviço social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Artigo realizado para fins de contemplar a disciplina de formação Social Econômica e Política Brasileira, ministrada pelo professor doutor Ronaldo Colvero.

en quince años, por delante de la Presidencia, lo que contribuye al desarrollo social y económico de Brasil. Sus creaciones desde los años treinta eran vitales, generando impacto en la infraestructura del país y el cambio de su contexto histórico y político. Así, en vista de la era Vargas, han hecho contribuciones al gobierno a través de la creación del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, la Compañía Siderúrgica Nacional, la ejecución del proyecto que más tarde dio lugar a la creación de Petrobras. También se centra en la consolidación de la legislación laboral en los procedimientos especiales antes de su creación y recibió las influencias. Y gracias a la Getulista Gobierno a la clase obrera hoy en día tienen sus derechos garantizados por la ley.

Palabras clave: cuestión social. Infraestructura. Legislación del Trabajo. Desarrollo.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu no dia 4 de abril em 1882 em São Borja e morreu em 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete com um tiro no peito. Vargas governou o Brasil entre os anos de 1930 a 1945 no primeiro mandato e o segundo foi de 1951 a 1954. Seu governo trouxe mudanças expressivas para o cenário brasileiro, estas mudanças significativas para o desenvolvimento da infra-estrutura do Brasil como a criação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás e e implantou Consolidação das Leis Trabalhistas, favoráveis aos trabalhadores e que influenciam até hoje na sociedade brasileira. E as principais vantagens dessas criações para o Brasil e como estas influenciam no desenvolvimento nacional.

Vargas tinha grande preocupação com a questão social, pois este tentava melhorar as condições de vida da população buscando criar leis para a regulamentação e criação de direitos aos trabalhadores, que eram desamparados e não tinham nem um direito trabalhista assegurados por lei até então. Segundo Silva “Desde a chegada de Vargas ao poder, no bojo da revolução de 1930, o estado passa a intervir e procurar gerir a questão social, criando de imediato o Ministério do Trabalho.” (1990,

p. 420). Este ainda conhecido por Ministério da Revolução e também a implantação do Ministério da Educação e garantia de benefícios sociais aos trabalhadores pela primeira vez no país.

Vargas procurava alterar a situação tendo em vista dois objetivos básicos: de um lado, evitar uma explosão social de grandes proporções; por outro, procurava trazer os trabalhadores para o mercado interno, transformando-os em consumidores, na estratégia de superar os efeitos da crise econômica mundial de 1929. (SILVA, 1990, p.420)

O que serviu de inspiração para a criação da lei de sindicalização era a necessidade de melhorar o mercado interno e alavancar a economia pra poder superar a crise na econômica de 1929³, que vinha desestabilizando severamente outros países. O que começou a mudar a situação da classe operária, que era explorada e estava muito descontente com os baixos salários recebidos e as péssimas condições em que trabalhavam muitos deles foram presos e torturados pelo governo na época. Alguns chegando ate mesmo a morte em cadeias, por terem lutado por melhores condições de trabalho no Brasil.

Assim, é criada em 1931 a lei de sindicalização, tendo como característica básica a ideias de colaboração de classe entre operários e patrões de ambos com o estado. Ao mesmo tempo, e este é um avanço, é vedado aos patrões ou empresas despedir, suspender e rebaixar... o operário pelo fato de associar-se ao sindicato de sua classe. (SILVA, 1990, p. 420).

Com a criação da lei de sindicalização o estado auxiliava a classe operária e burguesa ao mesmo tempo, que impedia os patrões e empresários de demitir funcionários por estes estarem associados a algum sindicato da classe. Dando assim uma falsa sensação de liberdade aos trabalhadores, pois os sindicatos deveriam obedecer as regras determinada

³ Crise que elevou as taxas de juros, teve origem nos Estados unidos e desestabilizou e economia mundial.

pelo estado, portanto eles continuavam sem poder reclamar seus direitos, o que não trouxe nenhum benefícios para a época, porem

No mesmo ano de 1931 e regulamentado o trabalho feminino, estabelecendo que a todo trabalho de igual valor corresponde salário igual; ao mesmo tempo a gravidez é protegida, impedindo o trabalho nas quatro semanas antes do parto, além de proibir a dispensa da mulher grávida pelo simples fato da gravidez. (SILVA, 1990, p. 420)

Que de certa forma prometia a regulamentação do trabalho feminino e do salário igualitário de mesmo valor, que na verdade não se concretizou, Mas em contra partida garantiu o direito empregatício da mulher grávida, sendo que o patrão não podia demitir tal funcionaria gestante. E também o direito a uma dispensa de um mês antes do parto, o direito ao voto. “Ainda em 1931 é promulgada a Lei do Trabalho do Menor, que veda o trabalho de menores de 14 anos. (Silva, 1990, p. 420).” Essa lei foi criada com o intuito de reduzir o trabalho infantil que não saiu do papel e não deixou de existir e perdura até os dias de hoje.

A exploração cada vez mais se torna crescente com o passar do tempo e que só começou a mudar depois da criação do ECA⁴ em 1990, mas com resultados ainda insatisfatórios devido à marginalização desses indivíduos na sociedade contemporânea. “Em 1932 e criada à carteira profissional do trabalho, que embora já existisse, desde 1919, era regularmente descumprida. Os primeiros Institutos de aposentadorias e Pensões, por ramo de atividades, são criados em ainda 1934. (silva, 1990, p. 420)”. Lembrando que o período de 1934 a 1937 foi considerado talvez um dos mais democráticos regimes constitucional.

Mas ainda citando Silva, “a Lei do Salário Mínimo, em discussão desde 1931, é promulgada em 1936. (1990, p. 420)” ou seja a lei tinha um caráter constitucional mas só tornou-se oficial nove anos depois já

⁴ Estatuto da Criança e Adolescente criado em 13 de julho de 1990, lei nº 8.069 pelo então Presidente Fernando Collor de Mello.

⁵ Período marcado pelo forte regime ditatorial político implantado pelo então presidente Getulio Vargas iniciado no do dia 10 de Novembro de 1937 ao ano de 1945

no Estado Novo⁵ em 1940 mesmo estando em vigor não era reconhecido. Conforme Amaral, “O trabalho brasileiro deixou de ser trabalho escravo, de salário médio e de pouco mais de CR\$100,00 e subiu para um salário médio superior a CR\$450,00”. (1984, p.71). Ou seja em 1936 o intuito era de avaliar e definir um valor para o salário mínimo. E com isso temos de forma bem nítida uma visão da situação do trabalhador antes de trinta no Brasil.

Da mesma forma, o governo intensifica sua intervenção no mundo do trabalho. Daí surge à necessidade de se atualizar e consolidar o conjunto da legislação existente. Alguns juristas como Arnaldo Sussekind, Dorval Lacerda e Segadas Viana dedicam-se a elaboração de um código geral do trabalho, originando-se assim a chamada consolidação da Legislação Trabalhista, CLT, publicada em 1943. (SILVA, 1990, p. 421)

Que reforçou e validou os direitos, agora sim de maneira mais assegurada aos trabalhadores, pois com a criação da CLT⁶, possibilitou a criação da justiça do trabalho o descanso semanal o direito as férias remuneradas a remuneração por tempo de serviço. Foram criadas também as CAPs⁷ que auxiliava os operários no caso de necessidades e garantia o direito à aposentadoria entre outros benefícios. E que veio se aprimorando com o passar do tempo e garantindo mais direitos e benefício a classe trabalhadora do nosso país A CLT é a principal lei de garante os direitos sociais do mercado de trabalho hoje no Brasil e uma dos mais importantes feitos de Vargas na área social.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde a Era Vargas

Até a década de 30 no Brasil, existia uma grande dificuldade em

⁶Consolidação da Legislação Trabalhista. (CLT) Criada pelo presidente Getulio Vargas em 1 de maio de 1943que garantiu os direitos trabalhistas.

⁷Caixas de Aposentadoria e Pensões que garantiam o direito a aposentadoria ou pensões e ate mesmo beneficio do socorro médico e a compra de medicamentos a preços reduzidos.

obter conhecimentos estatísticos e geográficos em relação ao território brasileiro e sua população. Todavia, fazia-se mister⁸, um órgão responsável que levantasse informações para melhor interpretar os dados que surgiam com o fim da República Velha. Na época cogitava-se uma nova guerra no cenário mundial Segunda Guerra, 1939-1945 e o governo não possuía nenhuma informação verídica sobre a situação potencial do país, podendo até gerar certo transtorno nas possíveis redes de trocas comerciais, o que certamente prejudicaria as políticas nacionalistas⁹ de cunho desenvolvimentista que estavam sendo implantadas na época.

No entanto, em 1938, houve mudança, no intuito de solucionar o problema, analisando estes fatores que cercavam a política interna e externa do Brasil, cria o “**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**”, conhecida como **IBGE**. Somente a partir desta medida, é que o país começa a dar início aos estudos sobre análises estatísticas demográficas, econômicas e sociais, para fim de conhecer, o verdadeiro caminho traçado que obteria a revolução fundamental para uma nova concepção estrutural nas políticas.

“[...] o Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, necessitava de apoio para tomada de decisões políticas no que se refere aos serviços estatísticos. Esse apoio deveria fundamentar-se, sobretudo, em números exatos que retratassem a realidade do país, mas carecia de um organismo capaz de lhe fornecer esses elementos essenciais para a implementação de políticas públicas governamentais.” (MIGUEL et al., 2009).

O primeiro projeto realizado pelo IBGE foi a “Determinação das Coordenadas das Cidades e Vilas”, o que vinculou a relação de Municípios, Estados e Governo Federal. Respectivamente, este último é o responsável por fazer o censo a cada 10 anos, que tenta abranger, em alguns casos, o máximo da população. Ao levantar dados, a partir de um objeto

⁸ Coisa necessária ou forçosa, obrigatória.

⁹ Criação de circunstâncias políticas que desenvolve uma legislação favorável ao mercado interno.

de pesquisa, com o objetivo de saber sobre a situação econômica, habitacional e social das famílias, é possível ter conhecimento sobre o número estatístico, dentre outros dados, de determinado objeto; que pode ser desde “Documentar e disseminar todas as informações colhidas” até “Coordenar e consolidar essas informações”.

Aos poucos, o IBGE foi tornando-se uma ferramenta de suma importância para a avaliação do desenvolvimento nacional e internacional, fazendo com que as ações governamentais, caracterizadas por sua aplicação, fossem midiaticizadas e/ou legitimadas por números que podiam ser utilizados em favor do governo como acontece atualmente. Isso não significa que havia manipulação, somente que a partir daquele momento tudo poderia ser exteriorizado negativamente ou positivamente em favor da sociedade - onde os dados seriam evidenciados como forma de transparecer a ação governamental em suas variadas escalas sociais.

Portanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um dos projetos mais importantes de âmbito nacional. É louvável a forma que esta instituição veio se desenvolvendo após sua criação no Governo de Getúlio Vargas. Sua Contribuição vem a ser de eximia relevância, pois seu objetivo de assegurar informações sobre a população brasileira mostrando sua realidade sócio-econômica que vem gerando grandes frutos.

Getúlio Vargas como estrategista na criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – 1941

No início do primeiro governo, logo após o fim da República Velha, o Brasil entrava em uma nova fase, a qual mudaria seu contexto histórico e político desde então. A Era Vargas iria acarretar mudanças significativas ao país, causando impacto até hoje na política pós-moderna brasileira. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder com o Golpe de Estado em três de novembro de 1930, a economia do Brasil era marcada por sua dependência em exportação de café. Em 1929, um ano antes da posse, com a crise de superprodução nos Estados Unidos, fez-se mister, que o país desse início a algumas mudanças que adaptassem ao novo

cenário mundial, e uma dessas mudanças, era a industrialização. E apesar destas necessidades, a concretização do pensamento progressista viria bem depois – mais precisamente na terceira fase de Getúlio Vargas no poder, em 1937, com o Estado Novo e a Companhia Siderúrgica Nacional.

A importância de Getúlio fica claramente evidenciada por Bernardes em sua colocação a respeito das ações presidenciais:

“O conhecido processo de implantação da Companhia Siderúrgica Nacional é o principal exemplo desta sua capacidade de ação. Ele soube negociar, no plano externo, a importância estratégica do território brasileiro na Segunda Guerra Mundial e, no plano interno, atrair o apoio do empresariado nacional e do alto escalão das Forças Armadas para este projeto.” (BERNARDES et al., 2004)

Como a criação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, ratificou-se em um Estado forte e centralizador. Com isso, o país começa cada vez mais a intervir em todos os aspectos da economia. Essa intervenção, objetivando o reaparelhamento do exército e a estruturação de várias instituições, modificaria todo o processo impregnado na política de infra-estrutura. Em 1939 é criada então, a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional com intuito de comprovar a necessidade de se construir uma Usina Siderúrgica no país. Comprovado a viabilidade da obra, vindo no ano seguinte, mais precisamente em 1940, o relatório para ser entregue a U. S. Steel¹⁰ agravamentos no conflito barraram novas negociações.

Com isso, Vargas decide mudar o rumo de sua política internacional criando uma nova comissão para angariar o empréstimo necessário a obra, entorno de mais ou menos 20 milhões de dólares. Apesar das novas negociações caminharem, os Estados Unidos enxergavam com maus olhos a fundação de uma siderúrgica de porte no Brasil, com receio de perder seu monopólio nesta área. Muito ágio e politicamente decidido,

¹⁰ U. S. Steel empresa norte americana uma das primeiras siderúrgicas que atua nos Estados Unidos.

Getúlio Vargas sabia exatamente os detalhes que estavam emperrando o negócio e decidiu, genialmente, forçar a colaboração dos norte-americanos. Para isso, em junho de 1940, no encouraçado¹¹ Minas Gerais, discursa sobre a “possível” entrada do país na Segunda Guerra apoiando os rivais dos aliados, ou seja, o eixo.

Não se pode negar, contudo, a admiração que Getúlio nutria pelos países do eixo – principalmente pelos alemães, nacionalistas de Hitler. Porém, esta afirmação causou um “rebuliço” nos norte-americanos fazendo com que aceitassem dar o empréstimo necessário à criação da Siderúrgica Nacional. Mais uma vez, Getúlio Vargas mostrara-se peça fundamental para o desenvolvimento nacional da política brasileira. Com sua dinâmica, objetividade e, acima de tudo, seriedade; foi possível, já naquela época ao Brasil, conquistar espaço e respeito no cenário político-econômico mundial.

Durante seu Governo Getúlio tentou consolidar a economia brasileira, diante disto desenvolveu a infra-estrutura, através de suas implantações na criação de indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1941 o projeto da CSN foi criado, abrindo suas portas em outubro 1946 e desde então não as fechou. Anos após sua criação a CNS se tornou a maior indústria siderúrgica da América Latina, tal como uma das maiores do mundo, localizada no Vale do Paraíba, sul do Rio de Janeiro na cidade de Volta Redonda. Além da produção de Seis milhões de toneladas de aço bruto e mais de cinco milhões de toneladas de laminados na matriz, a companhia possui minas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais e também uma mina de carvão localizada no estado de Santa Catarina. Visando promover seu desenvolvimento no setor industrial, a empresa siderúrgica está sempre em busca de novos caminhos, desde modo tenta se aprimorar em novos campos de atuação como o cimento e aços longos.

Desde que o Brasil entrou em sua nova fase de industrialização, o mercado interno deu um grande salto engrandecendo a economia brasi-

¹¹ Navio de guerra fortemente blindado pertencente a marinha brasileira intitulado de Minas Gerais.

leira que possui um mercado livre e exportador, a CSN desde sua criação é uma das contribuintes para tal. Em vista que a Companhia é umas das pioneiras na produção siderúrgica, abrindo novas portas para a implantação de indústrias no país. Contudo mesmo sendo privatizada¹² a CSN em seis décadas de produção, esta ativa contribuindo para geração de empregos, em média dezesseis mil trabalhadores empregados pela Companhia, aumentou o índice de exportação para o exterior o que valorizou a matéria prima e mão de obra dentro e fora do país, seus produtos são diversificados, sendo usados em vários setores como de automóveis, construção civil, embalagens de latas de bebidas etc. A "Fundação CSN" realiza um dos maiores projetos em investimentos sociais, dando contribuição a áreas como educação, desenvolvimento comunitário entre outros voltados para crianças e adolescentes.

Getúlio Vargas e a importante participação na Fundação do Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.

Desde a primeira metade da década de 30, o Brasil vinha vivendo transformações em muitos campos de infra-estrutura. O petróleo, base de muitas economias da época, largamente utilizado pelos países industrializados, era uma importante questão que começava a dar seus primeiros passos no subconsciente da maioria dos dirigentes do povo.

As principais discussões sobre o Petróleo foram dar início formalmente em fevereiro de 1946, já sob o comando do presidente Eurico Dutra, e giravam em torno do desenvolvimento do país. Todavia, em sua posse em 1945, o então presidente, ex-ministro da guerra de Getúlio Vargas, teve uma bancada congressista formada, em sua maioria, por parlamentares que não simpatizavam com o Estado Novo, ou seja, não concordavam com as legislações nacionalistas e autoritárias deixadas pelo ex-presidente Vargas. Isso causou um profundo desagrado por parte dos simpatizantes varguistas, causando um embate entre os que queriam a estatização da futura empresa e os empresários que viam no Petróleo, a

¹²Vendida para empresa privadas, sua privatização ocorreu em 1993.

possibilidade de seus futuros investimentos. Contudo, uma solução foi encontrada: a aceitação de investimentos estrangeiros, desde que fossem em empresas nacionais. Porém, uma onda nacionalista inundou o país em abril de 1947, mesmo período em que uma das maiores campanhas políticas da história criou o slogan que viria a ser o carro-chefe das reivindicações de cunhos nacionais, conhecida como: “o Petróleo é nosso”.

Posteriormente a essa onda, em abril de 1948, foi fundado no Rio de Janeiro o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo pelos simpatizantes do monopólio do Estado. Isso fez com que várias instituições passassem a lutar pela nacionalização do petróleo brasileiro, estando em sua liderança o recém criado: CEDPEN¹³. Apesar da mobilização, o presidente Eurico Dutra sofreu com a burocratização por parte da câmara, sendo por fim arquivado.

É sob este cenário que em janeiro de 1951 inicia a participação de Getúlio Vargas como presidente da República, na batalha pela independência do Petróleo nacional em favor de toda a sociedade. Muitas foram às lutas que os partidários da nacionalização iriam sofrer logo depois, pois todos, inclusive Vargas, sabiam da dificuldade de se implantar uma empresa do porte da Petrobras 100% do Estado.

Analisando está atmosfera, Getúlio então decide enviar ao congresso um projeto de lei propondo não somente a criação do Petróleo Brasileiro S.A.¹⁴, como também vê nesta medida a possibilidade de abrir uma parte de seu capital à empresários estrangeiros. Obviamente isso ia contra os seus princípios, mas como um excelente estrategista antenado na política interna e externa do Brasil, sabia que mais tarde esta ação poderia render lucros positivos à nação. No entanto, paralelamente a isso, indo contra todos os fatores propostos por Getúlio, a União Democrática Nacional (UDN) havia formalizado um projeto onde a empresa seria rachada, mas duramente controlada pelo Estado, causando assim, uma forte mobilização de algumas instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹³ Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

¹⁴ Sociedade anônima.

Diante de toda essa briga política, Getúlio Vargas decide monopolizar a empresa como sendo do Estado. A partir daí, muitas outras implicações ocorreram contra a aprovação do projeto, mas tudo aos poucos foi tomando a devida forma, quando em três de outubro de 1953 sob a lei nº 2.004, nascia para o mundo uma das maiores empresas no ramo petrolífero, seu nome era Petrobras. A participação de Getúlio foi fundamental no processo de fundação da empresa, mesmo tendo outros nomes envolvidos na formulação do que viria a ser o texto final, sua colaboração sempre muito perspicaz e atenta, fez com que o Brasil se transformasse já na época, num dos expoentes externos que mais conquistaria divisas neste ramo.

Logo a criação da Petrobras se deu através da campanha governamental getulista, enfatizando esta matéria prima, que se tornou uma das grandes bases econômicas do Brasil. A execução das atividades petrolíferas estão em seu auge, a Petróleo Brasileiro S/A é uma sociedade anônima, possuindo capital aberto, ou seja, seu capital é formado por ações, seu principal acionista é o próprio Governo Brasileiro. É uma empresa de energia abrangendo outros setores como a produção de gás natural, comercialização de óleo, bicom bustíveis e outros derivados de fontes de energia renovável. Desta forma a Petrobras movimentou grande parte da economia brasileira, contribuindo para o seu desenvolvimento, criando novas fontes de energia que fazem o país se destacar diante do cenário mundial, sendo uma empresa de cunho multinacional, contribuiu para a geração de ofertas para empregar parte da população.

Considerações Finais

No entanto concluímos que a Era Vargas foi de exímia importância, servindo como ponto de partida para o desenvolvimento Brasileiro. Deste modo em seu governo Getúlio Vargas implantou projetos, visando garantir os direitos trabalhistas até então inexistentes em nosso país. Contudo suas criações foram mais além, a partir da criação do Estado Novo, houve a implantação do projeto Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística, que tornou-se uma ferramenta relevante para o governo, pois sua contribuição vem através do estudo de dados sobre a população brasileira, subsidiando as atividades governamentais, partindo do ponto em que se possa promover ações, dentre elas políticas públicas, visando atender as necessidades da nação brasileira. Logo após surgiu a primeira Companhia Siderúrgica Nacional, que vem desde sua criação contribuindo para movimentar a economia do país, que gera emprego e renda para a população. Tentando movimentar a infra-estrutura econômica já em seu segundo governo, afim de engrandecer o país frente ao cenário mundial, seu objetivo se concretizou pois hoje a Petrobras é uma multinacional de grande porte, gerando desenvolvimento a infra-estrutura do Brasil. A Era Vargas se tornou um dos governos mais importantes pra a historia brasileira, considerando que Getulio Dorneles Vargas saiu da vida para entrar na historia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Anselmo F. *Getúlio Vargas: Continuidade de uma idéia de espolição*. Porto Alegre: Martins livreiro, 1984.

ARAUJA, Anildo Fabio de. *Estabilidade provisória do dirigente sindical*. Jus Navigandi. Teresina, ano 4, n. 36, 1 nov. 1999. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/1198>>. Acessado em: 11 nov. 2010.

BRASIL, Lei nº 8.069. 07/1990

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *A ERA VARGAS ACABOU?* Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/texto_denis.pdf > Acessado em: 09/11/2010.

CORRÊA, Angela M. C. Jorge. MELLO, Patrícia Ribeiro de. *Salário Mínimo: evolução histórica, desigualdade e pobreza no Brasil*. <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp30art07.pdf>>. Acessado em 15 de Nov. 2010

CORREIA, Maria Rosa dos Santos. MIGUEL, Nadya Maria Deps. *OS INTELLECTUAIS NO IPHAN E NO IBGE NA ERA VARGAS* Disponível em: < <http://www.cult.Ufba.br/enecult2009/19141.pdf> > Acessado em: 10/11/2010.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Petrobras Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/a-petrobras.htm> > Acessado em: 11/11/2010.

FERNANDES, Aníbal de Almeida. *Crise de 1929 e Revolução de 1930*. Disponível em: < <http://www.historianet.com.br/conteudo/defacult.aspx?codigo=872> > Acessado em: 09/11/2010.

MOREIRA, Antonio Utsch. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/hitoriaoral/home.php>. > Acessado em 13/11/2010.

SILVA, Carlos Teixeira da. *História Geral do Brasil: Brasil, em direção ao século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

TRINDADE, Marinês. *CLT: a maior conquista social dos trabalhadores*. Disponível em: <<http://www.rumosdobrasil.org.br/2009/12/03/clt-a-maior-conquista-social-dos-trabalhadores/>>. Acessado em 11 nov. 2010.

Capítulo 4

Política Social e a Era de Vargas

Laura Patricia de Lira Miranda
Marilaine Fenner Storch

RESUMO

Diante a tantas transformações que aconteceram no Brasil, à política social foi uma alternativa para as questões sociais que começaram a aparecer com o conflito entre o capital e o trabalho. Este artigo tem o objetivo de apresentar a grande influência que o governo do presidente Getúlio Vargas teve em relação às políticas sociais que foram elaboradas do nosso país, e os pontos importantes que se destacaram na luta da classe dos trabalhadores por seus direitos. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com o referente assunto: formação das políticas sociais, o papel de Vargas e seu governo. Demonstrando a ligação que existe entre governo, trabalho e as políticas sociais e por fim, concluir que é de extrema importância o conhecimento sobre as políticas sociais e todo o bem que elas trazem para a qualidade de vida da população, proporcionando assim que os direitos sociais sejam respeitados e colocados em prática pelos nossos governantes.

Palavras-chave: Governo Getulista, classe trabalhadora, direitos do cidadão, política sociais.

ABSTRACT

Teniendo en cuenta los muchos cambios que ocurrieron en Brasil, la política social era una alternativa a los problemas sociales que comenzaron a aparecer con el conflicto entre capital y trabajo. Este artículo tiene como objetivo presentar la gran influencia que el gobierno del presidente Getúlio Vargas tenía en relación con las políticas sociales que se desarrollaron en nuestro país, y los puntos importantes que se

destacaron en la lucha de clases de los trabajadores por sus derechos. Fue desarrollado con una revisión de la literatura relativa a tema: la formación de las políticas sociales, el papel de Vargas y su gobierno. Demostrada la relación entre el gobierno, políticas laborales y sociales y, finalmente, llegó a la conclusión de que es de conocimiento muy importante sobre las políticas sociales y todo lo bueno que aportan a la calidad de vida, siempre que los derechos sociales sean respetados y puestos en práctica por nuestros líderes

Palabras clave: gobierno de Vargas, clase obrera, los derechos ciudadanos, la política social.

INTRODUÇÃO

Nunca se discutiu tanto o tema política social como em nossos tempos. Nas sociedades contemporâneas, a menção a esse tipo de política é associado segundo alguns autores com políticas públicas, associa-se a necessidades e direitos do cidadão, tornando-se uma recorrente tendência intelectual e política sua discussão.

Com um conjunto de medidas sendo realizadas para alterar as relações de trabalho, que já estavam em andamento no país, notou-se que somente com a intervenção do governo seria possível amenizar todos os conflitos que aconteciam entre o capital e o trabalho.

Portanto é nessa visão de trabalho, de governo e de direitos do cidadão que iremos discutir o tema políticas sociais e conseqüentemente sua ligação com o governo do presidente Getúlio Vargas e a influência que o mesmo teve nas políticas sociais no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Nem sempre se tem uma clareza do que significa o termo Políticas Sociais, e em muitas vezes quais são suas características e suas particularidades na sociedade. Ter conhecimento a respeito das políticas sociais é de grande valia para toda uma população, pois só assim poderá garantir os seus direitos como cidadão.

“As políticas sociais aparecem como dádivas, relacionando-as em seguida com as exigências do capital para valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais e crises do capitalismo. As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho,oras como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjo do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão” (FALEIROS, 2006, pg. 8).

Segundo Faleiros, as políticas sociais aparecem como uma dádiva, dádiva essa que procurava amenizar a tensão entre os trabalhadores e os capitalistas, relacionando-as as exigências do capitalismo valorizando assim a reprodução e a força de trabalho. Sendo interpretada como ato de bondade governamental e também da conquista que os trabalhadores obtiveram através da força do trabalho.

As políticas sociais tiveram um surgimento lento e foi crescendo a cada dia mais, conforme os trabalhadores se organizavam em seus movimentos em relação com o Estado. De acordo com as autoras:

“O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, pg. 64).

Pode-se destacar que foi através da luta dos trabalhadores que contribuiu para a ampliação dos direitos sociais, ocasionando um questionamento sobre o papel do Estado, que passa a ter um compromisso maior nas ações sociais com a população.

“O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre o liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, pg. 75).

Notamos assim que havia muitas dúvidas entre as atribuições do

Estado definido e o domínio da burguesia.

Na primeira visão, a formação da política social no Brasil não acontecia no mesmo período dos outros países capitalista, sendo ele um país pobre e com problemas que surgiram após o período da escravidão, em criar serviços e meios de sobrevivência para os escravos livres, onde a questão social passou a ser uma questão política somente com o início das lutas dos trabalhadores e a criação das primeiras leis de trabalho.

“Originalmente, a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do Século XIX, devidas à industrialização. Inicialmente essa questão foi levantada quando com a tomada de consciência da sociedade, ou parte dela, dos problemas decorrentes do trabalho urbano e da pauperização como fenômeno social. Hoje a “questão social” é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos (trabalhadores e desprotegidos) são heterogêneos”. (PINHEIRO E DIAS, 2009.)

Após muitas mudanças nos setores do poder público que surgiram com a industrialização, formando assim o grande problema da sociedade que é a questão social, que através dela é onde passamos a ter a consciência real das dificuldades da população, somente assim os trabalhadores começaram a lutar pelos seus direitos.

Nota-se que os direitos sociais são resultados das forças dos operários relacionados com a classe dominante, de acordo com as autoras:

“Por um lado, os direitos sociais, sobre tudo trabalhista e previdenciário, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrições de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos da ditadura (1937- 1945 e 1964- 1984), que as instituem como tutela e como favor: nada mais simbólico de a figura de Vargas como o “pai dos pobres”, nos anos 1930.” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, pg. 79).

Através do populismo de Getúlio Vargas, que nos anos 30 com o golpe de Estado assumiu o governo, tendo um apelido de “pai dos pobres”, fez com que sua popularidade aumentasse entre o povo, que estava relacionada à sua forma de liderar que era carismática, voltada a conscientização de reformas trabalhistas que pudesse ajudar a classe operária.

A partir da posse de Vargas (1930), tinha início uma rearticulação nos setores sociais dominantes no Brasil. Getúlio teve papel importante na sociedade brasileira, todas as suas atitudes políticas surtiram grande efeito na vida de todos os trabalhadores e cidadãos brasileiros, trazendo grandes transformações econômicas, trabalhistas e sociais.

Conforme a autora destaca-se a visão da importância da questão social no período da era de Vargas, e de todos os problemas que surgiam em relação aos trabalhadores que lutavam pelos seus direitos para assim diminuir o desespero pelo qual passavam na época como a pobreza, doenças e a exploração do trabalho.

“Os discursos varguistas davam destaques a questão social, entendida como a problemática dos novos tempos. A política trabalhista tinha como meta eliminar a miséria e garantir os direitos dos trabalhadores, atendendo a suas reivindicações. No entanto, alegava-se que tais problemas só poderiam ser solucionados com a construção de um Estado forte, dotado de instrumentos prioritários para o atendimento das questões sociais e com capacidade para proteger as massas, organizá-las e controlá-las”. (CAPELATO, 2009, pg. 158).

A questão social era o grande problema naquele tempo, sendo necessária uma reforma política para atender as necessidades do povo, e dessa forma desenvolver uma nova reforma social que dava total atenção a sociedade carente.

Podemos começar a ilustrar de forma geral a constituição Brasileira de 1934. Essa constituição segundo autores da história moderna e contemporânea tem diferença entre constituições anteriores, pois ela incorpora uma legislação específica referente aos trabalhadores.

Temos como fator importante o voto feminino, onde a mulher pode a partir de então começar sua vida em sociedade, o direito do trabalho remunerado com salário, as proibições da exploração de menores de idade no mercado de trabalho, sendo todas essas políticas essenciais para a iniciação das políticas sociais no Brasil, dando acesso a proteção e garantia aos direitos. Essas conquistas quanto ao salário, ao voto, e a todos os direitos posteriores ao governo Vargas, foram o resultado da intensa movimentação dos trabalhadores em defesa de seus interesses.

“Getulio Vargas, chefe do governo de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, colocava em seus pronunciamentos a idéia da colaboração entre patrões e empregados para apresentar suas políticas sociais. Segundo ele, tais políticas viriam diminuir as questões, as disputas e os conflitos entre empregadores e empregados pela garantia de uma “proteção social” em caso de perda de trabalho” (FALEIROS, 2006, pg.13)

Essa proposta de colaboração imposta por Getúlio visava o desenvolvimento das políticas sociais, não se restringindo as relações dentro das empresas propriamente ditas, ela diz respeito às relações entre Estado e Sociedade, e existe uma ligação dessa ideologia de colaboração: as políticas sociais. “A ideologia da colaboração está ligada à proteção social. Esta, na fala dos políticos, visa dar o sentimento de segurança e garantias aos “mais fracos” da sociedade, aos mais desprotegidos, aos carentes, aos marginalizados aos pobres”. (FALEIROS, 2006, pg. 14).

De modo geral, as análises referente a “Era Vargas” relatam por um lado, os aspectos de repressão e de manipulação do movimento operário e por outro, as características “paternalista” de construção do mito que deu uma qualificação ao governo do Presidente Getúlio Vargas sendo chamado de “pai dos pobres” através de concessões e benefícios.

Sendo visto através de suas propostas de políticas sociais como boas em si mesmo e como boas aqueles que as fazem. É importante observar que, além de conquistar a aceitação do povo e, portanto legitimar essas intervenções do Estado e de seus agentes, esses discursos fazem a população, ou seja, aqueles que necessitam das políticas sociais acreditarem

na bondade do sistema político. O Governo aparece como bom para o povo, preocupando-se com problemas do dia-a-dia em relação à educação, saúde, habitação, alimentação, que constituem questões de sobrevivência imediata do trabalhador, ou seja, daqueles que necessita.

Como nos apresenta as autoras, a política social foi introduzida no Brasil nos períodos de 1930 e 1943, com a elaboração de vários programas para auxiliar a classe trabalhadora.

“Em relação ao trabalho, o Brasil a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa seqüência que parte da regulamentação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue como auxílios de doenças, maternidade, família e seguro desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil.” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, pg. 106).

O aparecimento das políticas sociais no Brasil pode ser exemplificado a partir do ano de 1930, tendo grandes medidas em favor aos trabalhadores, onde tiveram uma importante vitória que foi a criação da carteira de trabalho, que garantia assim os direitos ao qual eles possuíam quando era registrado o seu emprego pelos patrões.

O que precisa ser claro para todos é que as políticas sociais são materializadas através de programas sociais pagos pelos próprios trabalhadores. Os programas sociais voltados para aqueles que necessitam como: população trabalhadora, crianças, idosos, doentes, desempregados etc., são “categorias” que se beneficiam com as políticas públicas, criadas a cada gestão governamental, sendo que não é uma doação, mas sim, direitos que o próprio cidadão sustenta com o pagamento de impostos, com as taxas e com sua própria força de trabalho.

No Brasil, sendo ele um país tradicional em relação a sua política, economia e na área social que já estava marcado em sua origem, só com a Constituição de 1988 pode desenvolver expectativas maiores para na proteção social da população, onde foram estabelecidos vários dos direi-

tos sociais na área do trabalho, saúde, moradia, educação, assistência social, entre outros, considerados importantes para a política social no nosso país.

CONCLUSÃO

Consideramos que no passado, onde ocorreram grandes mudanças, a população brasileira passou por muitas dificuldades na relação dos trabalhadores com os governantes, que levaram a acontecer várias discussões e lutas para assim conseguirem obter seus direitos como cidadão, tendo estas questões como exemplo para alcançar cada vez mais políticas sociais que possam contribuir para o bem estar da sociedade.

As políticas sociais no Brasil são hoje a melhor solução para a situação em que vivemos, e tentar amenizar a pobreza, fome e a violência, com a elaboração de programas assistenciais, com uma educação qualificada ao alcance de todos, tendo uma maior oferta de emprego, que somente assim o governo pode dar ao povo mais dignidade e condições para viver da melhor forma possível, tendo oportunidades de usufruir de todos os direitos sociais como ser humano.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivaneti. *Política Social: fundamentos e história* - 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* – 2.ed. – São Paulo: UNESP, 2009.

FARIAS Pinheiro y OLIVEIRA Dias: *Questão Social: um conceito revisitado*, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, febrero 2009, Disponível em < <http://www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.htm> > Acesso em: 15/11/2010

FALEIROS, Vicente de Paula: *O que é política social* – 2ed. – São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção primeiros passos; 168)

Capítulo 5

“Estratégias de Jogos”: Vargas e a retomada do poder no Rio Grande do Sul

Juliana Macedo de Lima¹

RESUMO

Este artigo analisa a política utilizada por Getúlio Vargas para poder manter o controle e implantar a ditadura, em seus primeiros anos de governo após a Revolução de 1930, e mostra as estratégias tanto políticas quanto militares, para derrubar os seus principais inimigos e empecilhos para a implantação da ditadura: o intendente Flores e Oswaldo Aranha. Mostra também a organização política e a força militar no estado do Rio Grande do Sul, que por falta de uma estrutura partidária consolidada, é facilmente corrompida por Vargas, desta forma demonstrando a fragilidade política do estado gaúcho, em contraste com sua potência militar, desenvolvida pro Flores, principal oponente de Vargas

Palavras-chaves: Vargas, Flores, política e Rio Grande do Sul.

A política desenvolvida no Brasil a partir da década de 30 do século XX foi conturbada principalmente após a quebra da política do café com leite². Quando na eleição de 1930, Washington Luís, até então presidente paulista, resolveu apoiar Júlio Prestes à presidência, este por

¹ Acadêmica de 3º semestre do curso de Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa- Campus São Borja.

² A política conhecida como “café com leite”, era um tratado entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, as maiores potências econômicas do Brasil com a plantação de café em São Paulo, e Minas Gerais, possuía seu mercado fragmentado entre o gado, o café e até mesmo a indústria. Por esta força econômica e política, São Paulo e Minas Gerais passaram a dominar não somente a econômica como a política brasileira. Neste tratado havia como principal acordo a sucessão presidencial, ora paulista, ora mineira. Mas deve ser explícito que o Rio Grande do Sul também era um Estado forte economicamente e politicamente, tanto que os outros dois estados consideravam a participação deste na política nacional.

sua vez outro paulista, provocou a ruptura desta política.

Com a tomada de Getúlio Vargas ao poder presidencial em 1930, os gaúchos entram em cena, com um maior destaque no cenário político. Vargas por sua vez, comanda o país como jamais visto antes, mesmo com uma política inicial na continuação do café, como afirma Boris Fausto

O governo Vargas não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em maio de 1931, o controle dessa política passara das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC), criado em maio de 1931. O CNC ficava porém sob a influência direta dos interesses cafeeiros, pois era constituído por delegados dos Estados dos Estados produtores. Em fevereiro de 1933, o órgão foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), processando-se então, efetivamente, a federalização da política cafeeira.³

Porém o café já vinha tendo muitos problemas tornando-se insustentável por volta de 1931. Partindo disso, Vargas passa a desenvolver outros setores, como o industrial e a partir daí, o Brasil passa a ter um desenvolvimento econômico fora da agricultura, pois o mesmo passa a ter uma inserção na indústria. Mas, não foram somente boas ações que Vargas trouxe praticou neste governo, ele tinha voz de comando autoritário, e com isso gerou muitos conflitos para que também ele conseguisse manter-se no poder, e estes conflitos aconteceram até mesmo em sua Terra Natal: o Rio Grande do Sul.

Em 1932, o Rio Grande do Sul não cumpriu o apoio prometido ao movimento paulista e ainda declarou apoio ao governo federal e ajudou a conter a expansão do movimento paulista. Porém, alguns segmentos gaúchos tiveram alguns desentendimentos com o governo central, e o interventor gaúcho Flores de Cunha, assumiu que rompera com Vargas, pouco tempo após a Revolução de 1932.

Com isso, Flores deu início a uma organização no Rio Grande do

³BORIS p. 333.

Sul, para uma resistência quanto a Vargas, já que o mesmo não iria deixar barato este rompimento, justamente porque este desligamento poderia ter vários significados, entre eles o de que seu governo poderia enfraquecer, e Getúlio estava sempre atento a todos os pontos que significassem a sua derrota e retirada do poder, ainda mais sendo este uma ruptura com o seu Estado.

Vargas imediatamente começou a planejar meios de derrubar Flores e todos aqueles que se opunham a ele. Na plena disposição de Flores em ajudar Vargas na revolta no Rio de Janeiro em 1935, despertou em Vargas um sentimento de temor, pois

Ao receber as notícias da revolta no Rio de Janeiro, Flores imediatamente mobilizou vinte mil homens e mandou um telegrama a Vargas, colocando os soldados à sua disposição. Contudo, diferentemente da Revolução de 1932, Vargas não precisou das tropas gaúchas de Flores para subjugar a revolta de 35. (...) O gesto espontâneo do governador gaúcho teve, porém, um impacto não pretendido. Essa mobilização rápida e ampla alertou Vargas sobre o potencial militar de Flores como obstáculo ao estabelecimento de sua ditadura.⁴

O exercito de Vargas estava desenvolvido, pois houve grandes investimentos nas Forças Armadas,

O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi uma das características mais importantes dos anos 1930-1945. Ele se deu tanto em número de efetivos quanto em reequipamento e posições de prestígio. Comparativamente, as forças públicas estaduais perderam terreno. (...) A Revolução de 1932 contribuiu para a depuração do Exército.⁵

E foi um dos motivos que Getulio dispensou a colaboração de Flores, e ao mesmo tempo o incitou uma maior atenção quanto ao poder militar do Rio Grande do Sul, fazendo assim Getúlio olhar com outros olhos seu Estado.

⁴CORTÉS, p. 114-115 . ⁵ FAUSTO, p. 358

Vargas conseguiu através de ameaças do comunismo, algumas medidas do congresso que aumentaram substancialmente seu poder. Com isso a oposição à Vargas foi buscar abrigo no Rio Grande do Sul, já que além deles terem percebido o potencial militar de Flores, sabiam que o mesmo estava completamente afastado de Vargas, e que a sua última tentativa de aproximação foi frustrada.

Flores junto com a Frente Única reabriram as discussões sobre a possibilidade de implantar o parlamentarismo⁶, porém, mesmo com si-

⁶ Bobbio define Parlamento com sendo (...) uma assembléia ou um sistema de assembléias baseadas um “princípio representativo”, que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição. Estas assembléias gozam de atribuições funcionais variadas, mas todas elas se caracterizam por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à “vontade popular”. Convém precisar que, ao dizermos “assembléia”, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário. Trata-se, por isso, de uma estrutura de tendência policêntrica.” E ainda descreve a sua estrutura sendo A análise morfológica distingue dois níveis: o ambiental ou estrutural e o individual. Ou seja, um organismo colegial como o Parlamento é suscetível de ser estudado e classificado, tanto do ponto de vista do pessoal que o compõe, quanto do das estruturas dentro das quais ele age. O ambiente parlamentar é uma realidade astante complexa na verdade; é resultante de múltiplos fatores. Em primeiro lugar, numa sucessão lógica e não em ordem de importância, estão os processos de recrutamento e seleção do próprio pessoal. Trata-se certamente de um elemento crucial, porque é nele que encontra especificação operativa o princípio representativo característico da instituição parlamentar. Enquanto nos Parlamentos “pré-modernos” coexistem critérios diversos de determinação dos componentes — para um setor do Parlamento o princípio eletivo, para outro a participação *de iure*, para outro ainda a transmissão hereditária — nos modernos, o processo normal de designação é o da investidura eletiva. É uma homenagem prestada, pelo menos formalmente, ao princípio dominante da soberania popular. Restam ainda, é verdade, formas de nomeação “do alto” ou de participação *de iure* (por exemplo, na Itália fazem parte do Parlamento cinco senadores nomeados pelo Presidente, bem como os presidentes da república cessantes), mas em grau limitadíssimo e sem peso decisivo. O processo eleitoral é suscetível de múltiplas variações de grande significado político (v. SISTEMAS ELEITORAIS). Uma vez que são os mecanismos eleitorais que determinam a natureza da ligação entre a sociedade e o Parlamento, é deles que depende em boa medida o “peso específico” da instituição parlamentar e o seu grau de autonomia em relação às demais estruturas políticas. Eles determinam, além disso, as relações de força entre os diversos grupos políticos e, parcialmente, também o clima político, contribuindo para a definição da natureza e limites do papel do Parlamento no processo político. Possuem particular relevo, entre os diversos elementos, a *extensão* da base eleitoral, o nível de *competitividade* e a presença ou não de fatores de distorsão nos critérios de avaliação do resultado eleitoral. (1998. p. 890.)

tuação favorável, dentro do próprio grupo, haviam os pró-vargas, o que dificultava as negociações, uma vez que esta política colocaria em risco o plano de Vargas de implantar a sua ditadura. Era grande a batalha a ser seguida por Flores, houve críticas quanto ao modelo sugerido por Raul Pilla, críticas como sendo “uma abdicação ao castilhismo histórico”⁷ provocando assim um mal estar entre os que defendiam o modelo parlamentar e os republicanos que seguiam à Vargas.

Ficou clara que os desafios a serem percorridos por Flores estavam apenas começando, e ficando evidente que as dificuldades se iniciaram na base partidária, a estrutura que planejava junto à Frente Única era de fortalecer o Rio Grande do Sul, e segundo Cortes

Vargas também fez sua parte para impedir o acordo. Enquanto publicamente elogiava os objetivos patrióticos de um tal pacto, induzia, em particular, seu irmão Benjamin (deputado estadual liberal) a opor-se a esse mesmo pacto, a partir de dentro do próprio PRL. Além do mais, continuou sugerindo possíveis postos federais para a FU, se as negociações de paz rio-grandense falhassem.⁸

Porém, mesmo com toda a oposição de Getúlio, Flores consegue em Janeiro de 1936, juntamente com Pilla e Borges, assinar o *Modus Vivendi*⁹. Então, após o estabelecimento da paz no estado gaúcho, a economia do estado foi a primeira a sentir os impactos do pacto, mas de forma positiva, pois com isso o desenvolvimento do estado foi grande e muito rápido, porque o acordo fez com que a propostas de ambos os lados fossem ajustadas e aceitadas para a implantação de melhorias no estado rio-grandense.

Obviamente, este acordo foi totalmente rejeitado por Getúlio, que assim que soube do acordo, logo começou a traçar planos para derrubar Flores e a sua política progressista e autoritária, que impedia assim a

⁷ CORTES, p. 116. ⁸ *Ibidem*

⁹ O *Modus Vivendi*, era um acordo entre os republicanos, a Frente Única e Flores, onde estabelecia o parlamentarismo no estado gaúcho, e que ainda Flores deveriam aceitar demandas da Frente Única. Tendo este acordo como objetivo principal, a paz política no Rio Grande do Sul.

aproximação do governo central. Utilizando ainda da estrutura partidária, Vargas começou a minar esta estrutura, causando uma dissidência liberal, este grupo foi liderado por seu irmão, Benjamin Vargas, acusando o acordo de apenas “uma aliança oportunista entre os políticos da República Velha, ligados aos três partidos gaúchos, e famintos por poder”¹⁰

Após a amarga derrota de Flores para Getúlio, pois o mesmo conseguiu dismantlar todo o seu acordo, e ainda derrubar em definitivo, o candidato à presidência que Flores, julgava ser alguém de confiança e que consigo traria junto à esperança de paz e desenvolvimento em seu estado. Contudo, Flores não ficou à espera de algum milagre e logo começou a se movimentar, inclusive após descobrir que contra ele estava acontecendo uma conspiração armada e logo deu início à uma preparação militar.

Contudo, Flores não era o único que representava ameaça à continuidade do governo Vargas. Oswaldo Aranha após cumprir exílio político como embaixador nos Estados Unidos, voltou ao Brasil em um dos seus momentos político mais tenso, ele aproveitou uma viagem a Buenos Aires, no final de 1936 e retornou ao Brasil, “Aranha havia arrancado de Vargas a missão de reconciliar o governo federal com o governo gaúcho, mas o presidente muito logo deixou transparecer sua esperança de que Aranha fracassaria”¹¹. Aranha tomou esta missão, pois nele existia a pretensão de se candidatar à presidência do Brasil, e nisso ele se tornou a maior ameaça contra Vargas.

Neste propósito de se tornar presidente, Aranha tenta se reaproximar de Flores, pois tal relação teria enfraquecido após a crise da sucessão de Minas Gerais na presidência, como afirma Cortés, “Como as esperanças presidenciais de Aranha se baseavam num Rio Grande do Sul unido como base político, Vargas estava determinado a abortar sua candidatura potencial, mantendo o estado dividido.”¹². Tendo em contrapartida

¹⁰ *Ibidem*, p. 118. ¹¹ *Ibidem*, p. 124.

¹² Aranha a Flodoardo Silva *apud* Cortés.

“Flores precisava da amizade de Aranha como apoio na luta pela sobrevivência política. Por razões pessoais e políticas, Aranha também queria fortalecer a sua velha amizade com Flores, amizade que havia sofrido estremecimentos por causa da crise da sucessão mineira. Aranha percebeu que não conquistaria a presidência sem apoio de um Rio Grande do Sul unificado.”

Mesmo com o apoio do Partido Republicano Paulista – PRP – Aranha ainda possuía a sua candidatura muito frágil, e percebera que a única solução para salvar a sua candidatura era a reaproximação do governo central com o governo gaúcho, mas a tentativa de reaproximação feita por Aranha, na verdade, foi a brecha que Vargas esperava para derrubar de vez o governo de Flores, pois com a saída de Flores para o Rio de Janeiro a pedido de Aranha, Vargas aproveitou para abalar as negociações, já então frágeis, dos partidários de Flores e o dissidentes. E depois de ser oficializado o apoio de Vargas à oposição de Flores o golpe a Flores estava consolidado.

Devido a esse golpe, Vargas conseguiu eliminar Aranha, pois o mesmo depois desta derrota volta aos Estados Unidos para assumir o cargo de embaixador. Porém a luta contra Flores, que mesmo enfraquecido não esmoreceu perante Vargas, continuava então agora não somente uma luta política, com Vargas estava se armando e se fortalecendo estrategicamente militar, isso tudo porque tanto Vargas quanto Góes viam em Flores

“o defensor da autonomia estadual, como inimigo público número um. Vargas via Flores como o principal obstáculo para o restabelecimento de sua ditadura; Góes, que tinha contas pessoais a acertar, considerava Flores a personificação do poder armado estadual e o grande empecilho para um poder militar nacionalista, obediente e unificado.”

Mesmo com toda resistência de Flores, Vargas o foi derrubando pouco a pouco, quando em 1937, mais precisamente em Outubro, o golpe final de Vargas e a retirada de Flores, com até mesmo a renúncia de seu

cargo. Vargas conseguiu desestabilizar Flores quando baixou o decreto que federalizava a Brigada Militar gaúcha, e mesmo Flores tentando resistir, Vargas isolou o Estado do Rio Grande do Sul, sem ao menos qualquer saída à vista, Flores sendo minoria no parlamento, no seu partido e agora sendo minoria na defesa militar, Flores não via outra escolha a não ser a da renúncia. Quando voltou a sua cidade natal, Santana do Livramento, e depois de quando foi exilar-se no Uruguai, deixou a mensagem de que não havia desistido

Se a democracia não prevalecer de novo no Brasil, meus amigos e eu estaremos prontos para restabelecê-la, visto que todos permanecerão de prontidão. A tirania não durará no Brasil, e dentro de alguns dias eu voltarei para o Rio Grande do Sul para lutar contra ela.¹³

Portanto, verificamos que Getúlio Vargas usou de estratégias desleais, porém de acordo com a política que exercia, tendo em vista que Vargas não deixou muito a desejar quanto a sua administração, foi real o avanço que proporcionou ao Brasil, mas a maneira com que desejava conduzir o país, de forma autoritária.

De maneira centralizadora, Vargas inibia qualquer manifestação, seja política, sejam civis, na melhor forma de refletir o período Vargas, principalmente os seus primeiros anos, dos quinze anos consecutivos de gestão, a tentativa de estabelecer no Brasil uma nação completamente fervorosa, mas de maneira que apenas escutasse a ele, criava a idéia de que Vargas acabou que, momentaneamente, deixando o país *a sua imagem semelhança*, impedindo assim que o Brasil conseguisse desenvolver-se politicamente.

Em fim, Vargas mostrou-se forte, impôs sua política de maneira que hoje podemos entender o porquê de sua força e todos os anos que permaneceu no poder, e a forma com que conseguiu conquistar boa parte

¹³ Discurso proferido por Flores antes de sua partida para o exílio em Montevideo em 18 de outubro de 1937. Este trecho foi retirado do jornal *Correio do Povo*, 19 de outubro de 1937. p. 1 apud CORTÉS, p. 145.

da nação brasileira, e que mesmo havendo oposição, Vargas conseguiu manter afastados os que o impediam de implantar a sua ditadura, como fez com Flores no Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Vol 1 . Trad. Carmen C, Varriale et ai.; - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

CORTÉS, Carlos E. **A política gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. 8ªed. Brasília: Editora Brasiliense, 1982.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para Trabalhos Científicos: Elaboração e Formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

MARENCO, André. “*Devagar se vai ao longe?* A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada” In: MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcântara (org.). **A democracia brasileira: Balanços e Perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

O’DONNELL, G.; SHMITTER, Ph. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988.

Capítulo 6

O Retorno de Vargas

Camila Vessozi¹
Maíra Scaramussa²

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar o retorno de Getúlio Vargas ao poder; fazendo um resgate histórico desde seu último ano no governo do primeiro mandato (1945), sua renúncia, perpassando por seu exílio e suas relações e estratégias políticas, chegando, assim, novamente à presidência. Para tanto, foi utilizado livros que abordavam a trajetória de Getúlio Vargas na política, podendo-se perceber que este foi um político extremamente popular e estrategista que, mesmo longe do poder, influenciava muito a política do país.

Palavras-chaves: Política, Getúlio Vargas, PSD, PTB.

Abstract: This article aims to show the return of Getúlio Vargas to the power, making a historical review since last year in the government's first term (1945), his resignation, bypassing their exile and their relations and political strategies, thereby arriving again the presidency. Perceives a political strategist, and extremely popular, even away from power, had much influences in the country's politics.

Key-words: politic, Getúlio Vargas, PSD, PTB.

No início de 1945, já começavam os protestos, embora com enorme cautela, contra a censura existente. Para completar a situação, José

¹ Acadêmica do 5º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

² Acadêmica do 5º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

Américo de Almeida, que candidatou-se à presidência em 1937, manifestou sua opinião de que deveriam ser realizadas eleições presidenciais, salientando que seria “inadequado” Vargas se candidatar para as eleições de 2 de dezembro daquele ano. Na realidade, o fato dos censores permitirem que fosse publicada a entrevista de José Américo já era fato evidente de que Vargas começava, a certo ponto, ceder à oposição.

Vargas, como todos bem reconhecem, foi um perfeito estrategista, de grandes influências, e que tinha ao seu lado fortes aliados. Então, em mais um ato astuto para conter a agitação e o circo em torno das eleições, anunciou que não lançaria seu nome a candidatura. Nos dias seguintes, foi lançada a candidatura do então ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, contrabalanceando a do brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pelas forças liberais de oposição ao governo de Getúlio Vargas. Juntamente a isso, iniciava um movimento apoiando a indicação do general Dutra.

No dia do trabalho, 1º de maio, Getúlio realizou um discurso no estádio do Vasco da Gama (Rio de Janeiro), fazendo um balanço das realizações de seu governo, como o desenvolvimento econômico, avanço na legislação social e finaliza com o seu apoio à candidatura de Dutra. O fato é que isso foi entendido pela oposição como mais um ato estratégico de Vargas, com o intuito de influenciar a política de seu sucessor. O que não é de se surpreender, em se tratando de um político que conseguiu mobilizar classes extremas, conseguindo manter-se no poder por tanto tempo, despertando no povo tantas expectativas distintas. Por esses motivos tornou-se conhecido como “pai dos pobres e mãe dos ricos”.

Talvez o fator decisivo para a queda de Vargas tenha sido quando, em dezembro de 1945, ele ousou substituir João Alberto, chefe de Polícia do Distrito Federal, por Benjamin Vargas, seu irmão, o que não agradou nada aos generais. Em mais um embate de jogos políticos, João Alberto já havia feito um acordo informal com o general Góes Monteiro – principal articulador do golpe de 1937 e organizador do Estado Novo –, que ficara no lugar de Dutra, como ministro da guerra, quando este precisou se afastar por conta da sua candidatura. Se um deixasse o cargo,

logo o outro tomaria a mesma atitude. Porém, um acordo informal por vezes é falho, em se tratando de interesses pessoais o risco é ainda maior, e Góes Monteiro não cumpriu sua parte no acordo.

Em meio deste contexto de interesses políticos e conflitos sociais, começou a movimentação para depor o presidente Getúlio Vargas. A postura ousada do ditador em confrontar os generais fez com que Góes Monteiro tomasse o passo de derrubá-lo do poder. Então, o general cercou-se de garantias de apoio ao golpe e, ao voltar ao Rio de Janeiro, em agosto de 1945, declarou que colocaria fim no Estado Novo, pois sentira o descontentamento militar com o governo e procurava colocar-se à frente do movimento contra Getúlio. Porém, no início de agosto, acontece um movimento de resistência, o qual tinha por objetivo tornar possível a candidatura de Vargas. Este movimento tinha como lema: “Queremos Getúlio”, ficando, assim, conhecido por *queremista*. Getúlio não apoiava, mas também não desestimulava o movimento. E nem desestimularia, enquanto isso o favorecesse de alguma maneira. Esse movimento realizou manifestações a favor de Getúlio para que as eleições de dezembro de 1945 fossem adiadas da convocação da Constituinte, na qual se decidiria a maneira que seria realizada a mudança de governo, pois se não houvesse esse adiamento Vargas teria que deixar o cargo de presidente para poder se candidatar, se assim o quisesse. Desse modo, o movimento passou a se chamar “Constituinte com Getúlio”.

Dutra, candidato às eleições de dezembro de 1945, foi ao palácio apresentar ao presidente as condições para a sua permanência no poder: voltar atrás na nomeação de seu irmão ou aceitar sua deposição pelos militares. Vargas recusou a proposta e reagrupou suas forças. A guarnição do exército se mobilizou e iniciou a ocupação militar de pontos estratégicos da cidade, comandados por Góes Monteiro, visando à deposição de Getúlio. No dia 30 de outubro, Getúlio Vargas entra em “exílio” na sua fazenda em São Borja, sua cidade natal. É preciso salientar que da mesma forma que ele foi colocado no palácio, em 1937, com o apoio dos militares, de lá foi tirado também sobre influência dos militares. A partir desse fato, foi nomeado por Dutra e Eduardo Gomes -

com o consentimento dos líderes da UDN – o Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, como presidente interino.

Em seu exílio, Vargas manteve seus contatos, suas articulações e recebeu grandes figuras da política. A fazenda do ex-presidente foi palco de inúmeras estratégias que abrissem possibilidades para Vargas que, mesmo estando longe do palácio, jamais deixou se fazer presente na política nacional. Vargas foi um político extremamente ardiloso, que sabia onde tocar o povo e sabia a maneira “certa” de conduzi-lo em prol das suas aspirações. O Partido Social Democrático – PSD tinha plena consciência de que sem o apoio do ex-presidente seria extremamente difícil a eleição de Dutra, pois Getúlio mantinha enorme influência sobre a classe trabalhadora, além de ainda ter fundamentais articulações políticas. Se Dutra não obtivesse o apoio de Vargas, possivelmente seria derrotado por Eduardo Gomes.

Ao receber Protásio Vargas, irmão de Getúlio, e Walter Jobim, candidato do PSD ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em sua fazenda, Vargas declarou seu apoio a Jobim e, como sugestão, à presidência citou João Neves da Fontoura, do PTB. Porém, este não aceitara a proposta. Cabe ressaltar que na campanha de 1950, quando Getúlio ambicionava sua volta, em seus discursos sempre mencionava que não guardava nenhum rancor daqueles que o depuseram. O que obviamente era apenas mais um jogo estratégico para a comoção do povo.

Ciente da recusa à proposta de Vargas, Neves confirmou que apoiaria Dutra, embora reconhecendo que pudesse reconsiderá-la caso as eleições fossem adiadas e tivesse tempo para preparar a sua própria candidatura. Essa posição de Neves deixou Vargas neutro, opção que tomou durante boa parte de seu governo. Assim, o PTB optou por não apoiar nenhum candidato até então, o que gerou embates no partido. Enquanto os outros partidos tentavam atrair os votos da classe trabalhadora, em meio a essas circunstâncias, líderes do PSD e membros do PTB, favoráveis à eleição de Dutra, foram a São Borja a fim de conseguirem o apoio do ex-presidente para que a UDN não influenciasse no governo federal. Mesmo assim, Vargas conservava a postura de não comprometimento.

Às vésperas da eleição, em 28 de novembro, Getúlio fez uma nova declaração garantindo o apoio ao candidato do PSD, onde pedia também para que a classe trabalhadora apoiasse Dutra. No entanto, Vargas, inteligente político como era, não daria esse apoio sem valer-se de garantias. Neves conseguiu convencer o ex-presidente a prestar apoio ao candidato do PSD, mediante um acordo em que Dutra garantia “lealdade recíproca”. Em sua declaração, Vargas ainda argumentou: “estarei ainda ao lado do povo contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato”. A condição que Getúlio deu a Dutra em troca de seu apoio era de que o candidato estivesse com suas ideias dentro do programa trabalhista.

Nesse momento, Getúlio já começava a mostrar sua mais nova face, que viria a ser afinada mais tarde, com o apoio ao caráter social do trabalhismo, ou seja, o mesmo presidente que durante o Estado Novo reprimia com tanta violência os sindicatos e os movimentos trabalhistas, encontrava uma maneira mais sutil de manipular a classe operária e transformá-la em base de apoio ao seu governo. Com isso, Vargas garantiu a vitória de Dutra e já fez seu *marketing* para seu futuro retorno político. Além de ter conseguido eleger-se como senador pelo PTB e deputado federal em seis estados, mais o Distrito Federal, no Rio Grande do Sul foi eleito senador pelo PSD e deputado estadual pelo PTB. Optou então por ocupar o cargo de senador pelo Rio Grande do Sul.

Uma das principais conquistas do presidente Dutra foi a Constituição de 1946, a qual assegurava os direitos civis e as eleições livres, mas também refletia a luta entre liberais e os partidários do Estado forte. Dutra teve seu governo marcado também pela aliança conservadora entre o PSD e a UDN, resultando na oposição de Vargas e a retirada da “ala esquerda”, que fazia parte do partido, a qual criou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O maior problema do governo Dutra era referente a forte oposição do Partido Comunista, que provocava discussões e não aceitava as prescrições neoliberais da Constituição de 1946. Ao perceber sua instabilidade, o atual governo incluiu na Constituição uma cláusula que deixava na ilegalidade os partidos “antidemocráticos”. Com

isso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), passou a ser ilegal, novamente, em 1947.

Procurando articular, aos poucos, sua volta à presidência, Vargas organizou seu próprio partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para mobilizar a classe operária em benefício próprio, sempre visando garantir sua volta à presidência. Para isso, precisou dar conta de questões importantes que fundamentassem a estrutura deste partido. Getúlio então buscou se utilizar da ideologia de Alberto Pasqualini, que defendia o liberalismo, que fora um dos que mais aclamaram Vargas durante a luta contra Flores da Cunha, de 1936 a 1937. Com isso, não significa que os líderes do PTB, assim como o próprio Vargas, tivessem de fato se apropriado dos escritos de Pasqualini. No entanto, como bom político e estrategista, com as artimanhas corretas para dizer o que o povo deseja escutar e na espera que suas propostas aconteçam, Vargas conseguia driblar os adversários e “contaminar” a massa. Getúlio aproveitou a ilegalidade do PCB para conseguir a adesão de mais membros ao PTB.

Outro suporte ideológico aderido ao partido era o de José Diogo, que se apegava ao populismo e desempenhou importante papel no cenário político, a fim de trazer os antigos republicanos para o PSD. Porém, depois da eleição de 1945, mesmo José Diogo tendo sido o terceiro candidato mais votado para deputado federal do PSD, os demais membros do partido já não viam vantagem no seu populismo. Vargas, sem jamais perder boa oportunidade, aproveitou este momento de fragilidade na relação entre o PSD e José Diogo, e convidou-o para integrar-se ao PTB, o que conseqüentemente, trouxe para o PTB muitos votos que antes eram do PSD.

No entanto, no Rio Grande do Sul acontecia uma especificidade, o PSD deste estado não era antivarguista, tendo inclusive membros que eram amigos de Getúlio, do mesmo modo, o PTB mantinha certa resistência quanto ao PSD, e isso dissolvia a força política de ambos. Vargas então precisava encontrar um meio de eleger o PTB, mas sem “excluir” o PSD, pois também tinha receio de perder seu poder dentro do partido, então apoiou, mesmo que de forma tímida, Pasqualini, não tendo

de fato uma preferência. Assim, organizou a campanha do PTB no âmbito estadual, mas se manteve neutro as eleições para governador.

O PSD teve como estratégia fazer diversas alianças, tanto com a esquerda, quanto com a extrema direita, com o objetivo de ganhar as eleições. Essas alianças que o PSD conseguiu acabaram por apoiar Jobim. Walter Jobim ganhou, mas Pasqualini, por ter obtido um número expressivo nas eleições, conseguiu marcar lugar para o PTB no Senado e na Assembléia Legislativa.

Raul Pilla assumiu a liderança do Partido Libertador e se comprometeu com o parlamentarismo. Ainda tinha que se adaptar à realidade do PL, que era um partido menor, por isso foi criando, juntamente com o PTB, um pacto de cooperação mútua entre PTB e PL, com o intuito de criar e escolher uma Constituição estadual, a fim de fortalecer ambos partidos, trocando demandas que eram necessárias a cada um. Além disso, é claro, esse era um jogo estratégico do PTB para limitar os poderes de Jobim e garantir a Assembleia como esfera de poder para os petebistas. Porém, os esforços se perderam quando, alguns dias anteriores à assinatura da Constituição estadual de 1947, o então governador estadual, Jobim, abriu uma ação judicial buscando uma afirmação de que os artigos parlamentaristas eram inconstitucionais.

Walter Jobim proporcionou para o Rio Grande do Sul conquistas quanto à ascensão de políticos gaúchos ao poder, principalmente aos Ministérios. A queda de Vargas propiciou que isso acontecesse. Esses gaúchos que se encontravam no poder, eram fundamentais para levar as demandas estaduais até o governo federal, muito embora, isso, na maioria das vezes, não acontecesse. Embora tivesse essa melhora quando Dutra tentou fortalecer a base política no Rio Grande do Sul, também teve pontos negativos como, por exemplo, a diminuição das importações de produtos de luxo.

Pensando nas eleições de 1950, havia dois lados extremos: de um os conservadores do PSD, UDN e PR, e do outro PTB e PSP, que eram populares. Formou-se então uma coligação entre PSD, UDN e PR, com o intuito de escolher apenas um nome para apoiar Dutra, buscando

dissolver o populismo existente em contraponto. Como cada partido tentava puxar para o seu lado e essa coligação não conseguiu chegar a um acordo. O PSD tinha o interesse de encontrar um candidato que Vargas aprovasse e apoiasse, mas Vargas se mantinha neutro, preparando, mesmo que muito discretamente, a sua própria candidatura.

Mesmo tendo perdido o poder por atuação dos militares, Vargas deixara seu rancor de lado e sabia que sem o apoio destes não poderia chegar ao poder. Entrou em contato com o general Góes Monteiro, o qual afirmou que as Forças Armadas não se colocariam em oposição à eleição de Vargas, caso este se comprometesse a manter a Constituição e os direitos dos militares. Em dezembro de 1946, Vargas fez um discurso onde buscava justificar o golpe de 1937, como sendo a única opção do país perante a uma guerra civil que por certo viria acontecer.

Vargas estreitou suas relações com o PSD e com outras forças, como a do Partido Social Progressista (PSP) – que tinha como líder, Ademar de Barros, com seu jargão: “roubo, mas faço”. Pessoa ambiciosa e populista e que visava um dia chegar à presidência. Getúlio, sem perder a oportunidade, promete-lhe entregar ao menos um ministério ao PSP e, futuramente, apoiar Ademar em sua carreira política em troca de seu apoio naquele momento. Vargas, em 1947, lança-se em uma viagem pelo país, sendo esta sua pré-campanha eleitoral. Aproveitando-se da crise em que se apresentava o governo de Dutra, Vargas criou uma base política que lhe permitiu retornar ao poder, tornando possível sua candidatura e eleição. Saía de cena o Vargas ditador e entrava o Vargas democrata. Estimulava a organização dos trabalhadores, podendo estes exercerem seu papel de cidadãos; e aos sindicatos haveria uma liberdade de atuação muito maior que até então haviam conquistado.

Mas Vargas ainda enfrentava problemas em relação ao PSD do Rio Grande do Sul, pois perdeu certa força dentro do partido por conta da migração dos pró-getulistas para o PTB. A isso se agregou o fato de começar no PSD um movimento anti-Vargas. O fato é que tanto o PSD quanto o PTB eram os dois partidos mais influentes do estado, e os esforços do PSD conseguiram manter o partido, por um tempo, distan-

te da ala PL-UDN. Em 1950, Getúlio Vargas e João Café Filho são lançados como candidatos à Presidência e Vice-Presidência, apoiados pelo PSD. Seu principal adversário era o brigadeiro Eduardo Gomes, novamente apoiado pela UDN.

Cortês (2007) menciona quatro fatores decisivos que contribuíram para a ascensão política do PTB:

1. Houve uma onda de desemprego no Rio Grande do Sul, pois não estavam sendo criados novos empregos, há então um inchaço nas cidades, trazendo consigo um processo de marginalização nos centros urbanos, onde o PTB tinha grande força.
2. O Rio Grande do Sul era o segundo estado com maior nível de alfabetização, ficando atrás apenas do Distrito Federal. Ou seja, mais pessoas eram aptas a votar.
3. A ilegalidade do Partido Comunista, que era o maior concorrente do PTB, proporcionou a migração de mais votantes para o PTB.
4. A aproximação de Vargas e do PTB para com a classe operária urbana e os desempregados.
5. Vargas podia contar com o apoio de políticos experientes.

Vargas então ganha a eleição com 48,7%, contra 29,7% do brigadeiro Eduardo Gomes, por meio do voto direto. A coligação conservadora sofria uma desestabilização em seu cerne devido a um conflito entre o governador Walter Jobim e o ministro da Justiça Adroaldo Mesquita da Costa, que havia recebido a “bênção” de Dutra. Essa situação permitiu que Vargas ganhasse a eleição.

Dessa forma, o PSD, fruto da criação do próprio Vargas para manter o conservadorismo, era o partido mais forte do país naquele momento. O que é evidente nesse processo é que, sem dúvida alguma, Vargas era a maior força política nacional, mesmo não estando no poder. O que também se torna claro é o fato de que sem essas ligações partidárias jamais existiria essa estrutura de governo. Esse jogo é necessário para o círculo político, onde as relações se dão de modo personalista e não ideológico. Esse fato é fruto de uma construção social e política que

sempre concentrou suas estratégias de campanha na figura pessoal de um candidato, ou seja, quem vota, não vota em um representante de um partido com posição ideológica definida e comum a todos seus membros e filiados, mas vota em uma figura que demonstra a solução para um povo a partir de seu estereótipo pessoal.

Outra consideração a se fazer a respeito de Vargas, é que ele continua sendo, até hoje a maior figura política nacional. Nenhum outro político conseguiu manter-se por tanto tempo no poder, nem mobilizar as massas da maneira como ele conseguiu. Muito menos articular com tantos partidos. A questão não é o quanto ele tenha feito socialmente, pensando estritamente no povo ou apenas para conseguir méritos e alcançar seus interesses pessoais, a questão é que político algum na história brasileira foi de tamanha astúcia e estrategista como Vargas. O que está em discussão não é ele ter governando de modo “politicamente correto”, se é que isso de fato pode acontecer, mas sim sua inteligência indiscutível para conseguir tirar proveito de todas as situações e transformá-las em ferramentas que, se utilizadas na hora certa, renderiam bons frutos.

Referências bibliográficas

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha: 1930-1964**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard L. de Barros. **História popular do Brasil: Getúlio Vargas e sua época**. 4. ed. São Paulo: Global, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TEIXEIRA, Maria Lúcia; VIANNA, Werneck. **Biblioteca de histórias: grandes personagens de todos os tempos – Getúlio Vargas**. São Paulo: Três, 1974.

Capítulo 7

O Segundo Governo Vargas e as relações institucionais

José Luís Almeida dos Santos¹
Vinícius de Lara Ribas²

Resumo: Este artigo tem como intuito fazer uma análise do Segundo Governo Vargas (1950-1954), período pelo qual o estado do Rio Grande do Sul se torna novamente polarizado, após alguns anos de unidade durante o Estado Novo. A política rio-grandense se divide em pró e anti-Vargas. Nesse trabalho serão abordados quais as razões para essa dicotomia, como ela se desenvolve, e quais as conseqüências dela na política regional e federal.

Palavras chave: Trabalhismo – Partidos Políticos (1946-64) – Forças Armadas

1 – Introdução: o momento

O Segundo Governo de Getúlio Vargas expõe outra face do primeiro Presidente são-borjense. Quando a ditadura varguista, o Estado Novo, acabou, em 1946, alguns acreditavam que acabava também a vida política de Vargas, mas ocorreu o oposto: Vargas retirou-se da cena política, preparou sua volta nos mínimos detalhes, recolhido em sua terra natal, e retornou democraticamente à Presidência, carregado pelos braços do povo e demonstrando aos opositores que sua política não se fazia apenas de discursos vazios, mas também de ações, e ações popula-

¹ Graduando em Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). luisalmeida_20@hotmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). viribas92@hotmail.com.

res. Estes feitos, alguns anos antes, deram para Getúlio e seus seguidores o caráter de “trabalhistas”, ou seja, preocupados com o trabalhador e com políticas voltadas a este setor.

Neste artigo, procuramos observar a política de Getúlio Vargas. No entanto, não nos atamos à política trabalhista e voltada ao povo, ou seja, a política para todos, mas sim observamos a política dos bastidores e as conjunturas que o Congresso Nacional e a Presidência da República criavam para eles mesmos, principalmente com nomeações.

A nomeação política revela o caráter que se dará o governo. Por exemplo, quando Vargas nomeou pessoas de diferentes partidos, como veremos a seguir, ele tentava obter maioria no Congresso Nacional, já que apenas com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda que o levou a Presidência, ele não obtinha a desejada maioria dos parlamentares.

Num segundo momento, as nomeações também revelam outra característica de Getúlio Vargas: a tentativa de alegrar seu eleitorado, principalmente os populares, quando nomeia nomes próximos a esta camada da sociedade brasileira, juntamente conciliando o Congresso Nacional.

Importante é caracterizar os partidos políticos do cenário que se desenvolvia no governo. O Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, foi à legenda criada por Getúlio Vargas ao fim do Estado Novo e abrigava a maioria dos seguidores da política, inaugurada por Vargas, de apoio ao trabalhador. Ainda que tivesse uma rápida ascensão de 1946 a 1950, o PTB não obteve maioria no parlamento, e com isto ficou relegado a um segundo plano do governo, assumindo poucas responsabilidades no Executivo.

Quem obteve esta maioria foi o Partido Social Democrático (PSD), também criado por Vargas alguns anos antes e que abrigava uma elite, principalmente rural, que apoiava sua política e dela também se beneficiava. O PSD, durante a segunda gestão de Vargas, sempre manteve a maioria das pastas ministeriais, em consequência de sua bancada.

Havia também o Partido Social Progressista (PSP), legenda co-

mandada por Adhemar de Barros, político paulista. Getúlio Vargas, por não ter muitos votos em São Paulo, buscou o apoio adhemarista nas eleições de outubro de 1950, que resultou em sua vitória. No governo, tanto Adhemar de Barros quanto o PSP, apesar da pouca bancada, influenciaram nomeações importantes. Pouco tempo depois de governo, Adhemar foi se distanciando de Vargas, até resultar na saída do PSP das contas de Vargas no parlamento.

Bem ancorada na oposição, estava a União Democrática Nacional (UDN), partido de direita que, mesmo tendo o Ministério da Agricultura no governo, deixava bem claro que era anti-varguista. Exercia a liderança da bancada udenista o deputado e dono do jornal Tribuna da Imprensa Carlos Lacerda. No Rio Grande do Sul, a presidência da UDN era de Flores da Cunha, ex-aliado de Getúlio Vargas.

Influenciando os trabalhadores urbanos havia o Partido Comunista do Brasil (PCB), conhecido como o “partidão”, que havia sido posto na ilegalidade em maio de 1947³, mas continuava atuante nos círculos operários.

2 – O Governo

Após cinco anos ausentes do poder, Getúlio Vargas retorna ao poder em 1951. O são-borjense volta a ocupar o cargo de Presidente da República, só que desta vez legitimado pelo voto popular. Durante as eleições de 1950, Vargas derrotou Eduardo Gomes e Cristiano Machado com 48,7% dos votos. A União Democrática Nacional (UDN), partido anti-Vargas, questionou o resultado da eleição no Superior Tribunal Eleitoral, alegando que Vargas deveria ter a maioria dos votos. Não obtiveram sucesso, mas o episódio serviu para deixar mais feroz a oposição contra Vargas.

Esta manobra malsucedida da UDN serve para nos mostrar que mesmo antes de Getúlio assumir a presidência, fato que se deu em janei-

³PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 54.

ro de 1951, este já sofria forte campanha contra seu nome, e que continuou ocorrendo durante seu governo.

Ao iniciar o mandato, Vargas distribuiu pastas ministeriais para diversos partidos. Até mesmo a UDN conseguiu o Ministério da Agricultura, com João Cleofas, pelo fato do líder udenista pernambucano tê-lo apoiado durante as eleições. Em Pernambuco, Vargas não havia conseguido o apoio do PSD, importante nos demais estados.

Vargas recebia um governo onde a inflação crescia cada vez mais, com fortes desigualdades regionais e com os sindicatos cada vez mais organizados e insatisfeitos com as políticas destinadas aos trabalhadores. Durante todo o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-50), não houve aumento de salário mínimo e as classes populares se mostravam mais dispostas a paralisações que em outros momentos. Neste governo, ocorreram 173 greves⁴, e pelo pensamento reacionário do Presidente, podemos perceber que todas foram contra a vontade dele.

Nesse contexto, fica evidente que Vargas enfrentaria muito mais dificuldades para governar do que no período anterior. Além disso, Getúlio teria que combater uma forte oposição da direita udenista no Congresso Nacional e aprender a lidar com corpos legislativos (deficiência política que carregava desde a época de governador do Rio Grande do Sul). Como diz Cortés, “entre 1930 e 1934, ele os havia mantido distantes de si quanto pôde, havia convivido de forma infeliz com eles de 1934 a 1937, e, como um dos primeiros atos do Estado Novo, havia fechado todos em 1937”⁵.

Fora esses problemas, Vargas tinha outro problema para o seu governo: a falta de unidade no Exército. Os militares estavam divididos em direita, esquerda e centro. Os da direita acreditavam que a maior ameaça aos interesses nacionais era o comunismo, esse grupo direitista era chamado de Cruzada Democrática, e, como cita Fausto, os “entreguistas”⁶. Já os da esquerda defendiam um nacional desenvolvimentismo e tinham um posicionamento antiimperialista, prin-

⁴ PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998. p. 49

⁵ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2007. p. 215.

⁶ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 407.

principalmente contra os EUA. Os de centro transitavam entre os dois lados e foram menos atuantes.

Em meio a esse contexto, Getúlio optou pela ala da esquerda. Sua decisão ficou evidente quando nomeou para o Ministério da Guerra e o Ministério da Aeronáutica militares dessa linha. Fato este que aproximou militares e políticos anti-Vargas.

No cenário internacional, o clima da guerra fria se tornava cada vez pior, principalmente com o início da Guerra da Coréia. E esta questão das relações internacionais acentuava a tensão política no Brasil. Segundo Cortés, “militares pró-americanos responderam opondo-se até mesmo a um nacionalismo econômico moderado”⁷.

A partir de 1952, Vargas oscila entre os dois lados, direita e esquerda. Ao passo que ele atendia às demandas sindicais, ele cria a Lei do Mercado Livre, em 1953, para atrair capital estrangeiro via liberdade cambial. Ou seja, Vargas não governava para apenas um dos lados, mas procurava estabelecer uma relação entre as demandas sociais e as econômicas, privilegiando ora uma, ora outra. Para Fonseca, Getúlio inicia sua política econômica de maneira conservadora, contudo, depois entra em um período em que varia entre o favorecimento dos industriais e dos sindicatos, período que o autor chama de randomização⁸.

Para gerar um maior equilíbrio de forças, Vargas nomeia, em 1953, dois rio-grandenses para pastas ministeriais: Oswaldo Aranha (Ministério da Fazenda), companheiro de Getúlio desde a época do PRP e que rompera com ele em 1937, durante o Estado Novo, e ajudou na fundação da UDN; e João Goulart (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), estancieiro são-borjense e presidente nacional do PTB.

Os sentidos das nomeações eram iguais no caráter e opostos na expectativa: o nome de Oswaldo Aranha era para tentar uma maior aproximação com as forças da direita, já que Oswaldo Aranha era um conhecido conservador em suas posições. O jovem João Goulart era a tentati-

⁷ CORTÉS, op. cit. p. 217.

⁸ FONSECA, Pedro C.D. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. In: Revista Tempo, n. 28. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 42.

va do Presidente de recuperar um apoio que ia se esvaecendo e era imprescindível para qualquer reforma, os populares, já que Goulart tinha alguma aproximação com os sindicatos.

A escolha de Aranha para a Fazenda não acalmou os ânimos da UDN. No entanto, escolha de Jango foi positiva no sentido de aproximar ainda mais a classe sindical ao governo, contudo, o aspecto negativo foi de que ficava evidente o confronto ideológico do governo com a oposição, tendo em vista que Jango era odiado pelos udenistas por sua proximidade com os sindicalistas e comunistas. Para Cortés, “a escolha de Goulart afastava os militares centristas não-comprometidos e elementos da classe média que temiam as conseqüências da mudança política de Vargas em direção ao proletariado”⁹.

O nome de Goulart para o Ministério gerou muitas polêmicas pelo fato dele já ter apoiado chefes militantes e radicais da classe operária, e, quando ministro, ter deposto líderes sindicais para substituí-los por membros de seu partido. Apesar disso, o momento de maior crise foi quando foi noticiado na imprensa que o Ministério iria dar um aumento de 100% para o salário mínimo. Como forma de represália, 81 coronéis e tenentes-coronéis emitiram um documento protestando contra o ajuste, alegando que a diferença salarial entre os oficiais do Exército e as classes trabalhadoras iria diminuir drasticamente. Segundo D’Araujo¹⁰, Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, teria se posicionado contra o reajuste por se tratar de um abuso orçamentário com conseqüências nefastas. Goulart, após a repercussão política do fato, não conseguiu manter-se no Ministério e renunciou, recomendando que o reajuste fosse feito.

No Rio Grande do Sul, a oposição ao PTB também se acentuava. Após alguns anos de fraco posicionamento pró ou anti-Vargas, e com a ascensão de Walter Peracchi Barcellos a chefe da bancada estadual, o PSD adquiria uma postura contra o governo federal, iniciando também uma divergência aberta contra as diretrizes do PSD nacional que ainda

⁹ CORTÉS. p. 219.

¹⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 139.

apoiava Vargas.

O PSD gaúcho, notando o acelerado crescimento do PTB, decide unir forças com os outros partidos de oposição: UDN e PL. Gerando a aliança conhecida como Frente Democrática. Assim, a política rio-grandense retorna à sua característica de polarização, fazendo com que partidos menores tivessem que optar por um dos lados.

A estréia da Frente Democrática foi nas eleições municipais de 1951, sendo o foco principal, naquele momento, a prefeitura de Porto Alegre, capital gaúcha. O PTB lançou como candidato o deputado estadual Leonel Brizola, que exercia seu segundo mandato e era o líder da bancada. A Frente Democrática escolheu o nome de Ildo Meneghetti. Após uma disputa acirrada nas urnas, Meneghetti vence Brizola por 41939 a 40877 votos, gerando uma importante vitória para a oposição gaúcha contra Vargas.

Com esta derrota do PTB, o equilíbrio de forças no Rio Grande do Sul se torna maior. A Frente Democrática, mesmo sendo formada por partidos com algumas divergências ideológicas, conseguiu manter-se unida na preparação para as eleições de 1954. Em contrapartida, o PTB se via dividido com vários integrantes querendo se candidatar a governador. Eram eles: José Diogo Brochado da Rocha, líder do PTB no Congresso; José Loureiro da Silva, um dos fundadores do partido, com destacada atividade na organização do PTB gaúcho e então senador da República; Alberto Pasqualini, senador; e João Goulart, presidente nacional do PTB.

No entanto, a palavra final ainda era de Getúlio Vargas, o Presidente. Este escolheu Alberto Pasqualini como candidato a governador e Jango para senador. José Diogo também recebe o convite de Getúlio para concorrer ao senado, pois poderiam ser lançados dois candidatos por partido, mas ele recusa. Para aproveitar a situação, Adhemar de Barros, pensando em apoio para as próximas eleições presidenciais, propõe a José Diogo que concorresse a governador pelo PSP, oferta que ele aceita, acreditando conseguir uma vitória com o apoio de seus seguidores pessoais.

Com os ataques da oposição (acusando Vargas que tentar impor uma república sindicalista no Brasil em moldes peronistas) e uma relativa perda de apoio dentro de seus aliados, Vargas tenta conseguir o apoio da classe trabalhadora urbana aumentando em 100% o valor do salário mínimo, assim como Jango havia recomendado, em primeiro de maio de 1954. Esse fato gerou imensa insatisfação por parte dos udenistas, que iniciaram um processo de impeachment no Congresso, por suposta apropriação indevida de dinheiro público. O impeachment é derrotado por ampla maioria dos votos, mas acentuou mais ainda a insatisfação da oposição.

Nos quartéis, os militares começaram a traçar planos para derrubar o presidente. Na imprensa da oposição, os ataques contra o Governo se acentuavam cada vez mais, principalmente por Carlos Lacerda – ex-comunista e udenista –, dono do diário *Tribuna da Imprensa*.

Carlos Lacerda havia se tornado um verdadeiro incômodo a Vargas com os seus ataques ao Governo, fazendo com que Gregório Fortunato, segurança de Getúlio, contratasse um capanga para matar Lacerda. O ataque foi à meia-noite de agosto de 1954, ferindo Lacerda no pé e assassinando o seu acompanhante, o major da Força Aérea Rubens Florentino Vaz. A polícia capturou o assassino, que era membro da guarda do palácio presidencial, e que assumiu ser contratado por Gregório.

A crise política se instaurou principalmente após Lacerda acusar Vargas de ter instigado o ataque, e com isto várias manifestações anti-Vargas foram feitas no Rio de Janeiro. Rádios e jornais por todo o Brasil faziam pedidos para que Getúlio renunciasse. Oficiais do Exército e da Força Aérea exigiram que o Presidente abandonasse o cargo.

Mais uma vez na história brasileira, uma importante decisão política estava nas mãos dos militares, o chefe do executivo se manter no poder ou não. O posicionamento deles era favorável à UDN, Vargas deveria renunciar à Presidência para evitar um derramamento de sangue. Quando Getúlio propôs em reunião ministerial uma licença temporária, os ministros militares concordavam que esta devia ser definitiva.

Ao invés de se retirar para um exílio político em São Borja, no dia 24 de agosto, Vargas se suicida com um tiro no coração. Deixando ao lado de sua cama uma carta ao povo brasileiro, oferecendo sua vida em prol dos interesses das massas operárias.

3 – Considerações finais

Neste artigo abordamos a política desenvolvida no Segundo Vargas, sobretudo da oposição no Congresso Nacional. Observando que mesmo Vargas promovendo uma política de aglutinação dos partidos políticos, enfrentou forte oposição, principalmente por parte da UDN. Esta oposição udenista, se observarmos o governo comparando com governos atuais, não teria sentido, já que a UDN fazia parte do governo, encabeçando, inclusive, pasta ministerial.

No entanto, desde sua fundação, a UDN se fez anti-varguista e se colocava ao oposto da política desenvolvida por Getúlio. Este, que não tinha experiência com corpos legislativos, procurava aproximar a UDN por meio de políticos ligados a ele, mas não institucionalmente, já que a política de Vargas ia de encontro ao partido de direita. Assim sendo, podemos notar que a oposição da UDN se fazia pelo motivo do Presidente não tê-la procurado como partido político, ainda que no discurso isto se tenha dado, mas apenas como uma aglutinação de forças pessoais.

Além da oposição parlamentar, Vargas enfrentou uma forte intervenção das Forças Armadas, inclusive nas questões econômicas do governo. Até mesmo seus ministros militares lhe fizeram oposição e foram fundamentais no suicídio do Presidente, haja vista que foram eles quem “aconselharam” Getúlio de que sua licença da Presidência da República deveria ser definitiva.

Por fim, podemos notar que Vargas não conseguiu apoio político nem mesmo em seu estado de origem, o Rio Grande do Sul. A Frente Democrática fez com que ele não tivesse o apoio garantido de outrora, principalmente do PSD, que lhe apoio na campanha eleitoral. O gover-

nador do estado, o petebista Ernesto Dornelles, pouco influenciou na política partidária gaúcha, fazendo com que o estado se polarizasse novamente, de um lado, os trabalhistas tinham o PTB, do outro, a Frente Democrática abarcou o PSD, a UDN e o PL, principalmente.

4 – Referências bibliográficas

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira*. In: Revista Tempo, n. 28. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 19-58.

PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Capítulo 8

O General, o Interventor, o Caudilho Flores Da Cunha

Pamela Oesterreich¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal mostrar uma parte da história gaúcha e brasileira onde José Antônio Flores da Cunha é protagonista. Iniciou sua carreira política em 1909 como deputado estadual, em 1912 foi eleito como deputado federal do Ceará e sendo reeleito em 1917, porém pelo Rio Grande do Sul. Na década de 20 atuou ativamente junto às tropas legalistas na repressão às revoltas contra Borges de Medeiros. Já em 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, e também se destacou nas conspirações que se seguiram à derrota eleitoral da Aliança Liberal e que culminaram na queda do presidente Washington Luís e na posse de Vargas na presidência. Com o movimento revolucionário saindo vencedor, foi imediatamente nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Flores da Cunha. Rio Grande do Sul. Governo.

Escolhido pelo líder da revolução, para governar o Rio Grande do Sul, o General José Antônio Flores da Cunha foi nomeado por Getúlio Vargas Interventor Federal no Estado. Assumiu o cargo em 28 de novembro de 1930 e, tão logo empossado, tomou realidade do ônus que recaía sobre seus ombros. Mas sem vacilar, prontamente iniciou os trabalhos, convocando como seu Secretário da Fazenda, Francisco Antunes Maciel Júnior.²

¹ Graduanda do curso de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa.

² CUNHA, José Antônio Flores da. *Parlamentares Gaúchos (1909-1930)*; org. por Carmen Aita e Gunter Atx. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. 2ª Ed. 467 p. il. (Perfis parlamentares gaúchos). Pág. 75.

Quando o general José Antônio Flores da Cunha assumiu o governo, sendo interventor, o tesouro público encontrava-se com sérias dificuldades. Os preparativos da revolução haviam consumido todos os recursos disponíveis e criado, ainda, o encargo de resgatar os 50 mil contos de bônus emitidos pela interinidade de Oswaldo Aranha.

Como já havia dado provas de administrador competente na prefeitura de Uruguaiana, Flores da Cunha tratou de restaurar as finanças, adotando medidas de economia.

Nos sete anos em que permaneceu à frente do governo gaúcho, recuperou as finanças públicas estaduais e criou institutos de fomento econômico. Além disso, controlava a força militar estadual mais poderosa da federação, composta por seis mil homens da Brigada Militar, 20 mil da milícia civil - os chamados corpos provisórios -, além de contar com aliados no Exército. Dessa forma, Flores foi peça importante na cena política nacional após a Revolução de 1930. Nos primeiros anos, manteve-se sempre ao lado de Vargas, inclusive durante o movimento constitucionalista de 1932, que teve seu foco principal em São Paulo mas que contou também com o apoio de importantes líderes gaúchos.³

Em pouco tempo, o estado do Rio Grande do Sul conseguia uma rápida recuperação financeira, porém contribuiu para a falência do Banco Pelotense, principal e tradicional estabelecimento de crédito, legítimo orgulho dos trabalhadores do estado.

Ao invés de socorrer o Banco, com o prestígio do poder público e evitar a falência, o Estado limitou-se a tomar o ativo e o passivo, arrecadando enorme patrimônio em imóveis e contas a receber, comprometendo-se a pagar os credores com apólices resgatáveis a longo prazo. Os acionistas do Banco perderam tudo, enquanto o Tesouro obtia lucros imensos com a valorização dos imóveis.

O governo de Flores da Cunha foi realizador, principalmente no

³ Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; A Era Vargas: dos anos 20 a 1945, Flores da Cunha. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/flores_da_cunha

setor de transportes, onde se destacam: a Variante do Barreto, que encurtou em duas horas o trajeto ferroviário de Porto Alegre a Santa Maria; a construção do trecho Severino Ribeiro-Quaraí, que partia de Alegrete; dentre outras iniciativas que enriqueceram a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Além do mais, foi Flores da Cunha quem criou a Secretaria de Indústria e Comércio, através da qual amparou a produção regional, e o DAER, que proporcionou ao Estado as estradas de rodagem. Outro destaque foi a construção da rodovia para as praias de Tramandaí, que eram praticamente inacessíveis. Não esquecendo também a aquisição da Frota Rio-grandense, determinada a garantir o escoamento dos produtos da lavoura, da pecuária e da indústria gaúcha. Até hoje realizações feitas por Flores da Cunha fazem parte do cotidiano do povo rio-grandense. Entre as mais significativas estão a criação da Bolsa de Valores de Porto Alegre e o IPE. Criou ainda a Secretaria de Educação e Saúde e ofereceu expansão para esses serviços, até então sufocados na insuficiência da Secretarias do Interior e Obras Públicas, tendo como titulares dessas primeiras secretarias Othelo Rosa e Raul Pilla; fundou a Faculdade de Letras e Ciências Sociais e o Instituto de Educação.

E, ainda nesse contexto, Flores da Cunha promoveu uma grande exposição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha em homenagem àquele que é tido como “herói máximo” do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, erguendo uma estátua eqüestre.

As demissões de prefeitos e funcionários vitalícios, praticados por motivos políticos, sob o pretexto de que os demitidos não possuíam o mesmo ardor liberal, nem haviam contribuído com o devido entusiasmo para a vitória da revolução, não obstaram a que o primeiro ano e meio do governo de Flores da Cunha decorresse num ambiente de serenidade e apoio popular. Porém, os acontecimentos políticos de São Paulo vieram transformar radicalmente a situação, que se sentiu ferido em sua honra pelo tratamento recebido da revolução vitoriosa.

A nomeação do tenente João Alberto para governar uma terra que havia dado ao Brasil estadistas do porte de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Antônio Prado, Bernardino de Campos,

Washington Luiz e outros, foi considerada afrontosa às honras dos paulistas. Depois, a ditadura nada fez para atenuar esse erro, e bem pelo contrário, parecia estar empenhada em fazer do Estado líder da Federação um porto experimental para os estadistas da república nova.

Esses fatos e mais a longa duração do chamado governo provisório, que parecia querer perpetuar-se, criaram um estado de aborrecimento que logo se transformou em espírito de revolta. E, convenhamos, a atitude da ditadura era realmente injustificável, pois, se os revolucionários de 15 de novembro, que operaram mudança no regime, substituindo a monarquia hereditária e parlamentar por uma república presidencialista, quinze meses depois da queda do imperador, já haviam realizado eleições e decretado a nova constituição; por que os revolucionários de 1930, vinte meses depois da implantação do governo provisório, ainda não tinham, sequer, convocado a nova constituinte?

Os partidos Republicano e Libertador, que haviam possibilitado a revolução, não eram levados em conta, por causa disso o mal-estar tornara-se notório no Rio Grande do Sul. Criara-se a Legião Revolucionária, de inspiração fascista, que pretendia orientar e dirigir a nova ordem de coisas.

Essa entidade política, da qual Oswaldo Aranha era um dos mais categorizados líderes, foi mal recebida em São Paulo, onde o comandante da Região, general Isidoro Dias Lopes, a ela se mostrou contrário. No Rio Grande do Sul não seria diferente, pois nem o interventor Flores da Cunha, e, menos ainda os chefes políticos lhe quiseram dar qualquer apoio.

A propaganda em prol da volta do país aos quadros legais começou, viva e simultaneamente, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Flores da Cunha teve diversos pronunciamentos incisivos nesse sentido. As conferências entre os chefes republicanos e libertadores se repetiram. João Neves, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso abandonaram os postos que exerciam no governo federal.

A crença generalizada era de que um novo movimento armado, já não de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas do Rio Grande do Sul e

São Paulo, para derrubar o ditador, não tardaria a surgir, provavelmente chefiado pelo general Flores da Cunha.

Em 29 de março, a Frente Única rompe com o Governo Provisório e em 9 de julho, São Paulo levanta-se em armas contra Getúlio Vargas. Até esta data, Flores permanece dividido entre o apoio aos constitucionalistas e o Governo Provisório. No dia 10 de julho, Flores decidiu-se pelo apoio a Vargas, publicando manifesto de solidariedade, no jornal *A Federação*. Em 2 de outubro é firmado o armistício que sela a derrota dos paulistas. No início de novembro, Getúlio convoca comissão para elaborar o anteprojeto da futura Constituição e desencadeia a reorganização partidária com vistas às eleições para a Constituinte. No dia 16, Flores da Cunha, articulado com Oswaldo e Getúlio, funda o *Partido Republicano Liberal* (PRL), que absorve a maior parte dos integrantes do *Partido Libertador* (PL) e do *Partido Republicano Rio-grandense* (PRR), aliados desde 1929 pela *Frente Única*. O PRL foi extinto por Getúlio Vargas em 2 de dezembro de 1937, através do Decreto n.º 37.⁴

Contudo, ao contrário do que era esperado, a 9 de julho de 1932, os paulistas armaram-se contra a ditadura. O interventor rio-grandense tornou-se o seu esteio mais forte. Este teria condicionado seu apoio à revolução ao afastamento voluntário e prévio do cargo de interventor, pelo qual os chefes da Frente Única não teriam concordado.

Servindo-se da Viação Férrea, fez seguir, logo, contra São Paulo algumas unidades da Brigada Militar, enquanto organizava, com maior rapidez, numerosos corpos provisórios. Ao mesmo tempo, tomava medidas acauteladoras da ordem pública, no Estado, impedindo que os partidários de Borges de Medeiros e Raul Pilla, de acordo com os compromissos assumidos, tentassem um movimento capaz de secundar os paulistas. E com tal eficiência agiu o interventor que, na ação revolucionária dos rio-grandenses, ficou limitada a um pequeno levante em Soledade, logo vencido no combate ao Fão; outro menor em Nonoai, e

⁴CUNHA, José Antônio Flores da. *Parlamentares Gaúchos*. pág. 78

ainda outro em Tupanciretã, todos de pouca repercussão.

Já o governo dominava completamente a situação quando Borges de Medeiros empreendeu levantar forças em Santa Maria. Certamente não pensava em destruir o governo de Flores da Cunha, mas, apenas, aliviar a enorme pressão que as tropas rio-grandenses, enviadas pelo interventor, faziam sobre São Paulo.

O chefe republicano não se conformava em assistir, como espectador, a opressão dos constitucionalistas, a quem não faltavam motivos para contar com a ajuda do Rio Grande. Ao reunir alguns companheiros como o major Martim Cavalcanti, e alguns libertadores, à frente dos quais Batista Luzardo declarou-se em luta armada contra o poder dominante no Estado e no País. O terreno, porém, estava todo tomado pela ação enérgica de Flores da Cunha.

Enfim, a 20 de setembro, em Cerro Alegre, ocorreu o violento combate com forças governistas. Borges de Medeiros foi derrotado saindo prisioneiro. Estava terminada a resistência que, seria praticamente simbólica, não fosse o gesto cavalheiresco do chefe republicano.

Por decreto de Getúlio Vargas, todos os chefes republicanos e libertadores de maior destaque tiveram seus direitos políticos cassados. Não poderiam partilhar das franquias democráticas aqueles que, para sua conquista, haviam lutado com ousadia.

O decreto era, aliás, desnecessário, visto se acharem presos os mais influentes, como Borges de Medeiros, ou imigrados como Raul Pilla, Batista Luzardo, Lindolfo Color, Joao Neves e outros.

Quando o país se preparava para sua reconstitucionalização, o interventor Flores da Cunha verificou que, apesar de sua posição ser muito sólida, faltava-lhe uma legenda partidária, posto que os dois partidos rio-grandenses lhe faziam oposição.

Convocou, pois, todos os prefeitos e comandantes de forças que o haviam amparado, para uma assembleia sob a presidência do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. Nesta, era:

Promulgada a nova Constituição em 16 de julho de 1934, Ge-

túlio Vargas é eleito Presidente da República e começa o processo de reconstitucionalização do País. Em outubro, ocorrem as eleições estaduais para a Câmara Federal, constituintes estaduais, Governador e Senado. Realizado o pleito, o Partido Republicano Liberal elege 21 deputados, contra 11 da Frente Única, obtendo maioria na Assembléia, assim como na Câmara Federal. Por ato do Congresso Nacional, Flores da Cunha recebe o título de *General de Divisão* e realiza o I Congresso Biental do Partido Republicano Liberal (PRL), quando é apresentado, pelos prefeitos municipais do Rio Grande do Sul, com um retrato seu a óleo, no qual está vestindo a farda azul de General de Divisão.⁵

Dessa assembleia, onde se encontraram elementos providos dos partidos Republicano e Libertador, surge então um novo partido, cujo nome, Partido Republicano Liberal, de propósito a fim de que representasse as duas cores de sua preferência. Para dirigi-lo foi aclamada uma comissão com doze membros, presidida pelo general Flores da Cunha.

Também foi criado nesse tempo, o Tribunal de Contas. Muitos o tratavam como um órgão dispendioso e desnecessário, devendo competir à própria Assembleia a função que se dava ao novo Tribunal. Os que defendiam sua criação tinham a favor o exemplo da União de vários Estados, além da conhecida e autorizada opinião de Rui Barbosa no assunto.

Discordando da implementação de um regime de força e assegurado por um poderoso contingente militar estadual, Flores não abre mão das prerrogativas constitucionais e começa a ensaiar uma oposição ao Governo Vargas, instigando o PRL, dissidentes do PL e PRR a apoiaram a candidatura de Armando Sales Oliveira, Governador do Estado de São Paulo e vinculado ao *Partido Constitucionalista*;⁶

E não tardou que se tornassem visíveis as divergências entre o governador e o presidente da República, nascidas na questão de candida-

⁵ CUNHA, José Antônio Flores da. *Parlamentares Gaúchos*. pág. 78

⁶ Idem, pág. 79.

turas à sucessão de Getúlio Vargas. A partir de então, o governo federal passou a exercer, sobre o do Estado, uma pressão crescente.

Em 5 de agosto, o Chefe do Estado-Maior de Getúlio, Góes Monteiro, exige de Flores da Cunha a restituição das armas entregues pelo Governo Federal ao governo gaúcho durante o movimento de 1932. Em setembro, Maurício Cardoso lidera, com o apoio de Vargas, um movimento na Assembléia Estadual em favor da declaração de *impeachment* a Flores. Não obstante, o Governador obtém a vitória por apenas um voto. Em 14 de outubro, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, assina decreto em que federaliza a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Negando-se terminantemente a pôr sua Brigada sob este comando, mas encurralado pela habilidade de Getúlio, o General José Antônio Flores da Cunha é constrangido a renunciar, em 17 de outubro, partindo no dia seguinte para Montevidéo, onde permanece exilado por cinco anos;⁷

Em outubro de 1937, por ordem do ministro da guerra, o comandante da Região requisitou à Brigada Militar, força auxiliar do Exército, de acordo com dispositivo constitucional. Por esse tempo, o Parlamento já havia votado o estado de emergência e, depois, o estado de guerra, o que significava armar o presidente da República de poderes absolutos podendo, inclusive, prender deputados, senadores e governadores do Estado. Flores da Cunha percebeu que estava sendo pressionado e que o tempo de lutar havia ficado para trás. Por isso, renunciou a suas funções e se exilou em Montevidéo, no Uruguai. Essa atitude, se bem que esperada por muitos, não deixou de causar certa surpresa. É verdade que, o governador não correspondia em ação às medidas militares, contra elas tomadas pelo presidente da República. Enquanto Getúlio Vargas movimentava tropas, Flores da Cunha limitava-se a defender, em discursos e artigos de jornal, os postulados democráticos.

Em março, Flores da Cunha é procurado por assistente de Batista Luzardo, Embaixador Brasileiro no Uruguai, que apresenta-lhe

⁷ CUNHA, José Antônio Flores da. *Parlamentares Gaúchos*. pág. 79.

uma proposta de Getúlio para que voltasse ao Brasil a fim de cumprir a pena e logo depois ser nomeado para um alto cargo no governo. Não aceita.⁸

Foi, possivelmente, a educação conservadora e legalista de Flores da Cunha, o fator decisivo de sua atitude, preferindo renunciar ao mandato, a se lançar em luta de resultados incertos, contra uma situação que ele considerava legal. Fosse ele um caudilho do tipo platino, e, já em 1932, teria se jogado, à frente do Rio Grande do Sul em armas, aliado a São Paulo, contra a ditadura de Getúlio Vargas.

Com a renúncia de Flores, cabia a Assembleia eleger novo governador, de acordo com a Constituição do Estado. Mas o presidente da República, para quem a própria Constituição Federal já estava condenada à morte, antecipou-se a qualquer iniciativa legal, decretando a intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo foi empenhado a trabalhar a construção da liderança política de Flores da Cunha, no período em que governou o Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1937. A preocupação foi perceber e detalhar, sobretudo através de determinadas fontes, os embates políticos gerados tanto no campo da administração da burocracia do Estado, quanto das disputas entre os partidos estaduais. Desse modo, busca-se compreender as diversas situações e circunstâncias as quais Flores da Cunha vivenciou no campo da prática política. Flores acompanhou de perto a decretação do Estado Novo em 1937 e permaneceu, até o final de 1945, inteirado da política nacional.

⁸ Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir, orgs. *Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos Nossos Dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

CUNHA, José Antônio Flores da. *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução de Nize Maria Campos Pellanda. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

CUNHA, José Antônio Flores da. *Parlamentares Gaúchos (1909-1930)*; org. por Carmen Aita e Gunter Axt. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. 2ª Ed. 467 p. il. (Perfis parlamentares gaúchos).

_____. *O General Flores da Cunha ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Of. Graf. da Liv. do Globo, 1932.

Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945, Flores da Cunha*. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/flores_da_cunha

O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL. 1.º Congresso Bienal. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Livraria Selbach, 1934.

SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha. O Último Legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

Capítulo 9

Política Gaúcha: a necessidade de um líder para os sentimentos revolucionários

Rodrigo da Silva Santos¹
Juan Carlos da Silva Celli²

RESUMO

O artigo visa a compreender por meio de uma pesquisa analítica de metodologia discursiva, documental e bibliográfica as razões que determinaram o silêncio político revolucionário do povo sul-rio-grandense nas eleições de 1966, considerando o seu perfil tradicional de lutas engajadas na política nacional a partir de um olhar sobre o capítulo 11 (as eleições de 1966) da obra “Política Gaúcha” de Carlos E. Cortés.

PALAVRAS-CHAVE: líder – tradicionalismo – política gaúcha – eleições

1 – Introdução

Não há dúvidas que o Rio Grande do Sul sempre foi caracterizado pelos conflitos políticos e bélicos em sua história. Neste sentido, são inúmeros os momentos em sua política onde, em meio ao clima tenso, a ação de alguns líderes tem demonstrado uma orientação que parece ser um reflexo evidente da gênese cultural do povo gaúcho.

Num primeiro momento, procuramos descrever alguns importantes episódios históricos que nos mostram o engajamento político como vir-

¹ Graduando em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja.

² Graduando em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja.

tude cultural do povo gaúcho – suas tradições, história de luta, reivindicações por direitos e participação na política nacional bem como a formação de sua identidade.

Num segundo momento, destacamos as peculiaridades no processo eleitoral de 1966, tendo em vista as medidas autoritárias e repressivas implementadas pelo governo ditatorial de Castelo Branco. Destarte, o principal aspecto que procuraremos evidenciar neste período é a cassação dos direitos políticos dos principais líderes do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola e João Belchior Marques Goulart e, por conseguinte, o impacto que estas causaram no comportamento político do povo e dos posteriores políticos gaúchos.

O que queremos evidenciar num terceiro momento com este trabalho é a importância simbólica que estes líderes gaúchos possuíam e que, por causa do exílio, viriam a determinar os rumos moderados e discretos das ações políticas posteriores de 1964. Entendendo-se como símbolo as relações recíprocas onde o povo não existe sem unidade e a unidade não existe sem um líder.

2 – Histórias de lutas, tradição e formação de Identidade

A busca por espaço e maximização de possibilidades através de territórios, foram fatores determinantes que motivaram as investidas pela extensão das fronteiras na porção sul do Brasil até o Rio da Prata. “A formação do corpo social luso-brasileira no extremo Sul do Brasil realizou-se em território de conquista aos espanhóis, com constantes atritos, avanços e recuos, formando um quadro de intolerância e de violência de ambas as partes.”³

A partir desta busca por territórios e logo na sequência por melhores condições, uma delas a tentativa de fazer justiça quanto à exploração tributária por parte da coroa, expressivos entraves e guerras são cravados, sendo estes fatores contribuintes e decisivos para a formação do

³ FLORES MOACYR, Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos. p. 2.

caráter e identidade do povo sul-rio-grandense. Ainda ressaltamos o importante fator decisivo que a vasta extensão territorial do Brasil infringe, uma vez que deixa a porção sul do país a distância, e que ao se tentar aproximação, primeiro deveriam ser abertas as porteiras.

Até então o Rio Grande do Sul era um acampamento armado para lutar pela política externa do Brasil de domínio do rio da Prata, e para repelir as invasões dos espanhóis que tentavam recuperar o antigo território, traçado pela Linha de Tordesilhas. Formou-se um povo aguerrido que estava distante do poder central, tinha 2/3 de seus impostos levados para S. Paulo e para o Rio de Janeiro, para obras inúteis na Corte, conforme artigo de jornal da época.⁴

Destacamos três eventos importantes que servem de ilustração. No ano de 1835 a 1845 tem-se no Rio Grande do Sul a guerra civil que marcaria de fato o caráter rio-grandense de luta e bravura, a Revolução farroupilha.⁵

Estes movimentos foram absorvidos pelos gaúchos de forma vibrante e autêntica, e encabeçados por fortes personalidades. Movimentos estes com capacidades expansivas de adesão por corações e mentes.

Havia duas correntes que embora fossem liberais, tinham visões e propostas antagônicas: as (prós) e (contra) o governo federal. Os adeptos ao governo e os liberais moderados, reivindicavam apenas mudanças nas leis, já os liberais exaltados buscavam através da revolução as soluções de seus problemas.

A guerra civil acentuou o espírito regionalista dos rio-grandenses e se transformou num símbolo de identidade na construção da memória. No fim do império, tanto o Partido Liberal, como o Republicano usaram a Guerra Civil dos Farrapos para dizerem que eram continuadores de seus ideais.⁶

⁴ Idem. p. 14.

⁵ Guerra Civil mais longa da história brasileira durando 10 anos de batalhas entre imperialistas e republicanos, onde os segundos lutavam pela proclamação de uma república.

⁶ FLORES MOACYR, *Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos*. p. 14.

Depois da primeira vitória no primeiro ano de revolução pelos liberais exaltados, chega a ser proclamada a República Rio-Grandense, e o gauchismo passou a ser utilizado como uma identidade em oposição ao governo central.

Outro exemplo, em 1893, a ditadura positivista de Julio de Castilho que transformou o legislativo em mera representação, gera certa analogia a nosso caso a ser explanado de 1964 em relação às medidas adotadas por Castelo Branco, porém o desfecho das manifestações seria diferente. Neste entrave as tropas de Gumercindo Tavares (às forças Maragatas), embora sem muitos armamentos, percorreram o Rio Grande do Sul em busca de seus ideais.

Em 1923 temos o último exemplo que descreveremos neste primeiro momento, que foram as manifestações contra as eleições fraudulentas de Borges de Medeiros onde a oposição utilizou-se de armas para contrapô-lo. Assim percebemos como afirma Flores que:

As lutas constantes, desde o período colonial deram uma identidade ao sul-rio-grandense que se revela nas relações com os demais brasileiros, no hino estadual, no uso da bandeira e na maneira de ser. Lutou-se para ser brasileiro nos conflitos externos e pela paixão política nos conflitos internos.⁷

O que procuramos demonstrar com estes episódios são mais a fim de recapitular a memória rio-grandense de lutas em prol de suas reivindicações.

3 – Golpe de 1964 e sua repercussão nas eleições gaúchas de 1966

Diferentemente dos golpes anteriores no Brasil, o país passaria a

⁷ Idem. p. 23.

⁸ Pela quinta vez em 25 anos, os militares depunham um presidente [João Goulart] (1930, 1945, 1954, 1964). A prática anterior consistia em permitir que um civil assumisse o cargo vago. Desta vez, os militares decidiram que a devastada nação não podia mais ser abandonada aos políticos, uma vez que toda confusão criada se devia à inaptidão, ao oportunismo e à corrupção da classe política. (Córtes, 2007). p. 303.

ter no comando da presidência da República pela primeira vez um militar⁸. Segundo os militares que assumiriam o governo, esta era à hora de por um basta nos mandatos de civis, que seriam os responsáveis pelo resultado da devastada nação. A justificativa ao golpe se dava nas palavras de: oportunismo, inaptidão e corrupção da classe política. No dia 9 de abril o Ato Institucional publicado pelo Comando revolucionário determinaria que o Congresso elegeisse imediatamente um novo presidente, o qual elegeria Castelo Branco, que teria então disposições para mudanças na constituição as quais viriam a sucumbir direitos políticos de alguns importantes políticos opositores.

O ato também deu ao novo presidente o poder de forçar a aprovação de emendas constitucionais e outras leis no Congresso, de demitir funcionários públicos com estabilidade de emprego, de cassar mandatos de deputados e de suspender os direitos políticos dos cidadãos por dez anos.⁹

As ações recaíram mais fortemente sobre o PTB e assim sobre o Rio Grande do Sul, pois estava declarada a guerra contra o legado dos herdeiros de Vargas. Como resultado destas e de outras medidas, foram cassados mandatos de mais de uma centena de políticos, desde governadores, senadores, deputados, e dentre eles as notórias figuras de João Goulart e Brizola.

Dentro do primeiro mês, o governo federal destituiu de seu cargo e suspendeu os direitos políticos de Goulart, Brizola, de três dos 14 deputados federais, de três dos 23 petebistas gaúchos na Assembléia estadual, dos prefeitos de Porto Alegre, Santa Maria, e Rio Grande, e de mais 29 outras pessoas.¹⁰

Na esteira destas medidas ditatoriais, foi igualmente estipulada à extinção do multipartidarismo, passando agora ao bipartidarismo com-

⁹Idem, p. 303-304

¹⁰VICTOR, Mário; *Cinco anos que abalaram o Brasil*. p. 548-554.

posto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Ainda se procederam mais articulações a fim de ter o total controle das eleições. Foram estabelecidas eleições indiretas para governador as quais seriam antes das eleições ao Congresso e legislativos estaduais. Segundo a leitura de Cortés: “Essa manobra daria ao partido do governador uma vantagem enorme nas eleições diretas, porque podia apelar ao eleitorado com a promessa de poder e patronagem governamentais garantidos.”¹¹

O quadro político apertado às eleições a governador no estado do Rio Grande do Sul necessitou de mais alguns reajustes por parte de Castelo Branco quando deputados dissidentes da ARENA manifestaram rejeição aos possíveis candidatos do próprio ex-partido por estes se tratarem de ex-pessedistas, e declararem apoio ao MDB por aderir seu candidato preferido Ruy Cirne Lima. Castelo Branco novamente “pôs suas manguinhas de fora”. Como aponta Cortés, Castelo Branco: “Inicialmente, cassou os mandatos de sete deputados do MDB, em seguida promulgou o estranho Ato Complementar 16, conhecido como Ato de Fidelidade Partidária”¹²

Assim, “Castelo Branco havia ressuscitado o papel de Getúlio Vargas, transformando-se no grande eleitor do Rio Grande do Sul”¹³

O impacto que estas causaram no comportamento político do povo e dos posteriores políticos gaúchos foi algo peculiar e que nos chama atenção neste artigo – ao mesmo tempo, que reafirmaram o turbulento período político no Rio Grande do Sul começado em 1930. Mostraram também uma fragilidade enorme enquanto posicionamento do eleitorado manifestante descontente com as radicais medidas de Castelo Branco.

A vibração, que no passado havia marcado os conflitos entre exércitos pró e contra Vargas, desaparecera. Os candidatos fizeram

¹¹ CORTÉS, CARLOS E. *Política gaúcha*. p. 306.

¹² Idem. p. 310. ¹³ Idem. p.311. ¹⁴ Idem. p.315.

campanhas moderadas e discretas, em parte pelo medo de que o governo federal pudesse eliminar candidatos que fossem críticos demais ao novo sistema.¹⁴

Como podemos verificar, as disputas ocorreram em uma esfera quase calma, longe de conflitos vibrantes que marcaram um passado histórico de tensões entre o governo gaúcho e o governo federal.

4 – A importância simbólica do líder para os gaúchos

Como descrito anteriormente, ainda que o tema possa ser encarado por muitos como fruto de uma visão romântica e, ou surreal, não há dúvidas que o Rio Grande do Sul, por conta de uma colonização peculiar comparada aos outros estados da federação, demonstra possuir um povo terminantemente diferenciado quando o tema é sentimento cívico-patriótico. Ainda que nos outros estados de igual forma possuam histórias de superação, ainda assim, os gaúchos parecem preservar o que no passado foram batalhas em nome da liberdade e da independência.

Trata-se do binômio constituído por ‘românticos’ versus ‘realistas’. No âmbito das mistificações, avulta-se a miragem da ‘democracia rural’ e virtudes gaúchas tais como honradez, lealdade, coragem, virilidade etc., convertendo o homem do Rio Grande no arquétipo do herói. (pg. 16)¹⁵

Neste antagonismo entre “mitologia” e “realidade” na formação histórico-cultural do povo sul-rio-grandense, um detalhe fica visível e impossível de ignorar: o simbolismo do gaúcho herói. Mesmo que ainda haja divergências entre estudiosos sobre ser ou não ser ideais de uma classe dominante¹⁶, é culturalmente impossível não pensar um gaúcho

¹⁵ Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese2007_CHAGAS_Fabio_Andre_Goncalves_das.S.pdf>. Acesso em: 03/06/2011

¹⁶ "Se a roda da História movimentou transformações no ser e no fazer do gaúcho, as elites dominantes do estado não hesitaram em utilizá-los como instrumento de sustentação ideológica. Em substituição ao gaúcho errante e miserável fabricaram o "centauro dos pampas". (GONZAGA, 1996)

que não ostente suas peculiaridades.

Partindo disso, passemos aos traços políticos que influenciados por esta formação jamais deixariam de exaltar os seus líderes. Neste sentido, Loiva Otero Félix diz:

(...) uma ampla consciência de autonomia, de reivindicação de liberdade e espaço próprio, assumido em função dos vazios deixados pelo Governo Central [e uma] consciência da necessidade de líderes fortes, caudilhos que tomassem a iniciativa da ação militar para a defesa; e de homens ou governos que assumissem a responsabilidade da organização social.¹⁷

O que se percebe em evidência é a importância simbólica que um líder possui para os gaúchos. Talvez, os posicionamentos quanto ao fator “influência” da classe dominante, quanto ao imaginário do gaúcho “herói” fosse uma forma, simplória, de armar as massas contra a tirania de um suposto governo central que fazia pouco caso deste estado sulino. Independentemente do que poderia ou não determinar o imaginário coletivo do povo gaúcho, estes princípios simbólicos permaneceram até os princípios de 1961, ano da campanha da legalidade orquestrada pelo até então – ao lado de Jango – líder mais expressivo e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Não temos a menor pretensão aqui de elaborar com riquezas de pontuações os fatores históricos que construíram esta campanha, pois são muitas as lendárias histórias de como se sucederam os fatos desta empreitada contra os movimentos militares que, após a renúncia de Jânio Quadros, tentou de todas as formas instalar o sistema parlamentarista como forma de castrar as ações do vice-presidente, que naquele momento, era o gaúcho João Goulart¹⁸. O que queremos sim pontuar é a

¹⁷Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese2007_CHAGAS_Fabio_Andre_Goncalves_das-S.pdf. Acesso em: 03/06/2011

¹⁸Quando Jânio Quadros divulga a renúncia ao mandato à presidência da república, João Goulart encontrava-se em terras chinesas (lembrando que a China era comunista) e, por isto, havia um grande temor por parte dos militares que ele, ao voltar e assumir, instaurasse um governo de caráter comunista no país.

habilidade com que Brizola soube orientar o povo gaúcho. Tanto que em um dos seus discursos via rádio ele finalizava dizendo o seguinte:

(...) O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu Governo, instituído pelo voto popular – confiemos os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil – não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever.¹⁹

Ainda em fins de agosto, momento deste acontecimento, Brizola movimentava a Brigada Militar como afirma o autor Carlos E. Córtes:

Ciente da necessidade de respaldar o discurso com o uso da força, Brizola mobilizou a Brigada Militar rio-grandense de 11.000 homens e as várias forças policiais por todo o estado. Transformou o palácio do governo numa fortaleza, cercanda-a com sacos de areia. Até 27 de agosto, a Brigada estava pronta e as defesas do palácio preparadas com 330 soldados pesadamente armados; havia, ainda, centenas de civis armados.²⁰

Como afirmamos anteriormente, até por uma questão enviesada nas falas dos líderes gaúchos, as construções sócio-históricas representadas por antigas guerras e conflitos externos e internos moldariam as ações e o caráter do povo gaúcho, fazendo com que estes reclamassem, assim como ao som do “chefe da estância”, os direitos furtados por mais uma falta de respeito do governo central.

Por estas e por outras, construiu-se no imaginário do povo sul-rio-grandense esta perfeita motivação baseada nos heróicos e bravos líderes outrora louvados. O que nos pareceu estranho nestas elucubrações e acontecimentos posteriores a 1961, foi o fato de um povo tão arraigado aos valores viris e bélicos nada fazer ao Golpe que depôs o que tinha sido

¹⁹ Disponível em: <<http://www.crato.org/chapadadoararipe/2010/09/02/brizola-e-a-campanha-da-legalidade-em-1961/>>. Acesso em: 03/06/2011

²⁰ Política Gaúcha: 1930-1964/Carlos E. Córtes; tradução Amy Caldwell de Farias. – Porto Alegre: EDIPUCRS; 2007. p. 303.

conquistado com tanto custo (lê-se rede da legalidade), um gaúcho da presidência.

Parece-nos plausível afirmar, que neste caso, o que mais pesou para que as angústias da população não fossem levadas ao extremo e exteriorizadas contra o golpe, foi o fato de seus líderes (João Goulart e Leonel Brizola) terem sido imediatamente “exilados” no Uruguai. A manobra orquestrada pelo ditador Castelo Branco foi sábia no sentido de “cortar o mal pela raiz”, pois arrancou o pilar histórico, segundo nós, da formação aguerrida gaúcha: o símbolo do herói.

Não queremos afirmar com isso que tanto Brizola quanto Jango não continuariam a lutar ou, pelo menos, demonstrar esperanças no engajamento político, mas parece que o fator “distância física” dos desdobramentos políticos junto ao povo, determinariam um efeito negativo sobre a massa.

Depois disso, viu-se uma inércia que encerrou seu estado latente com a eleição do candidato pró governo, Peracchi Barcellos.

5 – Conclusão

Como já foi enunciado e variadamente elaborado até agora na frente dos capítulos anteriores, cremos tão cuidadosamente na importância do símbolo do líder para os sentimentos mais viris e bélicos dos gaúchos. Não procuramos desconsiderar neste trabalho os outros fatores que potencialmente de igual forma determinariam o silêncio (comparado aos outros momentos históricos) do povo em face do golpe de 1964, o que aqui articulamos como “imaginário coletivo”, “simbolismo” e “construção cultural”.

Temos como referencial presente a idéia histórica de que um líder revolucionário, como fora os líderes gaúchos, é fundido no seio do seu próprio povo. Neste sentido, percebe-se a qualidade com que eles serviram como luminares maiores de uma motivação já existente entre os próprios gaúchos – traduzindo as ânsias em ação. Quando não mais foi possível esta tradução, em conseqüência, naquele momento, do exílio; o

povo perdeu também sua unidade apesar de suas raízes de lutas, o que no nosso ponto de vista, foi um dos fatores determinantes para a perpetuação dos militares no poder.

BIBLIOGRAFIA

CÓRTEZ, Carlos E.; tradução Amy Caldwell de Farias. *Política Gaúcha: (1930-1964)* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FLORES, Moacyr. *Rio Grande do Sul: Guerras e conflitos*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2008.

GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. *Nós, os gaúchos/2*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Brasil: Civ. Brasileira, 1965.

Capítulo 10

Influência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek na economia do Rio Grande do Sul

Diego Machado Pinheiro¹

Maurício Bertolazi¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma avaliação do comportamento econômico do Rio Grande do Sul com ênfase na indústria gaúcha no período do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Será ilustrado ao longo do texto que JK aproveita um momento de estabilidade política deixada por seu antecessor para lançar um plano ambicioso de desenvolvimento do país, com o slogan de cinquenta anos em cinco foi sua marca de ousadia. Contudo, o crescimento do Brasil deu-se através da estagnação da economia gaúcha que recebia pouquíssimos investimentos do governo federal, acarretando um enorme atraso no desenvolvimento sentindo muitos anos depois ter terminado esta política de expansão agressiva.

PALAVRAS-CHAVE: Estagnação, Plano de metas e Industrialização

O governo de Juscelino Kubitschek ocorreu entre os anos de 1956 e 1960. É marcado por um período democrático, com uma estabilidade política deixada por seu antecessor. Juscelino aproveita o período de tranquilidade política para implantar seu plano de metas que tem como principal objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil. Tal plano previa investimentos públicos maciços, juntamente com fundos estran-

¹ Bacharelados do 3º semestre em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa.

geiros para expansão da indústria, educação, energia, alimentação e transporte.

O governo com slogan cinquenta anos em cinco, deu início à política de apelo ao capital para promoção do crescimento. Seu foco era a concentração industrial no centro-sul, principalmente em São Paulo, o nacionalismo estava muito presente na base do desenvolvimento com expressões como: “*desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional.*” (MORREIRA, 2003, p. 161).

A não participação do Rio Grande do Sul no vasto investimento e por consequência o crescimento gerido pelo plano de metas do governo, causou um enorme impacto na sociedade gaúcha, na sua intelectualidade e de seus governantes. Na verdade, reacendia um sentimento adormecido por um período histórico conturbado entre o Rio Grande do Sul e o governo federal, os anseios da Revolução Farroupilha estavam presentes novamente num novo contexto.

Como já era de se esperar, ficou visível que o impacto deste período de crise sentiu-se por muito tempo depois, mesmo após a evidente recuperação econômica do estado. O RS adotou uma política de comodismo que assimila-se com as ações adotadas por países exportadores de matérias primas. Esta passividade logo fez a economia do estado ter uma queda acentuada em comparação com prospera região do triângulo centro-sul. Estagnação e anos de negligência para modernizar o sistema agrícola afetaram demais o desenvolvimento da infraestrutura inteira do estado.

A junção entre a ausência do progresso na economia do estado e a diminuição do auxílio do programa de aceleração do desenvolvimento proposto pelo governo, fizeram com que o sul fosse ainda mais castigado, devido ao problema enfrentado pelo PSD gaúcho que havia então se recusado a apoiar o recém eleito presidente, a oposição gerou a Ildo Meneghetti então atual governador do estado do RS ficou totalmente nítido o anti-Juscelino. Essa represália ficou evidente, pois o estado acabou boicotado de muitas formas, foram cortados benefícios do progra-

ma de metas, investimentos estrangeiros, quando o RS tentou por meios próprios construções de rodovias, lhe foi negado a permissão para que pudesse fazer a importação dos materiais e maquinário necessário para as construções. Sofria pelo embargo político do governo central, no mesmo tempo que era castigado pela natureza, quando em 1957 houve uma grande estiagem e foi obrigado à comprar de países vizinhos uma grande quantidade de gado e carneiros para manter sua produção para a exportação, porém o governo negou permissão para importação e também o direito a exportação da Lã gaúcha, estratégia do Estado que obrigou os rio-grandenses a venderem para indústria nacional, tornando o estancieiro gaúcho um escravo da indústria paulista.

O sistema agrícola ultrapassado fez o fornecimento de renda através dos impostos do estado juntamente com o fluxo de empregos caírem em demasia, após anos tornou-se evidente a dependência da região industrial centro-sul. Esta enorme defasagem chega também ao setor de transporte terrestre e vias expressas para escoação da produção. Governadores tentaram efetivamente corrigir o problema estrutural, porém sem muito sucesso, dar-se a falta de continuidade dos projetos a não eficácia da correção estrutural vivida no sul. Como agravamento da situação, houve uma enchente em meados de 1965 que resultou na queda da única ponte que fazia acesso do estado com Santa Catarina, deixando assim sem passagem terrestre por meses.

Apesar da imposição dos altos impostos pagos pelo governo gaúcho, recebia uma quantia que não chegava a 2% de benefícios do programa cinquenta anos em cinco.

O desenvolvimento industrial, que se concentrava em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, atraiu para cidades milhões de trabalhadores do campo. Sonhando como uma vida mais digna e justa, buscavam um emprego melhor na indústria. Porém, a maioria se decepcionava: tinham trocado a miséria no campo pela exploração na cidade.²

² COTRIM, Gilberto. *Historia para ensino médio – Brasil e geral*. Pag.429.

Era nítido o favorecimento da indústria pesada, nesse período houve a instalação de empresas como Ford, Volkswagen, Willys e General Motors. Também abriu as portas da nação para que multinacionais investissem pesado na industrialização como: petrolífera, tecnológica entre outras. Gerou-se uma grande concentração de riquezas, fortalecimento de empregos. Por consequência a migração de diversas regiões do país, principalmente do nordeste para o triângulo centro-sul.

Todos na área sudeste do Brasil prejudicando assim a indústria artesanal do RS. As oportunidades de emprego aumentaram intensamente, atraindo trabalhadores, acentuaram o êxodo rural e aumentaram as migrações de nordestinos para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília.

Estes grandes centros não estavam preparados para comportar uma elevação substancial da população. Ocorreu a superlotação de hospitais, engarrafamentos, expansão de favelas e violência urbana que era baixa antes da migração.

Mesmo com dificuldades, o plano de desenvolver completou seu objetivo, conseguiu consolidar a infraestrutura de transporte, energética, tecnológica e pesada. Como se percebe no gráfico a seguir, o plano de metas foi alcançado no que diz respeito à produção da indústria primária e de meios estratégicos para um maior desenvolvimento industrial do país com:

	1956	1960
Energia Elétrica	3.000.000 Kw	5.000.000 Kw
Produção de carvão mineral	2.000.000 t	3.000.000 t
Produção de petróleo	6.800 barris/dia	75.000 barris/dia
Celulose e Papel	90.000 t	200.000 t
Produção siderúrgica	1.000.000 t	2.000.000 t

Analisando a distorção que econômica do Rio Grande do Sul sofreu durante o tempo de estagnação e posteriormente, vemos uma gran-

de evolução pelo potencial não só financeiro, mas também intelectual. Na década 60/70 o crescimento do PIB gaúcho foi de 8%, cerca de 0,6% abaixo do crescimento médio nacional. Após este momento, na década de 80/90 o PIB gaúcho cresceu cerca 27% acima da média nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foi demonstrado neste artigo que o plano de metas para o crescimento do Brasil proposto por Juscelino Kubitschek foi feito para beneficiar a chamada região do triângulo centro-sul, constituído por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O período de contextualização trás a vasta migração dos nordestinos para cidade de SP em busca do trabalho e melhorias de salários.

Para poder concretizar suas metas, o governo federal precisava manobrar com o dinheiro arrecadado pelos impostos, em detrimento do desenvolvimento do triângulo, JK passou a repassar uma quantia muito menos que deveria ser destinada ao Rio Grande do Sul. A quantia que o estado ganhava pelo pagamento de impostos representava cerca de 2%, sendo que a região era a terceira maior contribuidora.

Finalizamos que, mesmo após está política de focar a expansão somente no centro-sul ter terminado, o governo gaúcho sofreu aproximadamente duas décadas para equilibrar sua economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

COTRIM, Gilberto. *Historia para ensino médio – Brasil e geral*. Vol. Único. 1º edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOULART, João Belchior Marques. *João Goulart: Perfil, discursos e depo-*

imentos (1919-1976) / João Belchior Marques Goulart; Coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2004. 280 p. (Perfis Parlamentares Gaúchos).

GOULART, João. *Parlamentares Gaúchos: Perfil, discursos e depoimentos 1919-1976*.

TEJO, Limeira. *Jango - Debate sobre a crise dos nossos tempos*. Editorial Andes, LTDA. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Franklin (1960). Rio Grande do Sul, um novo Nordeste. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Teixeira de et al. *JK: cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo*. Belo Horizonte: Mercado Comum, 2006. 672 p, il.

<http://www.webartigos.com/articles/14805/1/Governo-JK-Um-estudo-sobre-o-desenvolvimentismo-e-a-economia-no-quinquenio-1956-1960/pagina1.html>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria da industrializa%C3%A7%C3%A3o no Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_industrializa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)

<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/02/17/447919/0-anos-em-5.html>

<http://achadosx.blogspot.com/2011/05/o-desenvolvimentismo-juscelinista.html>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>

http://www.suapesquisa.com/historiadorbrasil/governo_jk.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%A2nio_Quadros

<http://www.brasilecola.com/historiab/vargas.htm>

Capítulo 11

Pós Vargas, Populismo e Domínio Ideológico

Carine Mayer Andrade¹

RESUMO:

O presente artigo busca descrever o governo no período pós Vargas, dando ênfase à política adotada pelos Herdeiros do Getulismo. O modo encontrado para a manutenção deste poder, a busca de sua legitimação será atribuído ao populismo e domínio ideológico das massas, sem olvidar o jogo político das elites.

Palavras Chave: Poder, Domínio Ideológico, Populismo.

A HERANÇA VARGAS

Com o suicídio de Vargas, em 1954, emergem no cenário político alguns importantes líderes de seu próprio partido, destacarei aqui João Goulart e Leonel Brizola. O poder permaneceria nas mãos dos Varguistas. Entre as questões que se fazem pertinentes a este período, cito a nova organização e manutenção do poder tendo em vista a perspectiva do populismo e o papel dos aparelhos ideológicos de Estado².

Em 1955, Jango estava à frente do PTB nacional, entre tanto, não se lançou candidato à presidência. A explicação para este fato, seria de Jango não possuir a visibilidade e prestígio suficiente junto às massas, além de estar representando o Getulismo, o que não lhe favoreceria pe-

¹Acadêmica bacharelada de Ciências Sociais-Ciência Política, Universidade Federal do Pampa. São Borja/2011.

² Considerando definição dada por Althusser, sem traçar paralelo entre os distintos contextos históricos.

rante os militares. Ressurge a aliança entre PTB e PSD, Jango sairia candidato à vice-presidência enquanto Juscelino Kubitschek (PSD) candidato a presidente do Brasil. Na busca pelo apoio popular, a estratégia eleitoral.

Kubitschek também prometeu que Jango podia preencher todos os cargos federais no Rio Grande do Sul e controlar o ministério do trabalho, incluindo os vastos recursos dos institutos de previdência. Era um acordo eleitoral perfeito. Enquanto Kubitschek cortejava as classes média e alta, defendendo uma industrialização rápida e um maciço investimento público, Goulart organizava e acalmava os setores trabalhistas.³

A estratégia surtiu o efeito desejado, o apoio das massas se refletiu na vitória nas urnas. O mesmo ocorreu com Leonel Brizola candidato a prefeito de Porto Alegre. Nas bases pequeno burguesas e também para os trabalhadores urbanos, Leonel se mostrou a alternativa para um grande desenvolvimento local engajado ao governo federal.

Dado este primeiro momento, percebe-se ainda, que as relações de clientelismo que em tese, enfraqueceriam já no pós ditadura, permeiam os fatos e relações políticas que ainda serão descritos aqui.

O clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definiu durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura política.⁴

Compreendendo que o clientelismo, de um modo geral, funciona através de uma combinação personalista de fatores, influenciando a pirâmide das relações políticas e em benefício àqueles que apóiam determinado partido político, em uma relação de troca por meio da patronagem. Qual motivo que circunda essa relação até então? Respon-

³ CORTÉS, Carlos E. Política Gaúcha (1930-1964). Ed. EDIPUCRS. 2007. P.239-240.

⁴ NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. 3ªed. RJ. Ed. Jorge Zahar. 2003. P.33.

do sucintamente que, a conquista das massas com a promessa de um desenvolvimento que também possibilite sua participação política.

O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK, JANGO E LEONEL BRIZOLA

Eleito presidente, Kubitschek lançou mão de uma política de desenvolvimento centralizadora, o Rio Grande do Sul, ficou a mercê da vingança de Juscelino Kubitschek para com o PSD gaúcho que não lhe oferecera apoio na eleição de 1955. O apoio federal vinha quando solicitado por intermédio de Leonel Brizola.

Industriais, comerciantes e proprietários agrícolas que precisassem de empréstimos do Banco do Brasil e favores federais eram forçados a apresentar seus pleitos junto ao inflamado prefeito de Porto Alegre, que também aceitava doações para seu fundo de campanha para governador. Brizola aproveitou plenamente as vantagens de sua poderosa situação para fortalecer sua máquina política e preparar-se para as eleições de 1958.⁵

Se por um lado, os gaúchos estavam descontentes com o presidente, na figura de Leonel Brizola depositavam sua confiança e créditos para com Jango. Jango mostrava-se simpático aos movimentos e as organização de base, fazendo uso do que Althusser⁶ chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado, imbuindo seus valores nessas organizações.

Num segundo momento, podemos constatar que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence totalmente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc, etc, são privadas.⁷

⁵ CORTÉS, Carlos E. Política Gaúcha (1930-1964). Ed. EDIPUCRS. 2007. P. 251.

⁶ Louis Althusser, filósofo francês estruturalista marxista, (1918-1990).

⁷ ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 10ª ed. RJ. Grall, 1985. P.69.

Desta forma, permear estes canais, significaria obter acesso à ideologia das mesmas, em busca de uma legitimação do poder que só poderia vir por meio das bases. Principalmente ao que se refere ao Movimento Operário. Dentre tanto, não seria possível afirmar uma nova ordem ideológica, mas sim uma forma de impregnar e personificar uma ideologia existente nos segmentos, ou melhor, nos Aparelhos Ideológicos do Estado de modo a manter o controle sobre as organizações e o povo.

Neste quadro político, em que o Estado, por meio dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas, não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos positivos da luta política – as formas de aquisição e preservação do poder – estão vinculados a uma luta entre personalidades. Nessas condições o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o Governo Federal (particularmente na presidência de Kubitschek) encampa-o como cobertura ideológica do “desenvolvimentismo”. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, uma transfiguração teórica do populismo.⁸

Ainda que não seja explícita uma nova ideologia, deve-se considerar o nacionalismo como a ordem em que neste momento regia a estrutura brasileira, imobilizava ao mesmo tempo em que dava ao povo a noção de pertencimento, reconhecendo nos líderes a materialização de suas necessidades.

O nacionalismo constituiu-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica. Ainda os grupos políticos cuja formação é anterior a este período, viram-se obrigados a tomada de decisão que, de uma ou de outra maneira, giravam em torno desta forma dominante de consciência social. Resultou que o nacionalismo não apenas se impôs a si próprio como obrigou a ideologização de quase todo o embate político. Não apenas exigiu o reconhecimento como ideologia dominante, mas também obrigou a explicação das demais posições políticas. Constituindo-se no critério

⁸ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. 1978. Ed. Paz e Terra. SP. 5ªed. 2003. P.58.

de balizamento de toda a situação brasileira foi também o principal critério ante o qual os diversos grupos políticos se definiram.⁹

Todavia, os gaúchos sofriam com a estagnação econômica, a eleição de 1958 para governador trazia algo de esperançoso, seria mais fácil o auxílio federal para com o estado. Certamente, com intuito de reverter o quadro econômico, elegeu-se Brizola. Do ponto de vista eleitoral, a estagnação e a vingança de Kubitschek vieram a calhar para Leonel, garantindo as relações clientelistas, fortalecendo seu populismo o que lhe rendeu de certa forma o prestígio devido para as eleições do governo estadual.

Na história gaúcha, Leonel Brizola representava um fenômeno singular, combinando o populismo petebista com a astúcia política do PSD. Aluno aplicado em temas e técnicas para incitar e mobilizar as massas, superou-se com sua oratória encantadora, no velho estilo republicano, e com sua organização de bases. Desde 1956, Brizola vinha aumentando sua popularidade através de um programa popular de rádio, às sextas-feiras à noite, em que discursava furiosamente contra os interesses dos poderosos e prometia ajudar os oprimidos.¹⁰

Indiscutivelmente, Brizola se tornou um líder de grande visibilidade, além de seguidores partidários, possuía seguidores pessoais de sua política. Mas a grande participação política, com respaldo das massas gaúchas organizadas, viria mais tarde com o movimento de Legalidade, posteriormente descrito.

O MOVIMENTO DE LEGALIDADE E O APOIO POPULAR

Em 1960, Jânio Quadros é eleito presidente pela coligação UDN-PDC e Jango elegeu-se novamente como vice-presidente. Com uma política diplomática demasiada, em meados da vitória da revolução cu-

⁹ WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira. 1978. Ed. Paz e Terra. SP. 5ªed. 2003. P.25.

¹⁰ CORTÉS, Carlos E. Política Gaúcha (1930-1964). Ed. EDIPUCRS. 2007. P.252.

bana, que tornara Cuba comunista, Jânio condecorou o líder da revolução Ernesto “Che” Guevara com o Cruzeiro do Sul, bem como reatou relações com a Rússia. Essas atitudes de Quadros refletiram de forma negativa quanto a sua imagem diante da própria UDN e demais líderes civis e militares anticomunistas, que pressionaram Quadros para renunciar o cargo e em 25 de agosto de 1961, Jânio renuncia a presidência e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência, pois Jango estava na China. Com o poder de fato nas mãos dos ministros militares, os mesmos declararam que Jango não deveria voltar ao Brasil, em uma tentativa de golpe para impedir a posse à presidência de Jango. Usando como justificativa a estreita ligação de Jango com os movimentos sindicais vinculando ao comunismo internacional.

Após um longo período de acelerado crescimento, a economia entrou em um espiral descendente nos primeiros anos da década de 60. À esquerda, influenciadas pelas esperanças utópicas estimuladas pela Revolução Cubana, estudantes e grupos da Igreja progressista, sindicatos e organizações camponesas tornaram-se cada vez mais radicais. À direita, os militares, alguns empresários e católicos conservadores, temiam a ocorrência de uma convulsão social, e, assim, se uniram à coalizão golpista.¹¹

Tendo em vista a polarização crescente. Eis o momento em que a política populista é posta a prova, revelando o apoio ou não ao seu líder João Goulart e na esfera gaúcha principalmente o apoio a Brizola. Neste contexto, junto à organização de resistência ao golpe a liderança popular e carismática de Leonel Brizola obteve o apoio regional e até mesmo de outros estados por intermédio das diversas organizações como os sindicatos, organizações estudantis e artistas locais que se engajavam ao Movimento de Legalidade, que tinha por objetivo garantir a posse de João Goulart à presidência. E os resquícios do regionalismo surgem como base de sustentação deste contragolpe. Embora tivesse o apoio popular

¹¹ MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias/ O caso do Brasil*. Tradução: Vera Pereira. 2001. RJ. FGV. P.120.

Jango e Brizola, não conseguiram uma vitória completa, e Jango assume sob condição de um regime semipresidencialista.

A João Goulart, que tinha perfil reformista, mas que sempre afirmou não ser socialista, as alternativas políticas apresentadas acabaram por adquirir um caráter dicotômico. Ou recuava diante das pressões populares para neutralizar a oposição crescente a seu governo, ou abraçava a causa reformista dando-lhe as cores e a efetividade propugnadas pelas organizações da sociedade civil que lhe estavam mais próximas. Optou pela segunda alternativa, mesmo reconhecendo que o fantasma da desestabilização política, a partir desta escolha, rondaria cotidianamente seu governo.¹²

A política de agradar a todos, não foi possível, embora Jango tentasse sensibilizar a oposição e, sobretudo as elites e setores das Forças Armadas em seus discursos, ao mesmo tempo, pregava o trabalhismo e as reformas de base.

Se se tem em conta a natureza da participação política popular que existia no país, percebem-se as graves limitações que se apresentavam à política de reformas que constituía uma das orientações básicas do governo Goulart. Com efeito, a importância política das massas dependeria sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista, que as privava de autonomia.¹³

A dicotomia do governo Jango, comprometeu a sua governabilidade, o populismo que anteriormente lhe rendera apoio, cedia ao passo em que se emancipavam ideologicamente os movimentos populares, o que em contrapartida aguçava a oposição. Divergências que por fim, culminam no golpe de 1964.

¹² DELGADO, Lucila de Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. *Paper*, 2005. *Varia História*. Vol.21. Nº34. BH. P.493.

¹³ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. 1978. Ed. Paz e Terra. SP. 5ªed. 2003. P.87.

O fim deste período, marca a ruptura da democracia, o Brasil novamente estava submetido à ditadura militar, dando início a 21 anos de regime autoritário.

Enfim, a análise aqui proposta, aponta o populismo como fator importante na ascensão ao poder, ao mesmo tempo em que, sugere ser ele causa do insucesso de seu líder, frente às questões da classe dominante que impera no período pós Vargas. Identificar a necessidade das massas e colocar-se como representante na luta em uma reforma de base, apaziguando seus intentos contrários à classe dominante, reflete o domínio ideológico exercido pela política de Jango, que por vezes se sobrepôs aos desejos da elite o que levou a crise política, aliado as questões econômicas nada favoráveis. De 1954 a 1964 os Herdeiros de Vargas mantiveram-se no poder mesmo a contragosto de importantes forças políticas. Em um sistema político debilitado onde não existem organizações legítimas que fomentem partidos políticos e movimentos populares, surge o cenário ideal para práticas clientelísticas e personificadas de distribuição de recursos, o choque de interesses inevitavelmente leva à crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTÉS, Carlos E. Política Gaúcha (1930-1964). Ed. EDIPUCRS. 2007.

MAINWARING, Scott P. Sistemas Partidários em Novas Democracias/ O caso do Brasil. Tradução: Vera Pereira. 2001. RJ. FGV.

WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira. 1978. Ed. Paz e Terra. SP. 5ªed. 2003.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 10ª ed. RJ. Grall, 1985.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. 3ªed. RJ. Ed. Jorge Zahar. 2003.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. *Paper*, 2005. Varia História. Vol.21. Nº34. BH.

Responsabilidade

**Os textos aqui reproduzidos são de
responsabilidade de seus autores.**